DISTRITO FEDERAL

Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal

BRASILIA, sexta-feira, 28 de maio de 1976 — ANO IX - Nº 80

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETO Nº. 3.256 DE 26 DE MAIO DE 1976

Acrescenta os parágrafos 3º. e 4º., ao artigo 7º. do Decreto nº. 3.069, de 26 de novembro de 1975, que estabelece normas para a realização do Concurso "BOLÃO FISCAL" e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960,

DECRETA:

Art. 1º. - Ficam acrescentados ao artigo 7º., do Decreto nº. 3.069, de 26 de novembro de 1975, os parágrafos 3º., e 4º. com a seguinte redação:

"Art. 7º.

Parágrafo 1º.....
Parágrafo 2º.....
Parágrafo 3º. - No caso de não ser encontrado o morador no imóvel cujo endereço for sorteado no momento em que a ele comparecer o Grupo de Recolhimento previsto no artigo 31 ou, em se tratando de terreno sem edificação de qualquer natureza, será realizado novo sorteio para entrega dos prêmios de ICM e ISS, excluído, neste caso, o prêmio de IPTU.

Parágrafo 4º. - Nas hipóteses a que se refere o parágrafo anterior, não se aplica o disposto no artigo 29".

Artº. 2º. O presente Decreto integrará o Livro V, da Consolidação das Normas Administrativas do Distrito Federal, nos termos do artigo 6º., do Decreto nº. 1.891, de 21 de dezembro de 1971.

Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 26 de maio de 1976

88º. da República e 17º. de Brasília.

ELMO SEREJO FARIAS

FERNANDO TUPINAMBA VALENTE.

DECRETO N.º 3.257 DE 26 DE MAIO DE 1976

Altera as Cotas Trimestrais de Despesa do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, relativas ao exercício de 1976.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Artigo 50 da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, combinado com o Artigo 5.º do Decreto n.º 3.097, de 22 de dezembro de 1975, e o que consta no Processo n.º 013.467/76,

DECRETA:

Art. 1.º — Ficam alteradas, na forma do quadro anexo, as Cotas Trimestrais de Despesa do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Art. 2.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 26 de maio de 1976
88.º da República e 17.º de Brasília.

ELMO SEREJO FARIAS
IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DO GOVERNO

COTAS TRIMESTRAIS DE DESPESA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA — CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL

CÓDIGO	PROJETOS / ATIVIDADES	VALOR POR TRIMESTRE				TOTAL
		1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
2203.06301782.080	Manutenção das Atividades do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal	10.879.576	18.445.822	15.921.400	7.620.202	52.867.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	9.933.580	14.651.000	13.570.999	5.271.421	43.427.000
	- Outras Despesas Correntes	945.996	3.794.822	2.350.401	2.348.781	9.440.000
2203.06300251.099	Construção do Centro de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização	-	-	500.000	750.000	1.250.000
	- Obras Públicas	-	-	500.000	750.000	1.250.000
2203.06304281.103	Construção da Policlínica do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal	-	1.000.000	-	-	1.000.000
	- Obras Públicas	-	1.000.000	-	-	1.000.000
2203.06301781.102	Construção de Garagem para Viaturas do Grupamento de Busca e Salvamento	-	350.000	-	-	350.000
	- Obras Públicas	-	350.000	-	-	350.000
2203.06301781.101	Construção do Pavilhão de Oficinas	-	1.000.000	500.000	-	1.500.000
	- Obras Públicas	-	1.000.000	500.000	-	1.500.000
2203.15824952.002	Encargos com Inativos e Pensionistas	4.095.043	6.310.000	5.740.000	2.087.957	18.233.000
	- Encargos Sociais	4.095.043	6.310.000	5.740.000	2.087.957	18.233.000
2203.06301781.100	Reequipamento das Unidades de Combate a Incêndio e Salvamento	84.924	815.076	630.000	270.000	1.800.000
	- Capital	84.924	815.076	630.000	270.000	1.800.000
	TOTAL GERAL	15.059.543	27.920.898	23.291.400	10.728.159	77.000.000

DECRETO Nº. 3259 DE 26 DE MAIO DE 1976.

Altera o Orçamento da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Art. 107, da Lei nº. 4320, de 17 de março de 1964, combinado com o Item I do Artigo 27 do Decreto nº. 3097, de 22 de dezembro de 1975, e tendo em vista o que consta do Processo nº. 011603/76
DECRETA:

Art. 1º. - Fica alterado, na forma dos quadros anexos, o Orçamento da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP.
Art. 2º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 26 de maio de 1976

88º. da República e 17º. de Brasília

ELMO SEREJO FARIAS
IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

QUADRO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 3259 DE 26 DE maio DE 1976

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

RECEITA		DESPESA	
CATEGORIAS ECONÔMICAS - FONTES		FUNÇÃO - PROGRAMA - SUBPROGRAMA - ATIVIDADES - PROJETOS.	
1.0.0.00. - RECEITAS CORRENTES			
1.2.0.00. - RECEITA PATRIMONIAL	2.500.000		
1.3.0.00 - RECEITA INDUSTRIAL	30.000		
1.4.0.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
- Governo do Distrito Federal	36.700.000		
1.5.0.00 - RECEITAS DIVERSAS	30.270.000		
		FUNÇÃO 03 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
		PROGRAMA 08 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	
		Subprograma 033 - Dívida Interna	
		2.041 - Amortização de Empréstimos	7.300.000
		FUNÇÃO 10 - HABITAÇÃO E URBANISMO	
		PROGRAMA 07 - ADMINISTRAÇÃO	
		Subprograma 021 - Administração Geral	
		2.066 - Manutenção das Atividades da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP	48.025.000
		1.03 - Reequipamento dos Órgãos e Serviços de Habitação e Planejamento Urbano	1.500.000
		1.04 - Conservação de Prédios e Próprios da NOVACAP	500.000
		2.01 - Manutenção das Atividades Operacionais em decorrência de Convênios firmados com os órgãos do Governo do Distrito Federal ...	20.000.000
2.0.0.00 - RECEITAS DE CAPITAL			
2.3.0.00 - Alienação de Bens Móveis e Imóveis	525.000		
2.5.0.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			
- Governo do Distrito Federal	7.300.000		
TOTAL	77.325.000	TOTAL	77.325.000

ASSINATURAS

- As assinaturas para fora da Capital da República somente serão anuais.

- As assinaturas vencidas serão suspensas sem prévio aviso.

- Para evitar interrupção na remessa do órgão oficial, a renovação de assinatura deve ser solicitada com 30 (trinta) dias de antecedência.

- As assinaturas dos órgãos públicos serão anuais e deverão ser renovadas até 31 de março de cada ano.

- Os suplementos às edições só serão remetidos aos assinantes que solicitarem no ato da assinatura.

- Os pedidos de assinaturas de servidores devem ser encaminhados com comprovante de sua situação funcional.

REMESSA DE VALORES

A remessa de valores deverá ser feita mediante Ordem de Pagamento, por cheque visado a favor do Governo do Distrito Federal, acompanhada de esclarecimentos quanto a sua aplicação.

GDF
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE DIVULGAÇÃO
EXPEDIENTE
"DISTRITO FEDERAL"

Órgão Oficial de Divulgação do Governo do Distrito Federal

DIRETOR

ANTONIO CASTELO BRANCO

Redação e Administração:
Anexo I do Palácio do Buriti - 6º andar
Telefones: 24-1303 e 24-0830 — Ramal 308

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Semestre ..... Cr$ 70,00
Ano ..... Cr$ 140,00

FUNCIONARIOS

Semestre ..... Cr$ 55,00
Ano ..... Cr$ 110,00

PORTE AÉREO

A ser contratado separadamente com a Delegacia Regional da E.C.T. (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos), em Brasília.

NÚMERO AVULSO

— O preço do número avulso figura na última página de cada exemplar.
— O preço do exemplar atrasado será acrescido de 50% do valor fixado.

HORARIO DA REDAÇAO

A redação funciona, para atendimento do público, de 08 às 12 e das 14 às 18 horas.

Os originais para publicação, devidamente autenticados, deverão ser datilografados em um só lado do papel tamanho ofício, em espaço dois, sem rasuras nem emendas.

Texto em 3 (três) vias, sendo que uma deverá ser original, admitindo-se, em caráter excepcional, cópia xerográfica, com impressão nítida em cor preta e garantida sua indelebilidade.

Quadros, tabelas, balanços, balancetes, demonstrativos e outras matérias que, pela sua natureza, tenham que ser reproduzidas em fotofilme, deverão ser encaminhadas ao "Distrito Federal" em original de boa qualidade, na forma prevista acima.

Os contratos, convênios e termos de transação deverão conter em seu texto, cláusula expressa determinando a responsabilidade do custeio de sua publicação no "Distrito Federal", cujo pagamento será sempre antecipado, no caso de pessoa física, órgão ou entidade estranha ao Complexo Administrativo do Distrito Federal.

QUADRO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 3259 DE 26 DE maio DE 1976

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORIGEM DOS RECURSOS		TOTAL
		G.D.F	PRÓPRIOS	
2.041	Amortização de Empréstimos	7.300.000		7.300.000
2.066	Manutenção das Atividades da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP	36.700.000	11.325.000	48.025.000
1.03	Reequipamento dos Órgãos e Serviços de Habitação e Planejamento Urbano		1.500.000	1.500.000
1.04	Conservação de Prédios e Próprios da NOVACAP		500.000	500.000
2.01	Manutenção das Atividades Operacionais em decorrência de Convênios firmados com os Órgãos do Governo do Distrito Federal		20.000.000	20.000.000
	TOTAL	44.000.000	33.325.000	77.325.000

QUADRO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 3259 DE 26 DE maio DE 1976.

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

Em Cr$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ELEMENTOS												TOTAL
		3.1.1.0	3.1.2.0	3.1.3.0	3.1.4.0	3.1.8.0	3.2.3.0	3.2.5.0	3.2.7.0	4.1.1.0	4.1.3.0	4.1.4.0	4.3.1.0	
2.041	Amortização de Empréstimos												7.300.000	7.300.000
2.066	Manutenção das Atividades da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP.....	34.000.000	5.000.000	3.985.000	500.000	800.000	700.000	2.000.000	1.340.000					48.025.000
1.03	Reequipamento dos Órgãos e Serviços de Habitação e Planejamento Urbano										1.000.000	500.000		1.500.000
1.04	Conservação de Prédios e Próprios da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP.....									500.000				500.000
2.01	Manutenção das Atividades Operacionais em decorrência de Convênios firmados com os Órgãos do Governo do Distrito Federal	2.500.000	8.000.000	7.500.000				2.000.000						20.000.000
		36.500.000	13.000.000	11.485.000	500.000	800.000	700.000	4.000.000	1.340.000	500.000	1.000.000	500.000	7.300.000	77.325.000

DECRETO Nº. 3.258 DE 26 DE MAIO DE 1976

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 306.000,00 (trezentos e seis mil cruzeiros) à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 7º. da Lei nº. 6.280, de 09 de dezembro de 1.975, combinado com o Art. 41, Item I das Normas Gerais de Direito Financeiro aprovadas pela Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1.964, e tendo em vista o que consta no Processo nº. 011.595/76.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica aberto à Secretaria do Governo do Distrito Federal, o crédito suplementar no valor de Cr$ 306.000,00 (trezentos e seis mil cruzeiros) na seguinte dotação orçamentária:

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - DESPESAS DE CUSTEIO
3.1.3.0 - Serviços de Terceiros
3.1.3.2 - Outros Serviços de Terceiros 306.000,00

Art. 2º. - O crédito suplementar de que trata o Artigo anterior será financiado nos termos do Art. 43, parágrafo 1º. Item III da Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1.964, pela anulação parcial, em igual valor, da seguinte dotação orçamentária da própria Secretaria do Governo do Distrito Federal:

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.2.0.0 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
3.2.6.0 - Reserva de Contingência 306.000,00

Art. 3º. - O valor de que trata o presente Decreto integrará a FUNÇAO 03 - Administração e Planejamento, Programa 09 - Planejamento Governamental, Subprograma 021 - Administração Geral, Atividade 2.009 - Manutenção das Atividades da

Secretaria do Governo e será deduzido da Atividade 9.999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA.

Art. 4°. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 26 de maio de 1.976

88°. da República e 17°. de Brasília.

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

FERNANDO TUPINAMBA VALENTE.

Secretaria do Governo

DECRETO DE 25 DE MAIO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII do Artigo 20 da Lei n° 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar NATAL VIEIRA NEVES, Atendente, nível 09, matrícula n° 946, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão símbolo FC—08, de Chefe da Seção de Pessoal, da Divisão de Administração Geral da Administração Regional do Gama da Secretaria do Governo do Distrito Federal.
Distrito Federal, 25 de maio de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

DECRETO DE 25 DE MAIO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII do Artigo 20 da Lei n° 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, FRANCISCO BENICIO DE MEDEIROS, Agente Administrativo, Código SA-401.3, matrícula n° 343, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão símbolo FC—10, de Chefe da Seção de Administração de Sedes, da Divisão de Administração Geral da Administração Regional do Gama da Secretaria do Governo do Distrito Federal.
Distrito Federal, 25 de maio de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

DECRETO DE 25 DE MAIO DE 1976
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII do Artigo 20, da Lei n° 3.751 de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar MANOEL CUSTÓDIO DA SILVA FILHO, para exercer a Função em Comissão Símbolo FC—10, de Chefe da Seção de Administração de Sedes, da Divisão de Administração Geral da Administração Regional do Gama da Secretaria do Governo do Distrito Federal.
Distrito Federal, 25 de maio de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

DECRETO DE 25 DE MAIO DE 1976
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII do Artigo 20 da Lei n°. 3.751 de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

designar CARLOS ALBERTO MUNDIM PENA, matrícula n°. 18.704, para exercer o Cargo em Comissão, Código DAS—101.1, de Diretor da Divisão de Obras, da Administração do Setor Residencial Indústria e Abastecimento da Secretaria do Governo do Distrito Federal.
Distrito Federal, 25 de maio de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

DECRETO DE 25 DE MAIO DE 1976
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII do Artigo 20 da Lei n°. 3.751 de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

designar JOAQUIM MILITÃO DE OLIVEIRA, Agente Administrativo, Código SA—401.3, matrícula n°. 2.648, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão Símbolo FC—08, de Chefe da Seção de Documentação e Comunicação Administrativa, da Divisão de Administração Geral da Administração Regional de Brazlândia da Secretaria do Governo do Distrito Federal.
Distrito Federal, 25 de maio de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

DECRETO DE 25 DE MAIO DE 1976
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII do Artigo 20 da Lei n° 3.751 de 13 de abril de 1960.

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, MANOEL DE SOUZA CARMO, matrícula n°. 18.759, da Função em Comissão símbolo FC—08, de Chefe da Seção de Pessoal, da Divisão de Administração Geral da Administração Regional do Gama da Secretaria do Governo do Distrito Federal.
Distrito Federal, 25 de maio de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

DECRETO DE 25 DE MAIO DE 1976
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII do Artigo 20 da Lei n°. 3.751 de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

dispensar CARLOS ALBERTO MUNDIM PENA, matrícula n°. 18.704, da Função em Comissão símbolo FC—03, de Assistente Técnico, da Administração do Setor Residencial Indústria e Abastecimento da Secretaria do Governo do Distrito Federal, por ter sido designado para outra função.
Distrito Federal, 25 de maio de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

DECRETO DE 25 DE MAIO DE 1976
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII do Artigo 20 da Lei n°. 3.751 de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

designar CARMEM LUCIA CARMONA MACHADO, para exercer a Função em Comissão símbolo FC—03, de Assistente Técnica, da Administração do Setor Residencial Indústria e Abastecimento da Secretaria do Governo do Distrito Federal.
Distrito Federal, 25 de maio de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

DECRETO DE 25 DE MAIO DE 1976
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII do Artigo 20 da Lei n°. 3.751 de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

dispensar, a pedido, JOÃO BATISTA MERLIN, matrícula n°. 18.548, da Função em Comissão símbolo FC—04, de diretor da Divisão de Obras, da Administração do Setor Residencial Indústria e Abastecimento da Secretaria do Governo do Distrito Federal, a partir de 10.05.76.
Distrito Federal, 25 de maio de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

Secretaria de Administração

DECRETO DE 24 DE MAIO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei n° 3.751, de 13 de abril de 1960,

R E S O L V E:

DESIGNAR JOSÉ ARÃO DE ARAUJO BAHIA, Mecânico Operador, nível 8-A, matrícula n° 10.480, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC-12, de Encarregado de Portaria da Seção de Vigilância, da Divisão de Vigilância e Limpeza, da Coordenação do Sistema de Administração de Próprios da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

DISTRITO FEDERAL, 24 DE MAIO de 1976

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

(Republicado do DF de 27.05.76, pag. 01, por incorreção no original).

Secretaria de Finanças

DECRETO DE 25 DE MAIO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei n° 3.751, de 13 de abril de 1960,

R E S O L V E,

tornar sem efeito o Decreto de 11 de maio de 1976, publicado no "Distrito Federal" n° 74. de 19 do mesmo mês e ano, que dispensou, a pedido, GILBERTO ALVES NERY, Fiscal de Tributos, Classe "C", matrícula n° 7.836, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, Símbolo FC - 3, de Assessor Técnico, do Departamento da Receita, da Secretaria de Finanças.

DISTRITO FEDERAL, 25 de maio de 1976.

ELMO SEREJO FARIAS

FERNANDO TUPINAMBA VALENTE

Secretaria de Segurança Pública

DECRETO DE 25 DE MAIO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei n.° 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

designar VICENTE EUSTÁQUIO CALDEIRA, Agente de Polícia "C" Código PC-205.3, matrícula n.° 33.696, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC-10, de Chefe do Posto Policial da Estação Rodoviária da Coordenação de Polícia Judiciária da Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.
Distrito Federal, 25 de maio de 1976

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 25 DE MAIO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei n.° 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

designar DURVAL ROSA DA CUNHA, Escrivão de Polícia "B", Código PC-204.3, matrícula n.° 31.037, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC-8, de Chefe do Cartório da 4.ª Delegacia Policial da Coordenação de Polícia Judiciária da Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.
Distrito Federal, 25 de maio de 1976

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 25 DE MAIO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei n.° 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

designar LINDOMAR OLIVEIRA, Escrivão de Polícia "B", Código PC-204.3, matrícula n.° 31.077, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC-8, de Chefe do Cartório da Delegacia de Menores da Coordenação de Polícia Judiciária da Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.
Distrito Federal, 25 de maio de 1976

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 25 DE MAIO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei n°. 3751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:
designar FRANCISCC SABINO DE SOUZA, Agente de Polícia PC—205.3, matrícula n°. 32595, para exercer a Funçao em Comissão Símbolo FC—8, de Chefe da Seçao de Arquivos Especiais da Divisão de Informações da Coordenaçao de Informações, Planejamento e Operações da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.
Distrito Federal, 25 de maio de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 25 DE MAIO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei n°. 3751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:
designar EXPEDITO AUGUSTO, Agente de Polícia, PC—205.3, matricula n°. 30385, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissao, Símbolo FC—8, de Chefe da Seçao de Contra-Informações da Divisão de Informações da Coordenação de Informações, Planejamento e Operações da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.
Distrito Federal, 25 de maio de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 25 DE MAIO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei n°. 3751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

designar HIRAN RORIZ, Agente de Polícia "A", nível 17, matrícula n°. 33506, do Quadro de Pessoal Civil da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, para exercer a Funçao em Comissão, Símbolo FC—8, de Secretario Datilógrafo do Gabinete do Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal.
Distrito Federal, 25 de maio de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 25 DE MAIO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei n°. 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE :

dispensar, a pedido, JOSÉ MEDEIROS, Agente de Policia

PC—205.3, matricula nº. 32.705, da Função em Comissão, Símbolo FC—8, de Chefe da Seção de Arquivos Especiais da Divisão de Informações da Coordenação de Informações, Planejamento e Operações da Secretaria de Segurança Publica do Distrito Federal.

Distrito Federal, 25 de maio de 1976

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 25 DE MAIO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, SIMÃO ZOUAIN, Agente de Polícia "C" matrícula nº 30.337, da Função em Comissão , Símbolo FC—8, de Chefe da Seção de Contra - Informações da Divisão de Informações da Coordenação de Informações, Planejamento e Operações da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.
Distrito Federal, 25 de maio de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 25 DE MAIO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar o Bel. ELEASAR DA COSTA AMORIM, Escrivão Auxiliar de Polícia "C", matrícula nº 31.039, do Quadro de Pessoal Civil da SEP, da Função em Comissão, Símbolo FC—8, de Secretário Datilógrafo do Gabinete do Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal.
Distrito Federal, 25 de maio de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 25 DE MAIO DE 1976
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960,
RESOLVE:

designar ROBERTO NOGUEIRA VILA REAL, Escrivão de Polícia "B", Código PC—204.3, matrícula nº. 30.145, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC—8, de Chefe do Cartório da 15ª Delegacia Policial da Coordenação de Polícia Judiciária da Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.
Distrito Federal, 25 de maio de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 25 DE MAIO DE 1976
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

designar JOSÉ LEDY DA SILVA MACIEL, Escrivão de Polícia "B" Código PC—204.3, matrícula nº. 33.294, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC—8, de Chefe do Cartório da Delegacia de Roubos e Furtos da Coordenação de Polícia Judiciária da Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.
Distrito Federal, 25 de maio de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 25 DE MAIO DE 1976
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

designar JOSÉ MARTINS LEITE CAVALCANTE, Agente de Polícia "C", Código PC—205.3, matrícula nº. 33.543, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC—7, de Chefe do Serviço de Concessões de Diversões Públicas da Corregedoria Geral de Polícia da Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal
Distrito Federal, 25 de maio de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 25 DE MAIO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar o Bacharel IDELFONSO LOURENÇO DOS SANTOS, Escrivão Auxiliar de Polícia "C", nível 16, matrícula nº 31.059, do Quadro de Pessoal Civil da SEP, da Função em Comissão, Símbolo FC—10, de Chefe do Posto Policial da Estação Rodoviária da Coordenação de Polícia Judiciária da Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.
Distrito Federal, 25 de maio de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 25 DE MAIO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar o Bacharel ANASTÁCIO NAVARRO MARQUES, Escrivão de Polícia "B", nível 18, matrícula nº 31.029, do Quadro de Pessoal Civil da SEP, da Função em Comissão, Símbolo FC—8, de Chefe do Cartório da 4ª. Delegacia Policial da Coordenação de Polícia Judiciária da Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.
Distrito Federal, 25 de maio de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 25 DE MAIO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar o Bacharel MANOEL CLÁUDIO DA SILVA, Escrivão Auxiliar de Polícia "B", nível 15, matrícula nº 33.270, do Quadro de Pessoal Civil da SEP, da Função em Comissão, Símbolo FC—8, de Chefe do Cartório da Delegacia de Menores da Coordenação de Polícia Judiciária da Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.
Distrito Federal, 25 de maio de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 25 DE MAIO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1.960,

RESOLVE :

dispensar o Bacharel TOCIRO YAMAMOTO, Escrivão Auxiliar de Polícia "C", nível 16, matrícula nº. 31.095, do Quadro de Pessoal Civil da SEP, da Função em Comissão, Simbolo FC-8, de Chefe do Cartório da Delegacia de Homicidios da Coordenação de Policia Judiciaria da Policia Civil da Secretaria de Segurança Publica do Distrito Federal.
Distrito Federal, 25 de maio de 1.976

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 25 DE MAIO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1.960,

RESOLVE :

dispensar LINDOMAR OLIVEIRA, Escrivão de Polícia "B", Código PC—204.3, matrícula nº. 31.077, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, Símbolo FC-8, de Chefe do Cartório da 1ª Delegacia Policial da Coordenação de Policia Judiciaria da Policia Civil da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.
Distrito Federal, 25 de maio de 1.976.

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 25 DE MAIO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1.960,

RESOLVE :

dispensar a Bacharela MARIA APARECIDA SILVA, Agente de Policia "A", nível 17, matricula nº. 33.805, do Quadro de Pessoal Civil da SEP, da Funçao em Comissão, Símbolo FC-8, de Chefe do Serviço de Correição da Corregedoria Geral de Policia da Policia Civil da Secretaria de Segurança Publica do Distrito Federal.
Distrito Federal, 25 de maio de 1976

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 25 DE MAIO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei n.º 3751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

designar ROSALVO GOMES DE OLIVEIRA, Escrivão de Polícia "B", Código PC-204.3, matrícula n.º 33.880, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC-8, de Chefe do Cartório da Delegacia de Homicídios da Coordenação de Polícia Judiciária da Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.
Distrito Federal, 25 de maio de 1976

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 25 DE MAIO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei n.º 3.751 de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

designar ISMAEL ARTUR GALEAZZI, Escrivão de Polícia "B", Código PC-204.3, matrícula n.º 33.860, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC-8, de Chefe do Cartório da 1.ª Delegacia Policial da Coordenação de Polícia Judiciária da Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.
Distrito Federal, 25 de maio de 1976

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 25 DE MAIO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE :

dispensar o Bacharel ZALDINO FRISSO, Escrivão de Polícia "B", nível 18, matricula nº. 30.151, do Quadro de Pessoal Civil da SEP da Função em Comissão, Símbolo FC- 8, de Chefe do Cartório da 15ª Delegacia Policial da Coordenação de Policia Judiciaria da Policia Civil da Secretaria de Segurança Publica do Distrito Federal.

Distrito Federal, 25 de maio de 1.976

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 25 DE MAIO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1.960,

RESOLVE :

dispensar o Bacharel JOSÉ RESENDE FILHO, Escrivao Auxiliar de Policia "C", nível 16, matricula nº. 31.071, do Quadro de Pessoal Civil da SEP, da Função em Comissão, símbolo FC—8, de Chefe do Cartório da Delegacia de Roubos e Furtos da Coordenação de Policia Judiciaria da Policia Civil da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.
Distrito Federal, 25 de maio de 1.976

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 25 DE MAIO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1.960,

RESOLVE :

dispensar o Bacharel EDIGAR NUNES PEREIRA, Escrivão Auxiliar de Policia "C", nível 16, matrícula nº. 31.041, do Quadro de Pessoal Civil da SEP, da Função em Comissão, Símbolo FC-7, de Chefe do Serviço de Concessões de Diversões Públicas da Corregedoria Geral de Policia da Policia Civil da Secretaria de Segurança Publica do Distrito Federal.
Distrito Federal, 25 de maio de 1.976

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DESPACHOS

Processo nº: 123.167/75—SEP
Interessado: Polícia Militar
Assunto: Reajustamento salarial do Pessoal Civil da PMDF

DESPACHO

1 - Aprovo o reajustamento salarial proposto pela PMDF para o pessoal regido pela CLT, face aos pronunciamentos da Secretaria de Administração e Secretaria de Governo.
II - Encaminhe-se à superior consideração do Excelentíssimo Senhor Governador do DF.

III - Se este processo for referendado por Sua Excelência, deverá o DAG proceder na forma do art. 9º, do Dec. 1 890, de 21/12/71.
DATA SUPRA.
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON
Secretário de Segurança Pública

DESPACHO

De acordo. Autorizo.
A Secretaria de Segurança

Pública para as providências complementares.
Brasília, 24 de maio de 1976

De acordo. Autorizo.
Brasília, 24 de maio de 1976

ELMO SEREJO FARIAS
GOVERNADOR

"Republicado do DF" Nº 79, de 27/05, pág. 17 por ter saído com incorreção".

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE INTENDÊNCIA

TABELA DE EMPREGOS PERMANENTE

Processo nº 123.167/75-SEP

PESSOAL PROFISSIONAL

Níveis	EMPREGO	Situação Atual	Situação Proposta
	I) Profissional (24 Horas/Semana)		
EP 14	Médico	2.024,00	2.391,00
EP 14	Odontólogo	2.024,00	2.391,00
EP 14	Farmacêutico Bioquímico	2.024,00	2.391,00
	II) Técnico (40 Horas/Semana)		
EP 12	Auxiliar de Enfermagem	1.584,00	1.872,00
EP 06	Aux. Téc de Laboratório	792,00	936,00
EP 05	Auxiliar de Fisioterapia	726,00	858,00
-	Atendente	726,00	858,00

Brasília, 20 de maio de 1976

ANIBAL PACHECO DE SOUSA - TEN CEL PM
DIRETOR DE INTENDÊNCIA
RG 141.271

PROCESSO Nº : 12.183/76
INTERESSADO : ATILIO PAGLIARI e outros
ASSUNTO : Permanência de Servidores abrangidos pela Lei 5.920/73

Senhor Governador:

Solicita o Senhor Chefe do Escritorio da NOVACAP em São Paulo, autorização para a permanência naquele Escritorio dos Servidores em anexo relacionados. No que se refere a YARA RASMUSEN SCHUETZE, Técnico de Contabilidade, nível 15-C, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, o seu afastamento já se acha prorrogado até 31 de dezembro de 1976, de acordo com autorização de Vossa Excelencia publicada no "DF" de 24.12.75. Quanto aos outros, proponho a Vossa Excelencia seja dada anuência ao solicitado, em carater excepcional, nos termos do parágrafo 1º do artigo 8º do Decreto lei nº, 1.360 de 22 de novembro de 1974, tendo em vista as peculiaridades do presente caso.
Brasilia, 19 de maio de 1976

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração
De acordo. Autorizo.
Brasilia, 24 de maio de 1976

ELMO SEREJO FARIAS
GOVERNADOR

"Republicado do DF" Nº 79, de 27/05, pág. 03 por ter saído incompleto".

Relação dos servidores de que trata o processo nº 12.183/76

NOME	MATRÍCULA	CARGO
Atílio Pagliari	16.182	Agente Administrativo - SA-401.4
Irene Ferretti	10.231	Agente Administrativo - SA-401.4
José Roberto de Alvarenga Vieira	16.063	Agente Administrativo - SA-401.4
Darcy Dutra de Castro	16.036	Agente Administrativo - SA-401.4
Yara Rasmusen Schuetze	16.942	Técnico de Contabilidade - Nível 15

CONSELHO PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL

ATA DA 24ª. SESSÃO ORDINARIA DO CONSELHO PENITENCIARIO DO DISTRITO FEDERAL

Aos onze dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e seis, no segundo andar do Edifício Venâncio IV, reuniu-se o Conselho Penitenciario do Distrito Federal, sob a presidência do Doutor Washington Bolívar de Brito, presentes os Conselheiros Abelardo da Silva Gomes, Elísio Rodrigues de Araújo, Miguel Jorge Sobrinho, Oswaldo Rocha Mello, João Seabra da Silva, Jofran Frejat e os Informantes Rogério Bernardino Barbosa Gomes e Renan de Oliveira Duarte. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Nelson Trancoso Meirelles. Aberta a sessão, foi lida a ata da reunião anterior que em votação, foi aprovada. O Senhor Presidente comunicou que tivera uma entrevista com o Secretário do Governo do Distrito Federal, quando foi tratado o assunto do Regimento do Conselho, cujo redação final já se encontra com os técnicos do Governo do Distrito Federal, devendo ser aprovada nos próximos dias. A seguir o Presidente apresentou cumprimentos ao Conselheiro Miguel Jorge Sobrinho, pela passagem do seu aniversario, no dia 12 do corrente, no que foi acompanhado pelos Senhores Conselheiros, Informantes e Secretária. Facultada a palavra aos presentes, o Conselheiro Oswaldo Rocha Mello, que estará de férias no período de 13 de março a 15 de abril do ano em curso, comunicou que viajará até São Paulo e que pretende fazer uma visita de cortesia ao Conselho Penitenciário daquele Estado e visitas de estudos a estabelecimentos penais da Capital. O Senhor Presidente determinou fossem feitos ofícios apresentando o Conselheiro Oswaldo Rocha Mello ao Presidente do Conselho e ao Diretor Geral do Departamento dos Institutos Penais de São Paulo, credenciando-o, a, sem qualquer ônus para este Conselho, realizar as visitas que pretende. O Conselheiro Miguel Jorge Sobrinho informou que o Conselheiro Nelson Trancoso Meirelles, se encontra internado no 1º. Hospital Distrittal de Brasilia, em tratamento pré-operatório, havendo o Senhor Presidente designado o Conselheiro Miguel Jorge Sobrinho para, em seu nome e no dos demais Conselheiros, fazer-lhe uma visita. O Conselheiro Elísio Rodrigues de Araújo, teceu comentários sobre a concessão da comutação de pena proposta pelo Conselho Penitenciario Federal, ao sentenciado JOSÉ DEUSDETE BEZERRA, interno do Centro de Internamento e Reeducação, cujo Decreto foi publicado no Diário Oficial de 10 do corrente, destacando o papel relevante dos Conselhos Penitenciários na reintegraçao social dos sentenciados. "DISTRIBUIÇÃO:" foi distribuido ao Conselheiro Jofran Frejat o protocolo nº. 593/75, Classe "A" - nº. 179, pedido de graça de JOSÉ MARCOLINO FERREIRA, interno do Centro de Internamento e Reeducação, sendo, na mesma ocasião, entregues ao relator designado os autos da apelação criminal nº. 2479. "ORDEM DO DIA: o Senhor Presidente relatou o protocolo nº. 184/75, Classe "A" - nº. 73, pedido de graça formulado em favor de PAULO REYNAUD MIRANDA DA SILVA, da Justiça Militar do Rio de Janeiro, sendo a decisão, por unanimidade, pelo não conhecimento do pedido, nos termos do voto do relator. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão. E, para constar, eu, Irlanda Teles Pereira, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. Sala das Sessões, em 11 de março de 1976
WASHINGTON BOLIVAR DE BRITO
Presidente

ATA DA 25ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO PENITENCIARIO DO DISTRITO FEDERAL

Aos dezesseis dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e seis, no segundo andar do Edifício Venâncio IV, reuniu-se o Conselho Penitenciário do Distrito Federal, sob a presidência do Doutor Washington Bolivar de Brito, estando presentes os Conselheiros Aberlardo da Silva Gomes, Elísio Rodrigues de Araújo, Miguel Jorge Sobrinho, João Seabra da Silva, Jofran Frejat, Celso Franco de Sá Santoro e os Informantes Rogério Bernardino Barbosa Gomes e Renan de Oliveira Durate. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Oswaldo Rocha Melo e Nelson Trancoso Meirelles. Aberta a Sessão, foi lida e em votação, aprovada a ata da reunião anterior. O Senhor Presidente apresentou cumprimentos e votos de boas-vindas ao Conselheiro Celso Franco de Sá Santoro, que, pela primeira vez, participava de uma sessão do Conselho, convocado que fora para substituir o Conselheiro Oswaldo Rocha Mello, ora em férias, ressaltando que contara com a sua eficiente colaboração na implantação da estrutura administrativa do Ministério das Comunicações. Os demais Conselheiros acompanharam o Senhor Presidente, apresentando também saudações ao Conselheiro Celso Franco de Sá Santoro, que agradeceu as manifestações de carinho que foi alvo, dizendo se honrado em integrar o Conselho, e esperando colaborar nos trabalhos do órgão. A seguir o Senhor Presidente convocou o Conselheiro Abelardo da Silva Gomes para presidir, no dia 17 do corrente, na sala de sessões deste Conselho, a cerimônia de entrega da Carteira de liberado condicional ao sentenciado JOSÉ HONÓRIO MOIZINHO SOBRINHO, interno do Centro de Internamento e Reeducação. Comunicou ainda o Senhor Presidente: que a Comissão Parlamentar de Inquérito — Sistema Penitenciário concluiu os seus trabalhos, oferecendo algumas conclusões, segundo publicação no Correio Braziliense, edição do dia 12 do corrente. Determinou fosse feito ofício ao Deputado Ibraim Abi-Ackel, que elaborou o relatório final, solicitando cópia do mesmo e também alguns dos avulsos que tratam do problema, que estivera em audiência com o Chefe do Gabinete do Senhor Governador do Distrito Federal, com quem tratou de assuntos gerais de interesse deste Conselho, sendo cientificado das providências determinadas e para cujo acompanhamento designou a Chefe da Secretaria, servidora Angelica de Magalhães Hugueney, que já na manhã do mesmo dia tivera uma entrevista com o Assessor da Coordenação de Modernização Administrativa da Secretaria do Governo do Distrito Federal; que expedira oficios ao Diretor do DETUR e ao Chefe do Cerimonial do Governo do Distrito Federal, encaminhando relação nominal dos membros do Conselho Penitenciário do Distrito Federal, que recebera um exemplar do Boletim do Ministério Público local, onde inseridas notícias sobre providências determinadas pelo Procurador-Geral da Justiça do Distrito Federal e Territórios, em relação a movimentação de Defensores junto às Varas da Justiça local. Determinou fosse expedido ofício ao Senador Acioli Filho, que preside o Instituto Brasileiro de Ciência Penal, solicitando informações sobre o I Congresso que se realizará nesta Capital, no ano em curso. Concedida a palavra aos presentes, o Conselheiro Miguel Jorge Sobrinho informou que o Conselheiro Nelson Trancoso Meirelles já tivera alta do 1º HDB, mas que solicitara fosse comunicado que ainda não pode comparecer às sessões, visto encontrar-se em repouso, por determinação médica. O Conselheiro João Seabra da Silva comunicou que estivera presente à reunião do Ciclo de Estudos Sobre a Reforma do Judiciário, presidida pelo Ministro Djaci Falcão e realizada a tarde do mesmo dia, no auditório do CEUB, sugerindo que mais outros Conselheiros participassem dessas reuniões. DISTRIBUIÇÃO: foi devolvido ao Conselheiro Miguel Jorge Sobrinho, após cumprimento de diligências, o pedido de livramento condicional protocolizado sob nº. 28/76, Classe B, nº. 03, de FRANCISCO JOSÉ DE ALMEIDA, interno do Centro de Internamento e Reeducação. ORDEM DO DIA: pelo Conselheiro Miguel Jorge Sobrinho foi relatado o protocolo a ele devolvido, relativo a FRANCISCO JOSÉ DE ALMEIDA, sendo o parecer, pelo deferimento da medida pleiteada, aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. E, para constar, eu, Irlanda Teles Pereira, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Sala das Sessões, em 16 de março de 1976. WASHINGTON BOLIVAR DE BRITO-Presidente.

Gabinete Militar

PORTARIA DE 03 DE MAIO DE 1976

O CHEFE DO GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é atribuída pelo Decreto "E" nº 340, de 12 de dezembro de 1967,

RESOLVE:

Autorizar Henrique Dantas, matrícula nº 9.424, motorista Oficial, TP 601.5, Classe B, a viajar à Goiânia - GO, no dia 03 de maio do corrente ano, a serviço do Gabinete do Governador do Distrito Federal.

Distrito Federal, 03 de maio de 1976

GUARACY DE LIMA FURTADO
— Cel. PM
Chefe do Gabinete Militar

PORTARIA DE 03 DE MAIO DE 1976

O Chefe do Gabinete Militar do Governador do Distrito Federal, no uso da competência que lhe é

atribuída pelo Decreto "E" nº. 340, de 12 de dezembro de 1967, RESOLVE:

autorizar Fernando Miranda, matrícula nº. 17739, a viajar à Goiânia-GO, no dia 03 de maio do corrente ano, a serviço do Gabinete do Governador do Distrito Federal.

Distrito Federal, 03 de maio de 1976

GUARACY DE LIMA FURTADO
—Cel. PM
Chefe do Gabinete Militar

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATOS DO SECRETÁRIO

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PESSOAL

DIVISÃO DE REGISTRO E MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

Atos do Diretor

ORDEM DE SERVIÇO DE 29/04/76

Processo nº. 125622/75,
Nome: Fernando Arthur Baptista de Carvalho
Matr. 05.804
Cargo: Médicc
Nível: NS-701.4
Tornar sem efeitc a Ordem de Serviço de 26/02/76, que removeu da SECRETARIA DE Administração, para a Polícia Militar do D. Federal

ORDEM DE SERVIÇO DE 29/04/76
Processo nº. 125622/75,
Nome: Celio Menicucci
Matr. 05.994
Cargo: Médico
Nível NS-701.4
Tornar sem efeito a Ordem de Serviço de 26/02/76, que removeu da Secretaria de Administração, para a Secretaria de Segurança Pública.

ORDEM DE SERVIÇO DE 30/03/76
Processo nº. 007878/76
NOME: Jose Rodrigues Lima Viana Mat.: 10.542
CARGO: Agente Administrativo SA-401.4 remove da SEA, para a SEF.
(Republicado por ter saido com incorreção no DF 60 de 23.04.76, p. 03)

ORDEM DE SERVIÇO DE 29/04.76
Processo 302215/76
NOME: Ercília Alves Furriel
Mat.: 04.921
CARGO: Agente de Portaria TP-602.1
Retorna da FEDF, para a SEC, remove da SEC, para ASRIA.

ORDEM DE SERVIÇO DE 26/05/76
NOME: Andrea Toscano
Matr.: 16.126
CARGO:Engenheiro
Nível NS-710.6
Remove da SEA, para Adm. Reg. de Planaltina.

ORDEM DE SERVIÇO DE 30/04/76
O.I nº 427/76—SP/DAG/SVO
Nome: Antonio Augusto Soares
Matr: 16 956
Cargo: Técnico Rural
Nível 11—A
Retorna da NOVACAP para a SVO

ORDEM DE SERVIÇO DE 30/04/76
O.I nº 427/76—SP/DAG/SVO
Nome: João Teixeira
Matr: 16 958
Cargo: Técnico Rural
Nível 11— A
Retorna da NOVACAP para a SVO

ORDEM DE SERVIÇO DE 30/04/76
O.I nº 427/76-SP/DAG/SVO
Nome: Herminio Ribeiro de Souza
Matr: 17 242
Cargo: Trabalhador
Nível 01
Retorna da NOVACAP para a SVO

ORDEM DE SERVIÇO DE 04/05/76
O.I nº 202/76—SP/DAG/SEC
Nome: Salomé Steinmetz Berryman
Matr: 04 368
Cargo: Professora de Ensino Médio
Nível 19
coltoca à dispo. da FEDF.

ORDEM DE SERVIÇO 04/05/76
O.I nº 202/76—SP/DAG/SEC
Nome: Aracy Vailatti Mafra
Matr: 04.698
Cargo: Professora Ensino Especializado
Nível 14
coloca à disposição da FEDF

ORDEM DE SERVIÇO DE 04/05/76

O.I. nº.: 198/76
NOME: Irma Haag e Silva
Matr.: 05.062
Nível: 13—B
CARGO: Professora de Ensino Elementar
Retorna da FEDF, para a SEC,

ORDEM DE SERVIÇO DE 04/05/76
O.I. nº.: 198/76
NOME: José Brito da Cunha
Matr.: 04.047
MG1.02119
CARGO: Professor de Ensino Médio
Retorna da FEDF, para a SEC.

ORDEM DE SERVIÇO DE 04/05/76
O.I. nº.: 198/76
NOME: Lia Marlene Cascaes Sabino
Matr.: 03.028
Nível: 13—B
CARGO: Professora de Ensino Elementar
Retorna da FEDF, para a SEC.

ORDEM DE SERVIÇO DE 04/05/76
O.I. nº.: 198/76
NOME: Luiza Vilela Rodrigues
Matr.: 03.064
Nível: 13—B
CARGO: Professora de Ensino Elementar
Retorna da FEDF, para a SEC.

ORDEM DE SERVIÇO DE 04/05/76
O.I. nº.: 198/76
NOME: Manoel Pinheiro da Silva
Matr.: 04.161
TP—602.1.
CARGO: Agente de Portaria
Retorna da FEDF, para a SEC.

ORDEM DE SERVIÇO DE 04/05/76
O.I. nº.: 198/76
NOME: Manuel Luciano da Silva.
Matr.: 04.159
TP—602.1
CARGO: Agente de Portaria
Retorna da FEDF, para a SEC.

ORDEM DE SERVIÇO DE 04/05/76
O.I. nº.: 198/76
NOME: Maria Eugênia Fontenele Viana Peçanha
Matr.: 03.172
Nível: 13—B
CARGO: Professora de Ensino Elementar
Retorna da FEDF, para a SEC.

ORDEM DE SERVIÇO DE 04/05/76
O.I. nº.: 198/76
NOME: Maria José Pereira Alves
Matr.: 07.246
Nível: 13—B
CARGO: Professora de Ensino Elementar
Retorna da FEDF, para a SEC.

ORDEM DE SERVIÇO DE 04/05/76
O.I. nº.: 198/76
Matr.: 04.223
MG1.02.19
NOME: Maria Salete Albuquerque
CARGO: Professora de Ensino Médio
Retorna da FEDF, para a SEC.

ORDEM DE SERVIÇO DE 04/05/76
O.I. nº.: 198/76
Matr.: 03.311
Nível: 13-B
NOME: Maria Thereza Cunha Menezes
CARGO: Professora de Ensino Elementar
Retorna da FEDF, para a sec.

ORDEM DE SERVIÇO DE 11/05/76
Processo nº.: 11627/76
NOME: Nilma de Oliveira Aquino
CARGO: Atendente
Matr.: 00.944
Nível: 09
Remove da SEA, para a SEF.

ORDEM DE SERVIÇO DE 11/05/76
O.f. nº.: 868/76—GAG
NOME: Paulo Cesar da Avila e Silva
CARGO: Oficial de Administração
Matr.: 06.212
Nível: 16—C
Remove da GAG, para a SVO.

ORDEM DE SERVIÇO DE 11/05/76
Processo nº.: 302025/76
NOME: Tiago Pereira Araújo
CARGO: Carpinteiro
Matr.: 14.605
Nível: 09—B
Remove da SVO, para ASRIA.

ORDEM DE SERVIÇO DE 10/05/76.
Processo nº.: 11184/76
NOME: Valdomiro Pereira da Costa
CARGO: Trabalhador
Matr.: 12.687
Nível: 01
Retorna da FEDF, para a SEC, remove da SEC, para a SEA.

ORDEM DE SERVIÇO 1º./04/76

O.I nº.: 248/76 — SP/DAG/SVO.
NOME: Boaventura José Albuquerque
CARGO: Auxiliar Artifice de Manutenção
Matr.: 10.813
Nível: 05
Retorna da NOVACAP, para a SVO, (republicado por ter saido com incorreção no DF. 67 de 06/05/76, p. 04)

ORDEM DE SERVIÇO DE 12/05/76
Processo nº.: 13184/76
NOME: Expedito Justiniano de Noronha
CARGO: Agente Administrativo
Matr.: 15.992

SA—401.6.
Remove da SVO, para a SEA.

ORDEM DE SERVIÇO DE 12/05/76
Processo: 10607/76
NOME: Clarice de França Soares
CARGO: Agente Administrativo
Matr.: 18.594
SA—401.6.

Remove da SEP, para a SEA.

ORDEM DE SERVIÇO DE 11/05/76
Processo nº.: 13337/76
NOME: Carlos Antonio de Carvalho
CARGO: Agente de Portaria
Matr.: 16.658
TP—602.2
Remove da SVO, para a SEA.

ORDEM DE SERVIÇO DE 11/05/76
Processo nº.: 13337/76
NOME: Antonio Paulino Neto
CARGO: Agente de Portaria
Matr.: 14.732
TP—602.2
Remove da SVO, para a SEA.

ORDEM DE SERVIÇO 03/05/76

O.f. nº.: 521/76
NOME: Joaquim Soares da Silva
CARGO: Pedreiro
Matr.: 16.418
Nível: 09—B
Retorna do DETUR, para o GAG, remove do GAG, para a SSP.

Clayr Rochefort
Diretor da Divisão de Registro e
Movimentação de Pessoal
CSP-SEA

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE DOCUMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO ADMINISTRATIVA

COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

ATA DA CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS, INSTITUIDA PELA PORTARIA Nº 153/75-SEA, DE 09.04.75, DO SENHOR SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

Aos doze dias do mês de abril de hum mil novecentos e setenta e seis, às quatorze horas, na sala de reuniões, sita no 6º andar do Edifício Brasília, realizou-se a 158a. reunião da Comissão de Eliminação de Documentos, sob a presidência do Senhor NELSON GRADIL CARDOSO, presentes os Senhores membros JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS, EDSON CARNEIRO DA CUNHA FILHO e RODOLPHO LOBATO PEREIRA. Após constatar a existência de "quorum" a sessão foi aberta com a leitura e aprovação, sem emenda, da Ata da reunião anterior. Na ordem do dia foram examinados e julgados 473 processos referentes aos de 1964/66, cujo produto final é a seguir relatado:

a) considerar passíveis de guarda, até completar o prazo para eliminação, 15 processos;
b) considerar passíveis de microfilmagem 70 processos;
c) considerar passíveis de "ELIMINAÇÃO" 388 processos;
d) remeter os processos mencionados no item "a" ao Arquivo Central para fins de guarda;
e) remeter os processos mencionados no item "b" à Seção de Seleção e Preparo para microfilmar e
f) remeter os processos mencionados no item "c" à Seção de Eliminação de Documentos para após a publicação desta Ata e respectiva Súmula, observando um prazo de 05 dias para possíveis reclamações, providenciar a sua eliminação.

Nada mais constando da pauta, foi encerrada a reunião, da qual para constar, eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Secretário, lavrei a presente Ata, que lida e achada conforme vai por todos assinada.

Presidente:

Secretário:

Membros:

jms.

Súmula dos trabalhos da reunião nº 158 realizada em 12 / 04 / 1976

RESUMO DA ATA

DE ACORDO COM A ATA Nº 158a. DA CED FORAM EXAMINADOS E JULGADOS 473 PROCESSOS, SENDO CONSIDERADOS PASSÍVEIS DE GUARDA ATÉ COMPLETAR PRAZO PARA E IMINAÇÃO, 15, PARA MICROFILMAGEM 70 E DE ELIMINAÇÃO 388

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS PASSÍVEIS DE ELIMINAÇÃO

PROCESSOS PASSÍVEIS DE ELIMINAÇÃO COM O PRAZO DE 02 A 10 ANOS

Nº ORDEM	PROCESSO Nº	INTERESSADO
1	01115/64	Waldeniro Glória

2	11556/66	Chang Song Kim
3	11557/66	Alberto I Antonio Ltda
4	11558/66	Restaurante Beirute Salgados
5	11559/66	Campos Coelho
6	11560/66	B.B.C.Ex.
7	11561/66	Prova nº 451
8	11562/66	" " 43
9	11563/66	Victor Ramos de paiva
10	11565/66	Prova nº 225
11	11566/66	Cristino Vieira de Alencar
12	11567/66	José Gomes da Silva
13	11568/66	Prova nº 220
14	11569/66	José Alves Sarajau
15	11571/66	Deltrudes Pereira da Mota
16	11572/66	Leoplodino Pereira Ramos
17	11573/66	Francisco da Silva
18	11574/66	Alcides Tavares Câmara
19	11576/66	COTA-Construção, Técnica e Administração Ltda
20	11577/66	" " " " "
21	11578/66	Frigorífico Vera Cruz S/A
22	11579/66	" " " "
23	11580/66	Raimundo Nunes Rodrigues
24	11581/66	Hélio Cardoso
25	11582/66	Vera de Lourdes Viana
26	11583/66	Equipamentos Eletrônicos-ELETRONIC SERVICE LTDA-
27	11584/66	José Maria Neto
28	11585/66	Jurema Arona Vilani
29	11589/66	Elétrica Araujo Comercial Ltda
30	11590/66	Elétrica Sarkis Ind. e Comércio Ltda
31	11591/66	HAC. Comércio e Publicidade Ltda
32	11592/66	João Quirino Pereira
33	11593/66	Abílio Bezerra Lima
34	11595/66	Gerson Monteiro Guimarães
35	11596/66	Francisco Mont'Alverne Pires e outros
36	11597/66	Guilherme Catramby Filho
37	11599/66	Cartório do 2º Ofício de Notas e Protestos
38	11600/66	Jáiro Caetano do Carmo
39	11601/66	Mauro Monteiro
40	11602/66	Horlando Almeida Abreu
41	11603/66	Antonio José dos Santos
42	11604/66	Haroldo de Lima Belem
43	11605/66	Prova nº 323
44	11607/66	Francisca Pereira da Silva
45	11608/66	Elias Michael Campos
46	11609/66	Nilton Bernardino Pereira
47	11610/66	Nadith Nassif Jaber
48	11611/66	Secretaria de Educação e Cultura
49	11612/66	Serviços Aéreos Cruzeiros do Sul S/A
50	11613/66	Orion Elvídio Leite
51	11614/66	Elita Rangel Alves
52	11615/66	Inã Fernandes Costa
53	11617/66	Albino Gonçalves Patrão
54	11618/66	Élsio Rubens Raw
55	11619/66	José Alves Filho
56	11624/66	Tomás Morales Garcia
57	11625/66	Casas das Cortinas Brasília Ltda
58	11626/66	Expedito Dias Ferreira
59	11627/66	Francisco Barroso de Medeiros
60	11631/66	Câmara Municipal de Jaboticaba
61	11633/66	Prova nº 172
62	11636/66	" " 244
63	11637/66	Elba Ribeiro Boaventura
64	11638/66	Semirames Regueira Burgos
65	11639/66	Maria Niva de Azevedo Araujo
66	11640/66	Eni Machado Coelho
67	11641/66	Paulo Barbosa de Souza
68	11642/66	Doracy Barreto Aires França
69	11643/66	Maria do Nascimento Melo
70	11647/66	Josefina Gonçalves Guimarães
71	11645/66	Valdete Santana Barbosa
72	11648/66	Mário Viçoso Amaral
73	11649/66	Francisca Gonçalves Guimarães
74	11650/66	Marlene Estevam Dantas Calheiros
75	11652/66	Francisca Ribeiro Lima Brito
76	11653/66	Celso Afonso Alargão
77	11654/66	Maria da Glória Rodrigues Chaves
78	11656/66	Ruth Rodrigues Alvim
79	11657/66	Sônia Maria Pereira de Carvalho
80	11658/66	Ada Portilho Teixeira
81	11659/66	Rubens Mendes Passos
82	11660/66	Helena Melo Peressin
83	11662/66	Maria Aparecida de Almeida Tardelli
84	11664/66	Joanita Rocha Botelho
85	11663/66	Selma Gláuce Monteiro Rocha
86	11665/66	Salomé Steinmetz Hemb
87	11666/66	Áurea Ponce de León Antunes
88	11667/66	Nívea Batista Borges da Silveira
89	11668/66	Dirce de Oliveira Souza Monteiro
90	11669/66	Maria Amélia de Jesus
91	11671/66	" " "
92	11672/66	Vera Lúcia Monjardim de Palma Lima
93	11673/66	Maria Terezinha Rangel Pinheiro
94	11674/66	Maria Emília Soares Procópio
95	11675/66	Ada Portilho Teixeira
96	11676/66	Zuila José Ribeiro Gabriel
97	11677/66	Célia Marques Costa
98	11678/66	Oswaldo Souza e Silva
99	11679/66	Nêusa Eugênia Bicalho Monteiro
100	11680/66	Antonieta Apparecida Vaiano Braga
101	11681/66	Mirtes Vasques Silva
102	11682/66	Maria Vera de Oliveira Almeida
103	11683/66	Ângela Maria Flores Navrall
104	11684/66	Iris Moraes de Medeiros
105	11685/66	Judith de Sousa Alves
106	11686/66	Ivone Carlos Domingues
107	11687/66	Donalva Gonçalves Caixeta
108	11689/66	Ana Maria Ibrahim Raiva
109	11690/66	Vera Lúcia Geaquito
110	11691/66	Jane Canut
111	11692/66	Gabriela Guimarães Freitas
112	11693/66	Geraldo de Oliveira Galvão
113	11694/66	Suely Geraldo Salomão
114	11695/66	Bráulio Dantas de Araujo
115	11696/66	Maria Magdalena Caputo Guedes
116	11697/66	Maria Amélia Andrade
117	11698/66	Maria Nêuma da Silva Eleutério
118	11699/66	Georgina Ramos Martiniano de Sousa
119	11700/66	Magaly Valle de Souza
120	11701/66	Dinah Maia dos Santos Silva
121	11703/66	Ana Maria Espírito Santo Polveiro
122	11706/66	Stael Carvalho Lopes
123	11707/66	Berenice Almeida
124	11708/66	Wanda de Castro
125	11709/66	Maria José da Araujo Fonseca
126	11710/66	Joanita Rocha Botelho
127	11712/66	Ana Coelho Toledo
128	11713/66	Maria Gomes e Souza
129	11714/66	Guarda Móveis Carioca Transp. e Comércio Ltda
130	11715/66	Domenico Sorrenti
131	11716/66	José Eduardo Maia Mendonca
132	11717/66	Vieira & Lopes Ltda
133	11718/66	Gomes & Cia Ltda
134	11719/66	Francisco Babo Alvim
135	11720/66	Presmic Turismo Ltda
136	11721/66	Petronília Marques Lira
137	11722/66	Minaca Mêusa Imafuki
138	11723/66	Amari Breves & Cia Ltda
139	11724/66	CELTA-Organização Distribuidora Refeições Ltda.
140	11725/66	Corinto Xavier da Silva
141	11726/66	Raimundo Nonato de Souza
142	11727/66	Irmãos Furtado Ltda
143	11728/66	Wanderlina Teodoro Miranda
144	11729/66	M. Pereira
145	11730/66	L. Buganu
146	11731/66	" "
147	11732/66	Cia Expansão do Nordeste Ltda
148	11733/66	Gráfica Editora e Representações Ltda
149	11734/66	Antonio Cardoso Filho
150	11735/66	João Almeida Farias
151	11736/66	Camel Nakle Nassuh
152	11737/66	Eudoxia de Miranda Pereira
153	11738/66	Gildo Ribeiro da Silva
154	11739/66	João Batista Macion Ventura
155	11740/66	Maria José Tavares Porto
156	11741/66	Prova nº 137
157	11742/66	Ignez Carraca de Alcântara
158	11743/66	Josino de Gusmão Neto
159	11746/66	José Calado Neto
160	11747/66	Newuton Dias Paes Leme
161	11748/66	Iacir Torres da Costa
162	11749/66	Cartório de Registro de Imóveis
163	11750/66	Josino de Gusmão Neto
164	11751/66	Rogério de Queiroz Grillo
165	11752/66	Manoel Alves de Souza
166	11754/66	Washington Fernandes Vieira
167	11755/66	Secretaria de Educção e Cultura
168	11757/66	Maria Albertina Freitas do Carmo
169	11758/66	Joaquim Barbosa Rodrigues de Araujo
170	11759/66	Samuel Cohen Cohen
171	11769/66	Zacarias Felipe Abrão
172	11761/66	João Abrahão e outro
173	11762/66	Franciaco José Gonçalves
174	11763/66	José Hildo Teixeira
175	11764/66	José Severino da Silva
176	11765/66	Joaquim Almeida de Souza
177	11767/66	Francisco Braz dos Santos
178	11768/66	João Gomes da Silva
179	11770/66	Manoel Vanir Barbosa
180	11771/66	João Gomes da Silva
181	11772/66	Lovino Nicolau Torres
182	11773/66	Ludugério Alves dos Santos
183	11774/66	José Lopes Sobrinho
184	11775/66	Leandro Batista de Souza
185	11776/66	Anfilófio Deveza de Souza
186	11777/66	José Gomes da Silva
187	11779/66	Moacyr Dias Bicalho
188	11780/66	Custódio Pinto Granja
189	11781/66	Escola Santa Rosa de Lima
190	11782/66	Colégio Santa Rosa
191	11783/66	José Ferreira de Melo
192	11784/66	Mário Nobuyuki Hiramatsu
193	11785/66	Horácio Luiz da Silva
194	11789/66	José Marra de Castro
195	11790/66	Francisco Barbosa dos Santos
196	11791/66	José Pereira de Melo
197	11792/66	Nivaldo Dutra Mendonça
198	11794/66	Banco Nacional de Minas Gerais S/A
199	11795/66	A Comissão Const. do Estádio de Brasília
200	11796/66	Humberto José Soares
201	11802/66	José Raimundo de Matos
202	11803/66	Laura Leone Milani
203	11804/66	Seção de Pagadoria
204	11807/66	Octávio Leite de Souza
205	11808/66	João Vicente Filho
206	11810/66	Sérgio Alves Porto
207	11811/66	Jarbas Alves da Costa
208	11813/66	Orlando Figueiredo
209	11814/66	Lanches Orly Ltda
210	11815/66	Maria Nobre Porto
211	11816/66	Paulo Rocha Neddermeter
212	11817/66	Maria Adélia do Nascimento
213	11818/66	Orlando Figueira
214	11819/66	Francisco de Assis Casulo
215	11820/66	Alcides Antonio Schultz
216	11821/66	Yasuei Nakandakari
217	11822/66	Antonio Gonçalves de Oliveira
218	11823/66	Antonio Mileto Silva
219	11824/66	Elétrica Nuclear Ltda
220	11825/66	José Hermeudo Monteiro Fernandes
221	11826/66	Tude Baiard Tupi da Fonseca
222	11827/66	Edite Gualberto da Silva
223	11830/66	Sociedade de Abastecimento de Brasília Ltda
224	11832/66	Paulo Fernando de Moraes Silva
225	11833/66	Sousa & Peixoto Ltda
226	11834/66	Conselho Regional de Enga. e Arquitetura-CREA-
227	11836/66	Fernanda Maciel Torres
228	11839/66	José Batista da Silva
229	11841/66	Sebastião Pereira dos Santos
230	11843/66	Agenor Teixeira de Araujo
231	11844/66	Argemiro Xavier de Lima
232	11845/66	Edward Machado Dantas
233	11846/66	Fruehauf do Brasil S/A
234	11847/66	Miguel Barreto
235	11849/66	Globex Utilidades S/A
236	11852/66	Raimundo Rodrigues da Silva
237	11853/66	Editora Gratica Alvorada Ltda
238	11854/66	João Dari Gomes
239	11855/66	Souza & Peixoto Ltda
240	11857/66	Sebastião Augusto Ribeiro
241	11859/66	Inácio de Lima Ferreira
242	11865/66	Algibe Correa da Fonseca
243	11866/66	Francisco de Paula Rodrigues da Silva
244	11867/66	Raimundo Furtado Leite
245	11874/66	Divino França Pereira
246	11875/66	APAE-Assoc. de Pais e Amigos dos Excepcionais-BS
247	11876/66	Joaquim Cirino de Andrade
248	11883/66	Elice Tavares Leite
249	11884/66	Ana Soares Barbosa
250	11885/66	Nadir Rodrigues de Almeida
251	11886/66	Fundação Hospitalar do Distrito Federal
252	11888/66	Luiza Salustiano Pereira
253	11889/66	Joaquim Rodrigues
254	11890/66	José de Oliveira
255	11891/66	Judeh Abdel Rahman Jadallar
256	11892/66	O. Neiva
257	11894/66	Fouad Fadel Khoury Elias
258	11895/66	Waldemiro Glória
259	11896/66	Benedito Lopes Tahorda
260	11897/66	Maria José de Souza Costa
261	11905/66	PILBRAS-Produtos de Italit, Com.e Ind.Brasília
262	11906/66	" " " " " "
263	11907/66	Leopoldo da Silva Porto
264	11909/66	Dulcinéa Porto de Queiroz
265	11910/66	Antonio Mordelo de Barros
266	11911/66	Mário Domingos da Silva
267	11913/66	ICOMAQ-Ind. e Comércio de Máquinas Ltda
268	11914/66	" " " " "
269	11915/66	Nikolas Theodoros Spanapoulos
270	11916/66	Drogaria Guanabara Ltda
271	11917/66	Maria da Silva Moreira
272	11918/66	Maria do Rosário Caixeta
273	11920/66	José Teodoro de Carvalho
274	11921/66	Lindolfo Dias dos Santos
275	11922/66	Djalma Luiz Portela
276	11923/66	Antonio Cassemiro de Oliveira
277	11926/66	Sandoval Pereira Lima
278	11928/66	Severino da Silva Catolé
279	11932/66	INCONAQ-Ind. e Comércio de Máquinas Ltda
280	11933/66	Construtora Brasileira do Lar S/A _CONSTRULAR
281	11934/66	Elias Abud Cury
282	11935/66	Ignácio Brandão Graciano Neto
283	11937/66	Euza Santana de Almeida
284	11938/66	Diamantino Izabel Farinha
285	11939/66	Geraldo Rosa de Mesquita
286	11941/66	A. S. da Silva
287	11942/66	Odilon José Domingues
288	11943/66	Filippo Lovoi
289	11944/66	Nilton Bernardino Pereira
290	11946/66	Matos & Matos Ltda
291	11947/66	Bar Lanches Cabezon Ltda
292	11948/66	Mário Roque
293	11949/66	J. P. Guimarães
294	11950/66	Livraria e Papelaria
295	11952/66	J. G. da Silva
296	11954/66	Luiz Antonio Rodrigues Silva
297	11955/66	Manoel Vidal de Moura
298	11956/66	Dorival Floriano de Resende
299	11957/66	Miguel Silvério Chaves
300	11958/66	Waldezir Costa
301	11960/66	Felix de Magalhães
302	11961/66	Casa de Carne São Judas Tadeu Ltda
303	11962/66	Forpeças Distribuidora de Auto Peças Ltda
304	11963/66	Celestino Alves de Matos
305	11966/66	Marieta Borello Masoero
306	11967/66	João Bezerra do Nascimento
307	11969/66	Ilson Andrade Coura
308	11970/66	Juma Mudh Muhd Abuex Laban
309	11971/66	Paulo Alves da Cruz
310	11972/66	Sebastião Ferreira de Oliveira
311	11977/66	Waldemar Leal Lucas
312	11979/66	Salomão J. Guimarães
313	11980/66	Amélia da Silva Araujo
314	11981/66	Agrício Braga
315	11982/66	Manoel Machado
316	11984/66	J. O. Vasconcelos
317	11990/66	Manoel Amaral de Paula
318	11991/66	Johanna Sawitzky
319	11992/66	Aracy O'reilly de Souza
320	11993/66	Maurício Gomes de Lemos
321	11994/66	Massas Alimentícias Brasília Ind.Com. Ltda
322	11996/66	Centelha Elétrica Comercial Ltda
323	11997/66	Pedro Ribeiro da Silva e outro
324	11998/66	José Tertuliano Tavares
325	11999/66	Seisako Inazawa
326	12000/66	Aldy Silva Ramos
327	12001/66	Orlando Figueira
328	12002/66	Pedro Pereira de Souza
329	12003/66	Predil Comercial Ltda
330	12004/66	J. Pessoa de Carvalho A Joia Nobel
331	12005/66	Último de Carvalho
332	12006/66	José Lemos Albernaz
333	12008/66	José Felício de França
334	12007/66	Valdivina Santos de Oliveira
335	12009/66	Manoel Messias Medeiros
336	12010/66	Paulo Ferro Costa
337	12011/66	João Borges Martins
338	12012/66	Hind El Kotob Raad
339	12013/66	Elizeu de Oliveira Chaves
340	12014/66	Aziz Abdala Jarjour
341	12016/66	Senhorinha Abadio Leal Stenberg
342	12017/66	José Valim Filho
343	12018/66	José Teodoro dos Reis
344	12019/66	Josefa Bizerri
345	12020/66	Aldir Grimbaldo Eduardo Castilho Gibson
346	12023/66	M. A. C. Valladares
347	12022/66	Ana Angele Ponte Guimarães
348	12024/66	M. A. C. Valladares
349	12025/66	" " " "
350	12026/66	Damanti & Damando Ltda
351	12027/66	Mascarenhas Barbosa - Roscoe S/A Enga.Com.
352	12028/66	José Geraldo da Cruz Filho
353	12029/66	José Barroso de Souza
354	12030/66	Balbino Pereira dos Santos

355	12031/66	Milton Carvalho - M. C. Pneus
356	12037/66	Otacílio Muniz Pignata
357	12033/66	Laerte Rennó
358	12038/66	Francisco Pais
359	12039/66	Nerivaldo Oliveira Rodrigues
360	12040/66	Eduardo Alves da Silva
361	12041/66	Pedro Martins Ross
362	12042/66	Maurício Batista
363	12043/66	Gilberto Dantas de Araujo
364	12046/66	Prova nº 37
365	12047/66	José do Nascimento Resende da Silva
366	12051/66	José Roberto Lugon
367	12052/66	Dilton Barreto de Oliveira
368	12053/66	Antonio Pereira da Rocha
369	12054/66	Kalil Ibrahim Said Bazzi e outros
370	12055/66	José Roberto Ferreira e outros
371	12056/66	Almir Juvenal de Almeida e outros
372	12057/66	CONTINENTAL- Ind. e Comércio de Bebidas e outras
373	12058/66	José Ribeiro Amorim e outros
374	12059/66	Sebastião Triângulo
375	12060/66	Transporte Expresso Rio Ltda e outros
376	12061/66	Daniel José da Silva
377	12062/66	José de Souza Garcia
378	12063/66	Francisco Porto de Araujo
379	12064/66	Aureliano Taveira
380	12065/66	Mário de Paula Costa
381	12066/66	Pedro Noacyr de Andrade
382	12067/66	José Roque Martins e Silva
383	12069/66	Edson Xavier de Velasco e outro
384	12070/66	Fundação Brasil Central
385	12071/66	Esdras da Paixão de Sá Gomes
386	12440/66	Antonio Cascemiro de Oliveira
387	15223/66	Leandro Batista de Souza
388	11806/66	Soc. de Abastecimento de Brasília Ltda

NELSON GRADIL CARDOSO
Presidente

VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO
Secretário

MASSILON FERREIRA DOS SANTOS
Membro

EDSON CARNEIRO DA CUNHA FILHO
Membro

RODOLPHO LOBATO PEREIRA
Membro

JOSÉ TOMAZ
Membro

ATA DA CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS, INSTITUÍDA PELA PORTARIA Nº 153/75-SEA, DE 9/4/75, DO SENHOR SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

Aos treze dias do mês de abril de hum mil novecentos e seis, às nove horas, na sala de reuniões, sita no 6º andar do Edifício Brasília, realizou-se a 159ª. reunião da Comissão de Eliminação de Documentes, sob a presidência do senhor NELSON GRADIL CARDOSO, presentes os senheres membros JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS, EDSON CARNEIRO DA CUNHA FILHO e RODOPHO LOBATO PEREIRA. Após constatar a existência de "quorum" a sessão foi aberta com a leitura e aprovação, sem emenda, da Ata da reunião anterior. Na ordem do dia, foram examinados e julgados 550 processos referentes aos anos de 1963/64/65 e 1966, cujo produto final é a seguir relatado:

a) considerar passíveis de guarda, até completar o prazo para eliminação 6 processos;

b) considerar passíveis de microfilmagem 53 processos;

c) considerar passíveis de "ELIMINAÇÃO" 491 processos;

d) remeter os processos mencionados no item "a" ao Arquivo Central para fins de guarda;

e) remeter os processos mencionados no item "b" à Seção de Seleção e Preparo para microfilmar; e

f) remeter os processos mencionados no item "c" à Seção de Eliminação de Documentos para após a publicação desta Ata e respectiva Súmula, observando um prazo de 5 dias para possíveis reclamações, providenciar a sua eliminação.

Nada mais constando da pauta, foi encerrada a reunião, da qual para constar, eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAÚJO, Secretário, lavrei a presente Ata, que lida e achada conforme, vai por todos assinada.

Presidente
Secretário
Membros

FLL/.:

Súmula dos trabalhos da reunião nº 159 realizada em 13 / 4 / 1976

RESUMO DA ATA

DE ACORDO COM A ATA Nº 159 DA CED FORAM EXAMINADOS E JULGADOS 550 PROCESSOS, SENDO CONSIDERADOS PASSÍVEIS DE GUARDA PARA COMPLETAR PRAZO, 6, DE MICROFILMAGEM 53 e DE ELIMINAÇÃO 491.

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS PASSÍVEIS DE ELIMINAÇÃO

PROCESSOS PASSÍVEIS DE ELIMINAÇÃO COM PRAZO DE 2 A 10 ANOS

Nº ORDEM	PROCESSO Nº	INTERESSADO
1	11.002/63	Rufino José dos Santos
2	38.586/64	Eva Vieira dos Santos
3	84/65	Panayotis Paraskevas Paraschos
4	135/65	Murilo P. Filho
5	598/65	Rufino José dos Santos
6	999/65	Armazém Bandeirante Ltda
7	1.003/65	Murilo P. Filho
8	1.026/65	Antônio Grassetto
9	1.348/65	Gráfica União Ltda
10	1.529/65	Antônio Grassetto
11	5.301/65	Eduardo de Paiva Neto
12	5.609/65	José Guimarães Filho
13	6.124/65	Maria das Dores Corcino
14	6.708/65	Gabriel Sabino Gonçalves
15	8.039/65	Maria Antonia Ribeiro de Lúcia
16	8.934/65	Manoel Cordeiro de Holanda
17	9.116/65	A. Cassis & Cia Ltda - Filial
18	9.717/65	Eduardo de Paiva Neto
19	9.879/65	Felício de Lúcia Neto
20	11.155/65	Edite Neves SAntana
21	11.791/65	Auto Elétrica Nacional Ltda
22	12.130/65	Maria Glória Silva Pinto
23	13.353/65	Antônio Raimundo de Paiva
24	14.811/65	Durval Bitencourt
25	15.461/65	Aldimiro Pereira da Costa
26	17.942/65	Ricardo Martins de Andrade
27	18.445/65	José Walter Salgueiro
28	18.735/65	Ormisio Ferreira Luz
29	18.743/65	Eutália Santana
30	20.027/65	Olinda da Rocha Lobo
31	20.494/65	José Chamiço Dias
32	21.168/65	Carlos Paniago de Souza
33	21.554/65	Olinda da Rocha Lôbo
34	21.614/65	Secretaria de Administração
35	22.079/65	Garcia & Carvalho Ltda
36	22.235/65	Agenor Braga e Silva
37	22.364/65	Pedro Bezerra da Silva
38	22.573/65	Ivaneide Dourado da Costa
39	22.687/65	Creozani Gomes Pinto
40	23.283/65	Secretaria de Educação e Cultura
41	24.317/65	AUTOBRÁS - Oficina e Peças Ltda
42	24.365/65	Rubens Mendes Passos
43	24.386/65	Carlos Antônio Borges
44	24.530/65	Secretaria de Administração
45	24.745/65	Silvino Muniz Ramos
46	24.850/65	Manoel Alves Daniel
47	25.511/65	José de Souza Cruz
48	26.209/65	Pedro Camilo de Souza
49	26.541/65	Domingos Bimbato
50	26.580/65	Luiz Ferreira & Irmãos Ltda
51	27.498/65	José Gomes Filho
52	27.886/65	Irene Alves de Souza
53	28.300/65	José Bezerra Chaves
54	29.482/65	Sebastião José da Silva
55	29.764/65	Marcos Rodrigues da Cunha
56	29.848/65	Etelvina de Castro Gadoni
57	29.879/65	Joaquim Chaves de Lima
58	29.938/65	Edward de Freitas Filho e Outros
59	30.314/65	Liberato Lopes
60	31.084/65	S. Sekisugi
61	31.256/65	Pedro Farinha
62	31.419/65	Departamento de Limpeza Pública
63	31.815/65	Slaviero Comercial S/A
64	31.923/65	Alzira Orelli Lopes
65	32.071/65	Del de Oliveira Souza
66	32.112/65	Ricardo Alves de Castro
67	33.038/65	Joaquim Benício Lopes
68	33.119/65	Carlos Antônio Augusto Hubel
69	33.243/65	Manoel Darcy Alves
70	33.262/65	Renato Maurer Tyrka
71	33.277/65	EvaVieira dos Santos
72	33.830/65	Geraldo Joviano de Souza
73	34.439/65	José Ciríaco de Moura
74	34.687/65	José Francisco
75	35.088/65	Ferragens Raso Ltda
76	35.130/65	Pedro de Alcântara Couto
77	35.647/65	Américo Chaves Botelho
78	35.702/65	João Pereira da Costa
79	36.698/65	José Gomes Filho
80	38.787/65	Francisco Borges dos Santos
81	40.263/65	Secretário de Administração do PDF
82	44.509/65	Centro de Seleção e Treinamento
83	527/66	Eloisa Camila do Couto Cardoso e Outros
84	1.631/66	Secretaria de Serviços Sociais
85	2.273/66	Secretaria de Viação e Obras
86	3.568/66	" " "
87	4.386/66	Deusdedith Menezes Magalhães
88	5.772/66	José Egídio Novais Simões e Outros
89	6.545/66	Francisco Borges dos Santos
90	9.316/66	Secretaria de Educação e Cultura
91	10.485/66	Secretaria de Serviços Sociais
92	12.076/66	Viriato Gomes de Oliveira
93	12.072/66	Roque Helvécio da Cruz
94	12.075/66	José Francisco de Oliveira
95	12.077/66	José Silveira Sobrinho
96	12.078/66	Lázaro Gomes Rodrigues
97	12.079/66	Didácio Cunha & Cia Ltda
98	12.080/66	Francisco Bezerra de Nóbrega
99	12.081/66	Maria Lúcia Xavier de Araújo
100	12.082/66	Maria Alacoque Pereira
101ç	12.084/66	CONFEDERAL S/A - Com. Indústria - Filial
102	12.085/66	Deusdedith Menezes Magalhães
103	12.089/66	José Felipe dos Santos
104	12.091/66	Walter Clemente e Outro
105	12.092/66	José Ribeiro Ramos
106	12.095/66	Edson Lisboa Alencar
107	12.100/66	Conselho Fiscal
108	12.201/66	Francisco Antonio Chamone
109	12.202/66	Manoel Carlos Fernandes
110	12.203/66	Israel José da Silva
111	12.204/66	Romualdo Alves Moreira
112	12.205/66	Israel José da Silva
113	12.206/66	Otávio Félix de Macedo
114	12.207/66	Valdemar Izidoro de Souza
115	12.208/66	Francisco Alves da Silva
116	12.209/66	Antônio Lotero RAmos
117	12.210/66	João dos Santos
118	12.211/66	José Gomes de Moraes
119	12.212/66	Manoel Pedro Chaves
120	12.215/66	Juvenal Silva & Cia Ltda
121	12.219/66	João Mancini
122	12.220/66	José Reis de Freitas
123	12.221/66	José Elias Filho
124	12.222/66	Lúcia Conceição de Souza Araújo
125	12.223/66	" " " "
126	12.224/66	Retífica Brasília de Motores Ltda
127	12.225/66	" " " "
128	12.226/66	" " " "
129	12.227/66	Francisco Borges dos Santos
130	12.228/66	Jaime da Luz de Brito
131	12.230/66	José Valdenor de Queiroz
132	12.231/66	Maria Dolores Aguiar Pereira
133	12.232/66	Abd Ali Ismail Khalil
134	12.233/66	Comercial e Representações Yur Ltda
135	12.234/66	Divino França Pereira
136	12.237/66	Subprefeitura do Núcleo Bandeirante
137	12.238/66	" " "
138	12.239/66	" " "
139	12.241/66	Almyr Calixto Pereira de Araújo
140	12.242/66	FAX S/A - Indústria e Com. de Roupas e Tecidos
141	12.243/66	Paulo Zuquim de Figueiredo Neves
142	12.244/66	Atlas Construtora Ltda
143	12.245/66	Raphael Xavier Pillar
144	12.246/66	Nelci Bento Silvestre
145	12.247/66	Arahualpa Schmitz da Silva Prego
146	12.248/66	Antônio Soares Ribeiro
147	12.249/66	Valeriano Ceotto
148	12.250/66	Moysés Braunstein
149	12.251/66	Alberto Giesbrecht
150	12.252/66	Manoel Augusto de Almeida
151	12.253/66	Pedro Beserra Sobrinho
152	12.255/66	Oswaldo Guimarães de Oliveira
153	12.254/66	Rubens Netto Caminha
154	12.256/66	Raimundo Saldanha Nunes
155	12.257/66	José Lima
156	12.258/66	Anésia Bernardes de Melo
157	12.259/66	Ney Sérgio Guedes
158	12.260/66	ADIL - Engenharia e Arquitetura Ltda
159	12.261/66	Osvaldo Teixeira
160	12.262/66	Andréa Toscano
161	12.265/66	Luiz Amaral
162	12.266/66	Administração Regional de Taguatinga
163	12.267/66	Detalhe Promoções Ltda
164	12.268/66	Jurandyr Alves Diogo
165	12.269/66	BENECAP
166	12.281/66	Mauro Cezar Cerqueira Rodrigues
167	12.283/66	José Carlos da Rocha
168	12.284/66	Joanita Rocha Botelho
169	12.286/66	Maria de Lourdes Oliveira Figueiredo
170	12.287/66	Maria Sílvia Ferreira de Morais Beltão
171	12.288/66	Maria Ernestina da Rocha Neves
172	12.289/66	Maria das Neves Gonçalves
173	12.290/66	Rosália Melo Pires da Luz
174	12.291/66	Gracilda Macêdo Lins
175	12.292/66	Ângela Maria Braga de Andrade
176	12.293/66	" " " "
177	12.294/66	Silas Ferraz
178	12.295/66	Olga Maria Borges Netto
179	12.296/66	Maura Manata Sardinha
180	12.298/66	Aline Canguçú de Oliveira
181	12.299/66	Marly da Silva Lanna
182	12.301/66	Geraldo de Souza Mendonça
183	12.302/66	Laticínios Sabor Ltda
184	12.303/66	Vinicius Venus Gomes da Silva
185	12.304/66	Rosa Maria Mesquita Vollstedt
186	12.305/66	Ignez Ferreira Bonadio
187	12.307/66	João Teófilo de Oliveira
188	12.309/66	Maria Lígia Peres
189	12.310/66	Maria Auxiliadora Neves de Oliveira
190	12.311/66	Regina Elena Crespo Gaulda
191	12.312/66	Mércia Beatriz Anjos de Oliveira
192	12.313/66	Zilda Dantas de Medeiros
193	12.314/66	Merice Pereira Andrade
194	12.317/66	Transporte Rodocap Ltda
195	12.318/66	" " "
196	12.319/66	" " "
197	12.322/66	Carmine Grieco
198	12.323/66	Josimar Baldez Silva
199	12.324/66	Dilma Patson Silva
200	12.325/66	Aldemi Pimentel Macêdo
201	12.326/66	Waldemar Gomes
202	12.327/66	João Batista Alves Mesquita
203	12.328/66	Manoel Lemos de Souza
204	12.329/66	Alfeu Teixeira Rocha
205	12.330/66	Raimundo Antunes do Amaral
206	12.331/66	Petrônilio Gomes dos Santos
207	12.333/66	José Alves de Oliveira
208	12.334/66	Santiago Gonzales Amigo
209	12.335/66	Antônio Martins da Silva
210	12.336/66	Tintas Ypiranga S/A
211	12.337/66	Jalmir Vargas Brum
212	12.338/66	Tintas Ypiranga S/A
213	12.339/66	" " "
214	12.340/66	" " "
215	12.341/66	" " "
216	12.342/66	" " "
217	12.343/66	" " "
218	12.344/66	Fausto C. Morel e Outros
219	12.345/66	Edith Oliveira da Silva
220	12.346/66	José Marques da Silva
221	12.347/66	Luis Lira
222	12.349/66	José Guilherme Najar Fernandez
223	12.350/66	Amâncio Eduardo de Freitas
224	12.351/66	Waldir Ventura
225	12.353/66	Mtanios Nakhle Massoum
226	12.354/66	Marcello Graça Couto Campello
227	12.355/66	Papelaria Rio Ltda
228	12.358/66	Gumercindo do Carmo Rocha
229	12.362/66	Minas Brasília Tenis Club
230	12.363/66	Laesse Canuto de Araújo
231	12.366/66	Maria de Lourdes Carneiro Ferreira
232	12.367/66	Francelino de Souza
233	12.368/66	Zeilah Batista Pina
234	12.369/66	Edite Antão de Macêdo
235	12.370/66	Vigílio Cordova do Espírito Santo
236	12.371/66	Orlando Alvarenga Gouvêa
237	12.372/66	Wilson Gabriel Maragno
238	12.373/66	Almon Botelho Alvarenga

239	12.376/66	Balbino Pereira dos Santos
240	12.377/66	Daniel Gilson
241	12.378/66	Marina Novais Simões
242	12.379/66	Clemen tino Batista Vieira
243	12.380/66	Helê Parrode Bernardes
244	12.381/66	Edna Batista Spíndola Leal
245	12.382/66	Aroenes Jacinto Pinheiro
246	12.384/66	A.S. Formiga & Cia Ltda
247	12.385/66	ASTEC - Escritório de Assessoramento Técnico Ltda
248	12.386/66	Corrêa & Silva Ltda
249	12.387/66	Manoel Antônio da Silva
250	12.388/66	Adauto José Ribeiro
251	12.389/66	Antônio Cardoso Pinto
252	12.390/66	Ilson Andrade Coura
253	12.391/66	Mário Pereira Nunes
254	12.392/66	CLÁUDIA - Instituto de Beleza Ltda
255	12.393/66	F. Gomes de Azevedo
256	12.394/66	Leon Kurc
257	12.395/66	Hayashi & Cia Ltda
258	12.396/66	Rodrigues & Rodrigues Ltda
259	12.397/66	Manoel Crisóstomo de Oliveira
260	12.398/66	Pedro do Amaral
261	12.399/66	Paulina Lopes do Carmo
262	12.400/66	Francisco Bernardo de Sousa
263	12.477/66	Maria Léa Caldas Albuquerque da Silva
264	12.478/66	Celso de Almeida Faustino
265	12.479/66	Virgilina Lopes de Almeida Costa
266	12.480/66	Ercília Maria Lira
267	12.481/66	Maria Alice Pinto
268	12.482/66	Helena Rocha Copa
269	12.484/66	Claudirce Alves de Carvalho
270	12.485/66	Cáio Múcio Rodrigues Tavares
271	12.486/66	Antonia Maria Pereira de Souza
272	12.487/66	Degeni Neres da Penha
273	12.488/66	Waldemar Batista dos Santos
274	12.489/66	Grinaura dos Santos Reis
275	12.493/66	Petrônio Camacho - Comércio e Ind. Ltda
276	12.498/66	Sociedade Cultural Nipo-Brasileira
277	12.502/66	Secretaria de Administração
278	12.503/66	Wagner Gonçalves de Oliveira
279	12.505/66	José Dionísio Santos e Outro
280	12.506/66	Irapoan Muniz
281	12.508/66	José Latfalla Kury
282	12.509/66	Edson Guedes Bezerra
283	12.511/66	Ary Araújo de Freitas
284	12.512/66	Tereza Fonseca Pinto
285	12.513/66	Paulo Ramos Pereira
286	12.514/66	Perciliandes Martins de Souza
287	12.515/66	Antenor Lúcio de Queiroz
288	12.516/66	Francisco Izidro da Silva
289	12.517/66	Gastão Pereira Salgado
290	12.518/66	Gumercindo Silveira
291	12.519/66	Alcides da Rocha Mendes e Outros
292	12.520/66	Alauece de Jesus Gonçalves de Souza
293	12.521/66	Joaquim Thiago da Motta Filho
294	12.522/66	José Martins Vieira
295	12.523/66	Joel Ribeiro de Amorim
296	12.524/66	Ferreira Coelho & Cia Ltda
297	12.525/66	Euzébio Raimundo da Frota
298	12.526/66	Helenc Bernardino Ribeiro
299	12.527/66	Maria José da Silva
300	12.528/66	Odinete de Araújo Persiano
301	12.529/66	Izidório Pereira dos Santos
302	12.530/66	Nelson José da Silva
303	12.532/66	Ministério da Fazenda
304	12.531/66	Bidu Lanches Ltda
305	12.533/66	Focarel Ltda
306	12.534/66	Joaquim Paulo do Nascimento
307	12.535/66	José Brígido da Silveira
308	12.536/66	Olavi Majuri
309	12.537/66	Caio Veloso Versiani dos Anjos
310	12.540/66	Departamento de Engenharia Rural
311	12.541/66	Áurea Guimarães de Freitas
312	12.542/66	Paulo Wettstein
313	12.543/66	Banco Indústria e Com. de S. Catarina S/A
314	12.544/66	Paulo Wettstein
315	12.545/66	Banco Indústria e Com. de S. Catatina S/A
316	12.546/66	" " " " " "
317	12.547/66	Ho Chang Ying Wah
318	12.548/66	Kenshiro Tani
319	12.549/66	" "
320	12.550/66	Habid Gabriel Issa
321	12.551/66	Jorge Salomão
322	12.552/66	Secretaria de Saúde do Distrito Federal
323	12.553/66	Haroldo Pereira da Silva
324	12.554/66	Ronaldo Alves Ramos
325	12.555/66	Antônio Alves de Melo
326	12.557/66	Armando José Buchmann
327	12.560/66	Domingos Soares Filho
328	12.563/66	José Perfecto Mouzo Castineira
329	12.564/66	Antônio Gomes da Silva
330	12.566/66	Newton Pereira
331	12.568/66	Departamento Nacional de Telecomunicações
332	12.569/66	Benigno Cavalcanti Filho e Outro
333	12.570/66	Danilo Calado Bastos
334	12.573/66	Afonso Pinto Granja
335	12.574/66	Hildebrando Pinto Granja
336	12.575/66	Turíbio Vitorino da Silva
337	12.576/66	Claudomiro Candola de Araújo
338	12.577/66	Maria Júlia Alves
339	12.578/66	Paulo Fagundes da Silva
340	12.585/66	Impecobras Impermeabilizantes e Coberturas Ltda
341	12.588/66	Dalcino Pinto de Almeida
342	12.589/66	Sérgio Gomes de Vasconcelos
343	12.591/66	Imobiliária e Construtora Carioca Ltda
344	12.592/66	Maria de Oliveira Soares
345	12.593/66	Wilson Soares de Oliveira
346	12.594/66	Omar Felipe Machado
347	12.596/66	SPEED-CAR - Automóveis em Consignação Ltda
348	12.597/66	Américo Rodrigues dos Santos Ordens
349	12.598/66	SOTRENA - Socied. Trab. de Engenharia Ltda
350	12.600/66	Antônio Ignácio de Freitas
351	12.603/66	Ruy Borges Leal Construções
352	12.606/66	Antônio Domingos da Costa
353	12.610/66	Fernando João Pinto Torres
354	12.611/66	Ângelo Anderson da Silva e Outros
355	12.612/66	Mohamad Elmojzonb
356	12.613/66	Arcênio Lino da Silva
357	12.614/66	Deusdedit Henrique Moreira
358	12.617/66	Companhia Serviços de Engenharia SERVIENGE
359	12.618/66	Manoel Augusto Ferreri Côrtes
360	12.619/66	Clube Social do Gama
361	12.620/66	Severino Andrelino
362	12.621/66	Mariana Agostini de Villalba Alvim
363	12.622/66	Eugênio Gontijo
364	12.623/66	Vera de Lourdes Viana
365	12.626/66	Juarez Pereira da Silva
366	12.627/66	Arnaldo de Oliveira
367	12.630/66	Ana Maria Nardelli Pinto
368	12.631/66	Luiz Gonzaga Pereira da Silva
369	12.632/66	Neyde Salles Bagatti
370	12.635/66	Wilson Ferreira de Freitas
371	12.636/66	Renato de Sá Júnior
372	12.639/66	Vanderli Pinheiro dos Santos
373	12.648/66	Antonia Maria Pereira de Souza
374	12.649/66	Francisco Rodrigues Guedes
375	12.641/66	Luzia Glória da Silva
376	12.642/66	Jadiel Vitor da Graça
377	12.643/66	Francisco Honório Dantas
378	12.644/66	Castro & Perez Ltda
379	12.645/66	José dos Santos
380	12.646/66	Irmãos Taira Ltda
381	12.647/66	Diogo Rios Gambeta
382	12.650/66	Onofre Gontijo Mendes
383	12.652/66	Sebastião Mário Moreira
384	12.654/66	Abel José da Natividade
385	12.659/66	João Batista Dias
386	12.660/66	João Márcio Guimarães França e Outro
387	12.661/66	José Inês dos Santos
388	12.663/66	Ildeu de Castro Alvarenga
389	12.664/66	Felisberto Euzébio da Cruz
390	12.665/66	Ubirajara Cavalcante Santana
391	12.666/66	José Pereira dos Santos
392	12.667/66	Jairo Campos Guimarães
393	12.668/66	José Eliseu Macarini
394	12.669/66	Fausto Chantin Morel
395	12.670/66	José Carlos da Rocha
396	12.671/66	Aulides Pinheiro Martins
397	12.672/66	Manoel Amaral de Paula
398	12.673/66	Arnaldo Eduardo Pereira
399	12.674/66	Associação dos Ex-combatentes do Brasil
400	12.677/66	José Agapito do Nascimento
401	12.678/66	Pedro Batista de Lucena
402	12.679/66	Abílio Braulio Pereira
403	12.680/66	Franklina Monteiro Guimarães
404	12.681/66	Oalva Faustino dos Santos
405	12.682/66	Nivaldo Araújo Carvalho & Irmãos
406	12.683/66	" " " "
407	12.684/66	" " " "
408	12.685/66	" " " "
409	12.686/66	Aurino Rodrigues de Barros
410	12.687/66	S. Nascimento
411	12.688/66	Joselita Nunes Mata
412	12.689/66	Ivo José da Silva
413	12.690/66	" " "
414	12.691/66	Associação dos Ex-combatentes do Brasil
415	12.693/66	Mário Alfredo Viana da Fonseca Saraiva
416	12.694/66	CIBRAL S/A - Artigos do Lar
417	12.696/66	Jady Silva
418	12.697/66	Ercole Scarinci
419	12.700/66	Ronaldo Brasil
420	12.701/66	Turíbio Vitorino da Silva
421	12.702/66	Benedito Tocantins
422	12.703/66	CABEL - Casa de Bebidas Ltda
423	12.704/56	" " " "
424	12.705/56	Pereira Aguiar & Cia Ltda
425	12.706/66	Aguiar Neto & Cia Ltda
426	12.707/66	Delcides Gimenes Ramos
427	12.708/66	Pereira Neves & Cia Ltda
428	12.709/66	Milton Dias da Silva
429	12.710/66	Ana Mendes Asensio
430	12.711/66	Ramiro Fernandes Rodrigues
431	12.712/66	Benedito Tocantins
432	12.713/66	Manoel Francisco da Boaventura
433	12.714/66	Otacílio Muniz Pignata
434	12.715/66	Enery Remy Maciel
435	12.716/66	TECNOGERAL S/A - Comércio e Indústria
436	12.717/66	" " " "
437	12.718/66	" " " "
438	12.719/66	" " "
439	12.720/66	" " "
440	12.722/66	Maurílio de Santana Filho
441	12.723/66	Júlio José da Silva
442	12.724/66	A Pia Soc. Filhas de S. Paulo -Livr. S.Paulo
443	12.725/66	Idélcio Gomes de Almeida
444	12.726/66	Valnor de Aguiar
445	12.727/66	Importadora de Ferragens S/A
446	12.728/66	Ornilo Luso Ferreira Filho
447	12.729/66	Evandro Antônio Rocha
448	12.732/66	Gerson Gomes Louza
449	12.733/66	Pedro Pereira da Costa
450	12.735/66	Campos Coelho - Art. Domést. e Repres. Ltda
451	12.737/66	Jorge João da Silva
452	12.739/66	José Anício Barbosa
453	12.740/66	Justiniano dos Santos
454	12.741/66	Secretaria de Educação e Cultura
455	12.742/66	Christiani Nielsen Engen. e Construt. S/A
456	12.743/66	Christiani Nielsen Construtora S/A
457	12.744/66	Irmão Gomes Pereira Ltda
458	12.745/66	Irmãos Gomes Pereira Ltda
459	12.746/66	Mercearia Medeiros Ltda
460	12.747/66	Livraria Eldorado Brasília Ltda
461	12.748/66	" " " "
462	12.749/66	" " " "
463	12.751/66	Coriolando José dos Reis
464	12.752/66	Panificadora Forte Ltda
465	12.753/66	Edson Mendes
466	12.754/66	Geraldo Cardoso da Silva
467	12.755/66	Fábrica Metalúrgica de Lustres Ltda
468	12.756/66	BRACOBRASI - Com. e Repr. Brasil e Bras. Ltda
469	12.757/66	Antônio Holanda Cavalcante e Outros
470	12.762/66	Margarida da Silva Elias
471	12.763/66	Cassimiro Bento de Freitas
472	12.764/66	João Nunes da Silva
473	12.766/66	S.A. Phillips do Brasil
474	12.767/66	Nilza Vaiano
475	12.768/66	José Gonçalves de Melo
476	12.769/66	Engenharia Comércio e Repres. Alvorada S/A
477	12.770/66	" " " " "
478	12.771/66	Bandle & Cia Ltda
4799	12.772/66	Antenor de Oliveira Xavier
480	12.773/66	SEGE - Engenharia e Comércio Ltda
481	13.969/66	João Ferreira da Silva
482	14.181/66	Maria do Carmo Mendonça Nogueira da Gama e Outros
483	16.132/66	Ornilo Luso Ferreira Filho
484	17.346/66	Frederico da Gama Cabral e Outros
485	18.592/66	Erâclito Gilberto Magalhães da Fonseca
486	19.904/66	Jurandir Pinto da Silva
487	20.088/66	Maria Luiza de Souza de Paula Avelino
488	20.466/66	Juaci Lopes de Souza
489	20.987/66	Maria Rita Alves Guimarães
490	21.154/66	Mauro Renato Pereira Lima
491	12.204/66	Pasquale Decente

NELSON GADOIL CARDOSO
Presidente

VALMIR LOURENÇO DE ARAÚJO
Secretário

MASSILON FERREIRA DOS SANTOS
Membro

EDSON CARNEIRO DA CUNHA FILHO
Membro

RODOLPHO LOBATO PEREIRA
Membro

JOSÉ TOMAZ
Membro

SECRETARIA DE FINANÇAS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 25 DE MAIO DE 1976

O SECRETARIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 81, item XII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.863, de 21 de março de 1975 e tendo em vista o disposto na alínea "a", do artigo 21, do Decreto nº 2951, de 22 de julho de 1975,

RESOLVE:

Designar JOSÉ FERREIRA RIBEIRO, Agente Administrativo, Código - SA-401.3, matrícula nº 2.122, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir o Chefe da Seção de Orçamento e Finanças, Símbolo FC—06, da Divisão de Administração Geral, desta Secretaria, durante o período de 01.06 a 30.06.76, por motivo de férias regulamentares.

Distrito Federal, 25 de maio de 1976

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DESPACHOS

Processo nº: 53.094/76

Interessado: Serviço Federal de Processamento de Dados

A vista dos elementos constantes do presente processo, reconheço a dívida de Cr$ 7.683,20 (sete mil seiscentos e oitenta e três cruzeiros e vinte centavos), a favor do SERPRO (Serviço Federal de Processamento de Dados) relativa aos serviços executados com a manutenção cadastral dos contribuintes do ICM atestados pelo órgão próprio do Departamento da Receita às fls. 11, nos termos do item III, do art. 1º do Decreto nº 62.115, de 12.01.68, que regulamenta dispositivo da Lei nº 4 320, de 17.03.64.

À DAG—SEF.

Brasília, 07 de maio de 1976

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

Secretário de Finanças

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

SEÇÃO DO PESSOAL

ATOS DO CHEFE

ORDEM DE SERVIÇO DE 13 DE MAIO DE 1976

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL da Divisão de Administração Geral da Secretaria de Finanças do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe con

fere o Art. 27, alínea "a" do Decreto "N" n.º 428, de 28.07.65.

RESOLVE:

MANDAR, a partir desta data, a servidora NILMA DE OLIVEIRA AQUINO, Atendente Nível 09, Matrícula n.º 00.944 do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, ter exercício na Divisão de Liquidação do Departamento da Despesa desta Secretaria, conforme processo n.º 055.489/76

p/RAIMUNDO RODRIGUES COSTA
Chefe da Seção de Pessoal — DAG—SEF

ORDEM DE SERVIÇO DE 17 DE MAIO DE 1976

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL da Divisão de Administração Geral da Secretaria de Finanças do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "a" do Dec. "N" n.º 428, de 28.07.65.

RESOLVE:

REMOVER, a partir desta data, o servidor MAX CARDOSO ABEN-ATHAR, Agente Administrativo, Classe "E" Código SA-401.6, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, da Coordenação do Sistema de Administração Patrimonial para o Departamento da Despesa desta Secretaria.
RAIMUNDO RODRIGUES COSTA
Chefe da Seção de Pessoal — DAG—SEF

ORDEM DE SERVIÇO DE 14 DE MAIO DE 1976

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL da Divisão de Administração geral da Secretaria de Finanças do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "a" do Dec. "N" n.º 428, de 28.07.65.

RESOLVE:

MANDAR, a partir desta data, o servidor FRANCISCO BENTO SOBRINHO, Agente Administrativo, Classe "D", Código SA-401.5, Matrícula n.º 13.436, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, ter exercício no Departamento da Receita desta Secretaria.

GDF— SECRETARIA DE FINANÇAS
Divisão de Adm. Geral

TIMOTEO FERREIRA DOS SANTOS
Chefe da Seção de Pessoal
Substituto

DESPACHO DO CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL da Divisão de Administração Geral da Secretaria de Finanças do Distrito Federal, para publicação no "Distrito Federal".
CONCEDO O AFASTAMENTO NOS TERMOS DO ART. 79 Item VI da Lei nº 1.711/52.
José Augusto Pereira
Mat. 11.172
Período: 06.04 a 30.04.76
Atestado: de 04.05.76, "Juízo de Direito da Primeira Vara Criminal - Tribunal do Júri - D.F.

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE Art. 93, 97 e 98 da Lei n.º 1.711/52

Nome: Joaquim Meireles Almeida
Mat. 01.320
Período: 01.04 a 30.04.76
Atestado: 01.277/76-DSM

Nome: Solon Nogueira Barbosa
Mat. 02.273
Período: 03.05 (Um dia)
Atestado: 01.292/76—DSM

Nome: Antonia Pimentel Santos
Mat. 06.088
Período: 06.05 a 12.05.76
Atestado: 01.369/76-DSM

Nome: Geni dos Santos
Mat. 08.884
Período: 12.04.76 (Um dia)
Atestado: 01.384/76-DSM

Nome: Rita Maria de Almeida Menezes
Mat. 11.984
Período: 04.05 a 10.05.76
Atestado: 01.319/76-DSM

Feliciana Batista de Morais
Mat. 12.830
Período: 01'05 a 07.05.76
Atestado: 01.346/76—DSM

Nome: Carolina Alves de Araújo
Mat. 13.308
Período: 01.05 a 15.05.76
Atestado: 01.370/76-DSM

Nome: Luiz Oliveira Neto
Mat. 13.589
Período: 10.05 a 12.05.76
Atestado: 01.368/76-DSM

Nome: Vandete Queiroz de Freitas
Mat. 14.463
Período: 26.04 a 08.05.76
Atestado: 01.276/76-DSM

Nome: Francisco Alves de Barros
Mat. 14.565
Período: 04.05 a 31.05.76
Atestado: 01.298/76-DSM

LICENÇA PARA TRAMENTO DE SAUDE Art. 93, 97 e 99 da Lei n.º 1.711/52

Nome: Luiz Batista Gomes
Mat. 00.236
Período: 21.04 a 20.05.76
Atestado: 01.253/76 - DSM "LAUDO MÉDICO"

Nome: Dioclides Cordeiro Vasco
Mat. 12.520
Período: 01.04 a 31.05.76
Laudo Médico: 01.200/76-DSM

Nome: Manoel Pereira dos Santos
Mat. 15.867
Período: 04.04 a 13.05.76
Laudo Médico: 01.229/76-DSM

Nome: Nadyr Moreira Magalhães
Mat. 16.004
Período: 01.05 a 31.05.76
Laudo Médico: 01.263/76-DSM

Nome: Myrthers Maria da Cunha de Queiroz Reis
Mat. 16.930
Período: 03.05 a 30.08.76
Laudo Médico: 01.239/76-DSM

Nome: Mauro Viegas
Mat. 17.854
Período: 28.03 a 25.06.76
Laudo Médico: 01.241/76-DSM

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE Art. 123 da Lei N.º 1.711/52

Nome: Francisco das Chagas Ferreira
Mat. 13.588
Período: 03.05 a 04.05.76
Atestado: 01.286/76-DSM

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE Art. 123, 97 e 98 da Lei N.º 1.711/52

Nome: Maria Helena Corrêa Marcelino
Mat. 03.194
Período: 10.05 a 19.05.76
Atestado: 01.371/76-DSM

Nome: Alberto Evangelista Rego
Mat. 06.141
Período: 03.04 a 06.04.76
Atestado: 01.280/76-DSM

Nome: Hugo de Assis Costa
Mat. 07.940
Período: 05.05 a 16.05.76
Atestado: 01.325/76-DSM

Nome: Francisco Marques de Souza
Mat. 11.985
Período: 08.05 a 23.05.76
Atestado: 01.386/76-DSM

Nome: José de Oliveira
Mat. 12.990
Período: 03.05 a 10.05.76
Atestado: 01.354/76-DSM

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE Art. 123, 97 e 98 da Lei N.º 1.711/52

Nome: Maria Jurema Ferreira Couto
Mat.: 13.576
Período: 03.05 a 11.05.76
Atestado: 01.394/76-DSM

Nome: Luiz de Oliveira Neto
Mat. 13.589
Período: 04.05 a 09.05.76
Atestado: 01.335/76-DSM

Nome: Manoel Pereira de Morais
Mat. 14.305
Período: 05.05 a 31.05.76
Atestado: 01.327/76-DSM

Nome: Hildebrando Guimarães
Mat. 14.728
Período: 03.05 a 07.05.76
Atestado: 1.344/76-DSM

Brasília, 12 de maio de 1976

RAIMUNDO RODRIGUES COSTA
Chefe da Seção de Pessoal — DAG—SEF

DEPARTAMENTO DA RECEITA

Atos do Diretor

Processo nº: 052.456/76
Interessado: Heraldo Tabb de Moraes
Nos termos da delegação de competência que me foi deferida pela Portaria de 20.08.69—SEF e tendo em vista o Parecer da Divisão de Tributação deste Departamento RECONHEÇO A ISENÇÃO, em nome de HERALD TABB DE MORAES, quanto ao pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, relativo ao exercício de 1976, incidente sobre o imóvel localizado à SQ/SUL 208, Bloco "C", Apartamento nº 401, de acordo com o disposto no artigo 2º da Lei nº 5 755 de 03.12.71.
Quanto ao exercício de 1975, "DEIXO DE RECONHECER A ISENÇÃO", por ter não ter sido cumpridas as exigências estabelecidas no parágrafo 2º do art. 9º, do Decreto 2 802/74, pelo interessado.
Publique-se cientifique-se ao interessado e encaminhe-se à Divisão de Cadastro e Informações Economico-Fiscais, para as devidas anotações e providências.
Brasília, 10 de maio de 1976
BENEDICTO ONOFRE EVANGELISTA
Diretor do Departamento da Receita

Processo nº. 031.533/75
Interessado: ELEVADORES SCHINDLER DO BRASIL S/A
Consulta: DT 17/76 (402)

Configura hipótese de não incidência do ISSON — os serviços de instalação de elvadores quando conforme artigo 8º do Regulamento do ISS, aprovado pelo Decreto nº. 1.603/71 com a nova redação do Decreto nº. 2835/75. Os serviços de conservação e reparo, constituem fato gerador do imposto sobre serviços, constando do item "20" da lista de serviços a que se refere o artigo 1º do citado Regulamento.

ELEVADORES SCHINDLER DO BRASIL S/A, inscrita no Cadastro Fiscal da Secretaria de Finanças do G.D.F. sob o nº. 07.006181-5, formula consulta nos seguintes termos:
a) A consulente celebra inúmeros contratos com órgãos públicos (Ministérios, autarquias, Empresas Públicas) com a finalidade de instalação, conservação e reparos de elevadores de sua fabricação;
b) Solicita lhe seja informado, se os serviços acima enumerados (prestados a entidades públicas), configura a hipótese de não incidência do imposto sobre serviços, conforme o disposto no artigo 8º do Decreto nº. 1.603/71.
É o relatório.
O art. 8º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº. 1.603/71, com a nova redação dada pelo Decreto nº. 2.835/75, assim dispõe:
"Art. 8º O imposto sobre serviços não incide sobre a execução por administração, empreitada e subempreitada, de obras hidráulicas ou de construção civil, e os respectivos serviços de engenharia consultiva, quando contratados com União, Estados, Distrito Federal, Municípios, Autarquias e empresas concessionárias de serviços públicos".
A consulente se dedica à atividade de **instalação, conservação e reparos de elevadores de sua fabricação.**
Em se tratando de **instalação de elevadores** em obras contratadas com a União, Estados, Distrito Federal, Municipios, Autarquias e empresas concessionárias de serviços públicos, não incidirá o imposto sobre serviços de qualquer natureza, tendo em vista o preceito contido no artigo 8º., predito. O fornecimento de mercadorias, produzidas fora do local da prestação de serviço está sujeito ao ICM.
Quando a instalação ou montagem dos elevadores não se constitua em obra de construção civil, tratando-se, por exemplo, de substituição ou troca de elevadores, serviço previsto no item "48" da Lista de Serviços do Regulamento do ISS, a isenção só alcançará a prestação de serviço quando o material for fornecido pelo usuário final e quando for feita ao poder público, Autarquia e empresas concessionárias de produção de energia elétrica.
No que se refere a **conservação e reparos** de elevadores, o Regulamento do ISS em seu art. 1º., dispõe:
"Art. 1º. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de que trata o Título II, Capítulo IV do Decreto-Lei nº. 82, de 26 de dezembro de 1966 - (Sistema Tributário do Distrito Federal), tem como fato gerador a prestação de serviços, por empresa ou profissional autônomo, com ou sem estabelecimento fixo, de serviços constantes da lista anexa".
A lista de serviços do citado Regulamento, estabelece em seu item "20":

"20. Demolição, conservação e reparação de edifícios (inclusive elevadores neles instalados), estradas, pontes e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias, produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da prestação dos serviços, que ficam sujeitos ao ICM).
Assim, constitui fato gerador do imposto sobres serviços, a **conservação e reparo de elevadores,** sendo que o fornecimento de mercadorias, utilizadas na prestação do serviço, produzidas fora do local da prestação, ficam sujeitos ao ICM.
O Regulamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, estabelece em seu Art. 10, inciso II, a alíquota de 2% para os serviços a que se dedica a consulente.
Assim sendo, só configura a hipótese de não incidência o serviço de **instalação** de elevadores, quando consoantes com o art. 8º do RISS, com a nova redação do Decreto nº. 2.835/75. Os serviços de **conservação e reparos,** constituem fato gerador do imposto com a aliquota de 2%, aplicada sobre o preço dos serviços, sendo que o fornecimento de mercadorias, produzidas fora do local da prestação dos serviços fica sujeito ao ICM.
A espécie consultada independe de interpretação por parte do fisco, por não configurar matéria de natureza controvertida.
Assim, deverá a consulente promover, sem os benefícios previstos no art. 145 do Decreto-Lei nº. 82/66, o recolhimento dos débitos vencidos.
É o Parecer.
Brasília-DF, 23 de abril de 1976
Sandra Furtado Ayres
FISCAL DE TRIBUTOS
MAT. 7818
aprovo o parecer supra. Encaminhe-se ao Departamento da Receita.

Em 29 de abril de 1976
BALTAZAR AMORIM DA SILVA
Diretor da Divisão de Tributação
VISTO:
Cientifique-se o interessado e publique-se.
Em 29 de abril de 1976
BENDICTO ONOFRE EVANGELISTA
Diretor do Departamento da Receita

JUNTA DE RECURSOS FISCAIS

Recurso Voluntário nº. 12/76
Recorrente: Lojas Map Ltda.
Recorrido: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana
Relator: Juiz Nelson Fernandes Eustáquio
ACORDÃO Nº. 71/76 (1.468)
EMENTA: - "INCOMPETENCIA" - SLU — O Serviço Autônomo de Limpeza Urbana é incompetente para autuar os infratores das normas de posturas das Cidades Satélites, cujo Código próprio de Edificações não se confunde com o de Brasília.
"INFRAÇÕES AO CÓDIGO DE EDIFICAÇÕES DAS CIDADES SATÉLITES - COMPETÊNCIA PARA AUTUAÇÃO" - A competência para autuar por infrações ao Código de Edificações das Cidades Satélites, aprovado pelo Decreto nº. 944/69, é das respectivas Regiões Administrativas, consoante o parágrafo único do art. 219, do Código citado.
"AUTO DE INFRAÇÃO - NULIDADE" - Nulo é o auto de infração e todo o processado se os atos praticados não se incluem nas atribuições legais de quem os praticou (art. 2º, parágrafo único, letra "a" da Lei nº. 4.717/65).
Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso Voluntário nº. 12/76, em que é Recorrente Lojas Map Ltda., Recorrido Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, acorda a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para declarar nulo o Auto de Infração e, em consequência, todo o processado, nos termos das notas taquigráficas. Ausente à votação, justificadamente, o Juiz Newton Egydio Rossi.
Sala das Sessões-Brasília-DF., em 13 de maio de 1976
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente
NELSON FERNANDES EUSTÁQUIO redator

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ATOS DO SECRETÀRIO

PORTARIA Nº 21 DE 05 DE MAIO DE 1 976.

O SECRETARIO DE EDUCAÇAO E CULTURA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I a IV do artigo 37, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.893. de 13/05/75, tendo em vista o disposto no Parecer nº 20/76, aprovado pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, conforme Processo nº 072361/74—GDF,

RESOLVE:

1. Conceder reconhecimento à Escola Maternal e Jardim de Infância "CANDANGUINHO", localizada à Entre Quadras 713/913 — Lote "D" — SEP — Sul, Brasília- Distrito Federal, mantida pelo Instituto de Cultura Infantil Ltda. — ICIL, com foro em Brasília e sede no mesmo endereço.
2. Autorizar o funcionamento do ensino pré-escolar (Maternal e Jardim de Infancia).
3. Validar os atos escolares praticados pelo Estabelecimento.
4. O Estabelecimento a que se refere a presente Portaria ficará sujeito à inspeção nos termos da legislação em vigor.

Distrito Federal, 05 de maio de 1976.

WLADIMIR MURTINHO
Secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal

PORTARIA Nº 22 DE 05 DE MAIO DE 1976

O Secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e IV do artigo 37, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.893, de 13/05/75, e tendo em vista o disposto no Parecer nº 022, de 14/04/76, aprovado pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, conforme Processo nº 070609/74 - GDF,

R E S O L V E:

1. Conceder reconhecimento à Escola Maternal e Jardim de Infância Recanto Infantil, situado à Entrequadras Sul 313/314 - Brasília, Distrito Federal, mantida pela Associação Evangélica Educacional Presbiteriana, com foro e sede no mesmo endereço.
2. Autorizar o funcionamento do Jardim de Infância.
3. Validar os atos escolares praticados pelo estabelecimento.
4. O estabelecimento a que se refere a presente portaria ficará sujeito à inspeção nos termos da legislação em vigor.

Distrito Federal, 05 de maio de 1976.

WLADIMIR MURTINHO
Secretário de Educação e Cultura

PORTARIA DE 29 DE ABRIL DE 1976.

O SECRETARIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XVI, do artigo 37 do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2.893, de 13/05/75,

RESOLVE:
1. Designar, para integrar o Grupo de Trabalho instituído pela Portaria de 18/08/75, a servidora ALBA LUIZA ARAUJO SANTOS, inscrição nº. 96.426, em substituição a WASHINGTON DE MELO TRINDADE, inscrição nº. 86.356.
2. Esta Portaria entrará em vigor a partir desta data.

Distrito Federal, 29 de abril de 1976
WLADIMIR MURTINHO
Secretário de Educação e Cultura

PORTARIA DE 13 DE ABRIL DE 1976
O SECRETARIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XVI do artigo 37, do Decreto nº 2.893, de 13/05/75,

RESOLVE:

1- Criar um Grupo de Trabalho no âmbito da SEC/FEDF, para montagem e elaboração do Projeto GURI II a fim de dar continuidade ao Projeto de suplementação alimentar na área do Pré-Escolar, com a participação e contrapartida do INAN e da CNAE/MEC.
2. Designar os servidores JULIMAR DA MATTA MACHADO, Assistente Social, código NS—721.1. matrícula nº 0976, MARIA DE LOURDES FITTIPALDI GONÇALVES, Coordenador Técnico do Departamento de Ensino de 2º Grau da DGP—FEDF, símbolo EC—08, VIETE FREITAS Professor do Ensino de 1º e 2º graus, da FEDF, inscrição nº 84.540 de HELIET LUCIA GRENDENE DE ABREU, Assessor DAS — 102.1. do Departamento de Planejamento Educacional da SEC, matrícula nº 1005 para, sob a coordenação da primeira, integrarem o Grupo de Trabalho instituído no item I desta Portaria.
3. Esta Portaria entrará em vigor a partir desta data.

Distrito Federal, 13 de abril de 1976.
WLADIMIR MURTINHO DO AMARAL
Secretário de Educação e Cultura

PORTARIA DE 20 DE MAIO DE 1976

O SECRETARIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o item XVI do artigo 37, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2.893, de 13.15.75 e tendo em vista o que consta do O.I. s/nº. da Coordenadora do GT,

RESOLVE:
I. Tornar sem efeito a Portaria de 08/03/76—SEC que criou um Grupo de Trabalho e designou os respectivos integrantes, com o objetivo de identificar e propor os mecanismos para integração das unidades orgânicas da SEC/FEDF e para outras providências.
2. Esta Portaria revoga as disposições em contrário.

Distrito Federal, 20 de maio de 1976

EMERSON JOSÉ DE ALMEIDA SANTOS
Secretário de Educação e Cultura
Substituto

PORTARIA DE 20 DE MAIO DE 1976

O SECRETARIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o item VI do artigo 1º., do Decreto "E" nº. 340, de 12/12/67 e tendo em vista o disposto no artigo 16 do Decreto nº. 2.951, de 22/07/75,

RESOLVE:
Dispensar ELMICE MARIA CATTA PRETA CARNEIRO, Técnico em Assuntos Educacionais, código NS—718.6, matrícula nº. 14.392, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, na função de substituta eventual do Chefe da Seção de Autenticação da Vida Escolar, da Divisão de Orientação e Assistência, do Departamento de Inspeção do Ensino da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal.

Distrito Federal, 20 de maio de 1976
EMERSON JOSÉ DE ALMEIDA SANTOS
Secretário de Educação e Cultura
Substituto

PORTARIA DE 20 DE MAIO DE 1976

O SECRETARIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o item VI do artigo 1º., do Decreto "E" nº. 340, de 12/12/67 e tendo em vista o disposto no artigo 16 do Decreto nº. 2.951, de 22/07/75,

RESOLVE:
Designar LUCILIA BERLIM KREUTZ, Técnico em Assuntos Educacionais, código NS—718.4, matrícula nº. 3.053, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir o Chefe da Seção de Autenticação da Vida Escolar da Divisão de Orientação e Assistência, do Departamento de Inspeção do Ensino da Secretaria de Educação e Cultura, a contar da data de publicação desta Portaria, até o dia 31/05/76, em virtude de titular se encontrar em gozo de licença para tratamento de saúde.

Distrito Federal, 20 de maio de 1976
EMERSON JOSÉ DE ALMEIDA SANTOS
Secretário de Educação e Cultura
Substituto

DESPACHOS

PROCESSO Nº.: 175382/76—RA-III
INTERESSADA: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
ASSUNTO: — Tomada de Preços nº 008/76-RA—III, para a contratação e execução de obras sob regime de empreitada por preço global para construção de 02 (duas) unidades escolares na cidade satélite de Taguatinga, totalizando 20 salas de aula e demais dependências.

DESPACHO: — Homologo, com fundamento no Art. nº 34 do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1.971, combinado com o item VIII do Art. 4º do Decreto nº 3.154, de 29 de janeiro de 1976, o resultado da Tomada de Preços nº 008/76—RA-III no valor de Cr$ 2 .040-387,00 (Dois milhões e quarenta mil trezentos e oitenta e sete cruzeiros), a favor da firma CONSTRUTORA ROIZEN LTDA, de acordo com o parecer de fls. 208 e 209, da Comissão de Licitação.
Brasília, 11 de maio de 1976
WLADIMIR MURTINHO
Secretário de Educação e Cultura

PROCESSO Nº: 175345/76—RA-III
INTERESSADA: SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
ASSUNTO: — Tomada de Preços nº 006/76-RA-III, para a contratação e execução de obra sob regime de empreitada por preço global de 01 (uma) Unidade escolar na cidade satélite de Taguatinga, composta de 15 (quinze) salas de aula e demais dependências.

DESPACHO: — Homologo, com fundamento no Art. nº 34, do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1.971, combinado com o item VIII do Art. 4º do Decreto nº 3.154, de 29 de janeiro de 1976, o resultado da Tomada de Preços nº 006/76—RA-III no valor de Cr$ 3.049.627,09 (Três milhões, quarenta e nove mil, seiscentos e vinte e sete cruzeiros e nove centavos), a favor da firma GML CONSTRUÇÕES LTDA, de acordo com o parecer de fls. 243 e 244, da Comissão de Licitação.
Brasília, 11 de maio de 1976
WLADIMIR MURTINHO
Secretário de Educação e Cultura

PROCESSO Nº: 175381/76—RA-III
INTERESSADA: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
ASSUNTO: — Tomada de Preços nº 009/76-RA-III, para a contratação e execução de obra sob regime de empreitada por preço global de 01 (uma) Escola Modulada situada à QSD 33 Área Especial na Cidade Satélite de Taguatinga, composta de 15 (quinze) salas de aula e demais dependências.

DESPACHO: - Homologo, com fundamento no Art. nº 34 do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1.971, combinado com o item VIII doArt. 4º do Decreto nº 3.154, de 29 de janeiro de 1976, o resultado da Tomada de Preços nº 009/76-RA-III no valor de Cr$ 2.696.664,21 (Dois milhões, seiscentos e noventa e seis mil, seiscentos e sessenta e quatro cruzeiros e vinte e um centavos), a favor da firma CIVISA — Engenharia Civil e Sanitária - LTDA, de acordo com o parecer de fls. 284 e 285, da Comissão de Licitação.
Brasília, 11 de maio de 1976
WLADIMIR MURTINHO
Secretário de Educação e Cultura

Processo nº: 174328/76—RA—III
Interessado: Secretaria de Educação e Cultura.
Assunto: Tomada de Preços nº 004/76—RA—III, para a contratação e execução de obra sob o regime.. de empreitada por preço global de 01 (uma) escola modulada, composta de 20 salas de aula e demais dependências, situada à QSE 07, área especial, na cidade satélite de Taguatinga-DF.
DESPACHO: Homologo com fundamento no artigo nº 34 do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, combinado com o item VIII do artigo 4º do Decreto 3.154 de 29 de janeiro e 1976, o resultado da tomada de preços nº 004/76—RA—III, no valor de Cr$ 2.839.292,00 (dois milhões, oitocentos e trina e nove mil, duzentos e noventa e dois cruzeiros), a favor da firma "CONSTRUTORA ROIZEN LTDA", de acordo com o parecer de fls. 255 e 256 da Comissão de Licitação.
Em, 13/04/1976
WLADIMIR MURTINHO
Secretário de Educação e Cultura

PROCESSO Nº 070609/74—GDF
INTERESSADO: Escola Maternal e Jardim de Infância "Recanto Infantil".
ASSUNTO: Pelo reconhecimento da Escola Maternal e Jardim de Infância Recanto Infantil autorização de funcionamento de seu Jardim de Infância e revalidação dos atos escolares praticados pelo Estabelecimento.

HOMOLOGO o Parecer nº 022/76—CEDF, de 14/04/76, aprovado, por unanimidade, pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, na sessão plenária da mesma data, cuja conclusão é do seguinte teor:
"- Conclui pelo reconhecimento nos termos do Parágrafo Unico, do art. 162 da Resoluçao 01/74—CEDF da Escola Maternal e Jardim de Infância Recanto Infantil.
- Autorizar o funcionamento do seu Jardim de Infância.
- Revalidar os atos escolares praticados pelo Estabelecimento até a presente data".

Em 05/05/76.

WLADIMIR MURTINHO
Secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal

PROCESSO Nº 072361/74—GDF
INTERESSADO: Instituto de Cultura Infantil Ltda.
ASSUNTO: Pelo reconhecimento do estabelecimento e autorização de funcionamento do ensino pré-escolar da Escola Maternal e Jardim de Infância "CANDANGUINHO".

HOMOLOGO o Parecer nº 020/76—CEDF, de 07/04/76, aprovado por unanimidade, pelo Conselho de Educação do Distrito Federal na sessão plenária da mesma data, cuja conclusao é do seguinte teor:
"- manifestar-se favoravelmente à concessão do reconhecimento à Escola Maternal e Jardim de Infância "CANDANGUINHO", localizado à Entre-Quadras 713/913 — Lote D - SEP—Sul, nesta Capital, na forma prevista no **Parágrafo único do art. 162, da** Resolução nº 01/74—CEDF, devendo o processo ser encaminhado ao Senhor Secretário de **Educação e Cultura na qualidade** de autoridade competente para autorizar a medida;
- autorizar o funcionamento do ensino pré-escolar (Maternal e Jardim de Infância), mantido pelo estabelecimento requerente;
- validar os atos escolares praticados pela entidade interessada **até a presente data.**
Em 05/05/76.

WLADIMIR MURTINHO
Secretário da Educação e Cultura **do Distrito Federal.**

Processo nº: 069256/75—GDF
Interessado: Doralice de Oliveira Crivaro
Assunto: Aprova a Professora Doralice de Oliveira Crivaro para exercer, a título precário, a função de Diretora da Escola Maternal e Jardim de Infância "CANDANGUINHO".
HOMOLOGO o Parecer nº 23/76—CEDF, de 14/04/76, aprovado, por unanimidade, pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, na sessão plenária da mesma data, cuja conclusão é do seguinte teor,
"Diante do exposto, somos de Parecer que pode ser aprovada a Professora DORALICE DE OLIVEIRA CRIVARO para exercer, a título precário a função de Diretora da Escola Maternal e Jardim de Infância "CANDANGUINHO", concedendo-lhe o prazo de três anos, a partir da

publicação deste Parecer, para qualificar-se nos termos da legislação em vigor".
Em, 07/05/76
WLADIMIR MURTINHO
Secretário de Educação e Cultura

Processo nº: 001200/76—GDF
Interessado: Departamento de Ensino Complementar
Assunto: Aprova o Projeto da Associação do Ensino Supletivo do Distrito Federal
HOMOLOGO o Parecer nº 24/76—CEDF, de 14/04/76, aprovado por unanimidade, pelo Conselho de Educação do Distrito Federal na sessão plenária da mesma data, cuja conclusão é no sentido de ser aprovado o "Projeto da Associação do Ensino Supletivo do Distrito Federal".
Em, 06/05/76
WLADIMIR MURTINHO
Secretário de Educação e Cultura

PROCESSO Nº.: 221916/76—RA—V
INTERESSADO: Secretaria de Educação e Cultura
ASSUNTO: Tomada de Preços nº. 02/76—RA—V, para a contratação e execução de obras sob regime de empreitada, por preço global para construção de 20 (vinte) salas de aula na Escola Classe nº. 02 de Sobradinho.
HOMOLOGO, com fundamento no Ar. 34 do Decreto nº. 1703, de 31 de maio de 1971, combinado com o item VIII do Art. 4º. do Decreto nº. 3154, de 29 de janeiro de 1976, o resultado da Tomada de Preços nº. 02/76—RA—V, no valor de Cr$ 2.351.065,98 (dois milhões, trezentos e cinquenta e um mil, sessenta e cinco cruzeiros e noventa e oito centavos), a favor da firma EMOSA — ENGENHARIA MELMAN OSORIO S/A, de acordo com o parecer de fls. 273, da Comissão de Licitação.
Em, 11/05/76
WLADIMIR MURTINHO
Secretario de Educação e Cultura

PROCESSO Nº.: 175383/76—RA—III
INTERESSADA: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
ASSUNTO: Tomada de Preços nº. 007/76—RA—III, para a contratação e execução de obra sob regime de empreitada por preço global de 01 (uma) Escola Modulada situada à CNB 12 Área Especial na Cidade Satélite de Taguatinga, composta de 15 (quinze) salas de aula e demais dependências.
DESPACHO: Homologo, com fundamento no Art. nº. 34 do Decreto nº. 1703, de 31 de maio de 1971, combinado com o item VIII do Art. 4º. do Decreto nº. 3154, de 29 de janeiro de 1976, o resultado da Tomada de Preços nº. 007/76—RA—III no valor de Cr$ 3.046.889,46 (três milhões, quarenta e seis mil, oitocentos e oitenta e nove cruzeiros e quarenta e seis centavos), a favor da firma TETO - Incorporações e Construções LTDA, de acordo com o parecer de fls. 271 e 272, da Comissão de Licitação.
Brasília, 11 de maio de 1976
WLADIMIR MURTINHO
Secretario de Educação e Cultura

PROCESSO Nº.: 175016/76—RA—III
INTERESSADA: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
ASSUNTO: Tomada de Preços nº. 005/76—RA—III, para a contratação e execução de obra sob regime de empreitada por preço global de 01 (uma) Escola Modulada situada à CND 05 Área Especial, na Cidade Satélite de Taguatinga, composta de 15 (quinze) salas de aula e demais dependências.
DESPACHO: Homologo, com fundamento no Art. nº. 34 do Decreto nº. 1703, de 31 de maio de 1971, combinado com o item VIII do Art. 4º. do Decreto nº. 3154, de 29 de janeiro de 1976, o resultado da Tomada de Preços nº. 005/76—RA—III, no valor de Cr$ 3.359.872,00 (Três milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e setenta e dois cruzeiors) a favor da firma PREMENGE — Premoldados Engenharia Ltda, de acordo com o parecer de fls. 199 e 200, da Comissão de Licitação.
Brasília, 11 de maio de 1976
WLADIMIR MURTINHO
Secretário de Educação e Cultura

PROCESSO: 221917/76—RA—V
INTERESSADO: Secretaria de Educação e Cultura
ASSUNTO: Tomada de Preços nº. 03/76-RA-V, para a contratação e execução de obras sob regime de empreitada por preço global da construção de 10 (dez) salas de aula no C.E. 05: 10 (dez) salas de aula, 01 (um) módulo de Administração e 01 (um) modulo Pátio-Cantins, na E.C. nº. 05, Sobradinho
HOMOLOGO, com fundamento no Art. nº. 34 do Decreto nº. 1703, de 31 de maio de 1971, combinado com o item VIII do Art. 4º. do Decreto nº. 3154, de 29 de janeiro de 1976, o resultado da Tomada de Preços nº. 03/76-RA-V, no valor de Cr$ 4.191.886,52 (quatro milhões, cento e noventa e um mil, oitocentos e oitenta e seis cruzeiros) e cinquenta e dois centavos), a favor da firma EMOSA—ENGENHARIA MELMAN OSORIO S/A., de acordo com o parecer de fls. 282, da Comissão de Licitação
Em, 11/05/76
WLADIMIR MURTINHO
Secretário de Educação e Cultura

CONSELHO DE EDUCAÇÃO

Parecer Conclusivo nº 010/CEnE - CEDF
Processo nº 009103/76—GDF
Aprova os reajustes das anuidades escolares do Centro Educacional La Salle de Brasília, para 1976.
O Centro Educacional La Salle de Brasília, apresentou ao Conselho de Educação do Distrito Federal o reajuste das anuidades para 1976, aprovado pelo Conselho de Escola do Estabelecimento, nos seguintes termos:
1. Comunicação de reajuste de 30% como determina o Artigo 4º da Resolução nº 01/76—CEDF, transcrito:
"O índice de reajustamento para o ensino de 1º e 2º graus, cursos livres, (avulsos), e suplência e suprimento não deverá ultrapassar a 30% (trinta por cento) das anuidades aprovadas para 1975". para o 1º Grau, da 1ª a 4ª série, 1º Grau da 5ª a 8ª. série, e 2º Grau, período noturno.
2. Solicitação de uma anuidade de Cr$ 6.500,00, para o 2º Grau diurno, curso novo, tendo em vista a aplicação da fórmula:
A 50 x S,/ M-m, do Artigo 8º da Resolução nº 01/76—CEDF, sendo:
A igual à anuidade de cada curso ou turma;
50. o coeficiente fixo;
S. salário médio mensal por turma ou curso;
M. matrícula física média por turma ou curso;
m - matrícula gratuíta média por turma ou curso.
Com a aplicação da fórmula, o estabelecimento teria direito a uma anuidade de Cr$ 8.438,34 para o 2º Grau, em regime diurno, como curso novo.
3. Solicitação de um aumento adicional de 5% nas anuidades do 1º Grau e do 2º Grau Noturno, por haver concedido, comprovadamente, aos seus professores um aumento de 40 %, nos termos dos Artigos 5º e 4º, e seus parágrafos, da Resolução nº 01/76-CEDF, transcritos:
"Art. 5º - As escolas do Sistema de Ensino do Distrito Federal que, comprovadamente, concederem aumento aos seus professores superior a 30% terão direito ao percentual de aumento previsto no parágrafo 1º, do Artigo 4º, desde que aprovado pela Comissão de Encargos Educacionais do Conselho de Educação do Distrito Federal.
Art. 4º - parágrafo 1º - Ocorrendo a hipótese de, por determinação legal, o reajuste salarial de professores ultrapassar o piso de 30% (trinta por cento) admitir-se-á que os estabelecimentos acresçam às suas anuidades um percentual equivalente a 50% (cinquenta por cento) da diferença encontrada entre o reajuste salarial concedido e o mencionado piso.
Art. 4º parágrafo 2º - O acréscimo previsto no parágrafo anterior tomara por base as anuidades aprovadas para 1975.
Art. 4º parágrafo 3º — O acrescimo autorizado nos parágrafos anteriores independe de comprovação contábil e deve apenas ser comunicado à Comissão de Encargos Educacionais do CED-F para efeito de cadastramento até o dia 30 de maio de 1976".
A Comissão de Encargos Educacionais, considerando:
- o resultado dos estudos feitos;
- que dá cobertura legal para tais medidas;
- a autoridade do Conselho de Educação do Distrito Federal, nos termos do Decreto-Lei nº 532 de 16/04/69, para a fixação e reajuste de anuidades escolares;
- que houve um nível de defasagem de 39% a 75%;
- aprovou, por unanimidade, as seguintes anuidades para o Centro Educacional La Salle de Brasília:

Curso	Anuidade para 1976
1º Grau de 1ª a 4ª série	Cr$ 2.646,00
1º Grau de 5ª a 8ª série	Cr$ 3.247,02
2º Grau - Noturno	Cr$ 3.780,00
2º Grau - Diurno - o Curso Novo	Cr$ 6.500,00

Brasília, 02 de abril de 1976
Eudaldo Silva Lima - Presidente
Ayrton Pinheiro de Almeida - UNAF
Lorival Vieira Fernandes - SUNAB
José Durval de Araújo Lima - DIE/SEC
José Teixeira da Costa Nazareth - AEPE/DF
Aprovado na CEnE em 02/04/76 e em Plenário em 28/04/76.
CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
ANA BERNARDES DA S. ROCHA
Presidente

Parecer nº. 17/76—CEDF
Processo nº.: 071338/74—GDF

Autoriza a implantação do Ensino de 1º. Grau e o funcionamento do Jardim de Infância do Colégio "Madre Carmem Salles" dá outras providências.

Senhora Presidente

O presente processo é do interesse do Colégio "Madre Carmem Salles", situado à Av. L-2 Norte - Quadra 604 Brasília - DF e vem solicitando aprovação do Regimento escolar do estabelecimento bem como autorização para implantar o ensino de 1º. Grau e para o funcionamento do Jardim de Infância.

HISTÓRICO,- 1. O Colégio Madre Carmem Sallés funciona no Distrito Federal desde 1963, pela Autorização da Superintendência Geral de Educação e Cultura nº. 12/63.

2. Teve seus cursos primário e pré - primário reconhecidos pelas Portarias 16/70 e 28/70, respectivamente da Secretaria de Educação e Cultura do D.F.

3. Teve autorização para funcionamento do Curso Ginasial pela Portaria 51/69—SEC, com prorrogação de autorização pela Portaria 21/72—SEC até sua extinção, com o evento da Lei 5692/71 (fls. 93 e 94).

4. Com fundamento na Resolução 01/74 — CEDF., solicitou o estabelecimento autorização de funcionamento para o Curso de 1º. Grau e Jardim de Infância, apresentando Regimento Escolar, nos termos da Lei.

ANÁLISE- 1. Trata-se de estabelecimento já reconhecido sob a Lei 4.024/61 além de possuir uma folha de serviços prestados à educação do Distrito Federal.

2. O relatório da inspeção prévia do DIE- SEC e os pronunciamentos da DRIe da Direção do DIE—SEC (fls. 106-107 e 109 a 112 dão conta de que as exigências dos artigos 154 e 155 da Resolução nº. 01/74 estão satisfatoriamente cumpridas, como sejam:
- Idoneidade Moral e profissional do diretor e do corpo docente comprovadas;
- Instalações físicas e pedagógicas adequadas;
- Capacidade financeira da mantenedora comprovada;
- Atendimento satisfatório as normas estabelecidas pelo CEDF;
- Organização didática ajustada às diretrizes fixadas em Lei;
- Planejamento didático, adequado para Jardim de Infância.
3. A proposta curricular para as oito séries do 1º. Grau viera em termos inadequados, face à regulamentação vigente, vindo, posteriormente, reformulada e em ordem.
4. A parte diversificada consta de conteúdos provenientes da matéria "Introdução às Práticas de Trabalho", a partir da 7ª. série, com experiências em Práticas Comerciais e Integradas do Lar, conforme os Artigos 22 e 24 parágrafo 2º., da Resolução 01/74 — CEDF.
5. O DIE/SEC aprovou o Regimento Escolar pela O.S. 14/75 e considera plenamente atendidas, pelo estabelecimento requerente, as condições estabelecidas pela Resolução 01/74 — CEDF.
6. A proposta de anuidade, para 1975, teve aprovação pelo Parecer Conclusivo nº. 22/75 — CEnE/CEDF.
Do exposto o Parecer é no sentido de que:
a) - Seja autorizada a implantação do ensino de 1º. Grau no Colégio "Madre Carmem Sallés".
b) - Seja aprovado o currículo apresentado cuja cópia deverá constar como anexo do parecer.
c) Seja autorizado o funcionamento do seu Jardim de Infância.
d) - Sejam validados os atos escolares praticados pelo estabelecimento.
Sala "Helena Reis", Brasília, 31 de março de 1976

Eudaldo Silva Lima
Relator

Aprovado na C.E., e em Plenário em 31.03.76.

CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Anna Bernardes da S. Rocha
Presidente.

COLÉGIO MADRE CARMEN SALLÉS - Av. L/2 Q. 604 -Norte -Fone:23-2863

PROPOSTA CURRICULAR PARA O ENSINO DE 1º GRAU (5ª a 8ª) -1 9 7 6

	ÁREA DE ESTUDO	CAMPOS OU PRÁTICAS DE TRABALHO	DISCIPLINAS	SÉRIES 5ª	6ª	7ª	8ª
EDUCAÇÃO GERAL	COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	Língua Portuguesa		5	5	4	4
		Educação Artística		2	2	-	-
		Língua Inglesa		2	2	2	2
		Educação Física		3	3	3	3
	ESTUDOS SOCIAIS	Estudos Sociais		-	-	4	4
			Educação Moral e Cívica	-	-	1	1
		Estudos Sociais e E.M.C.		4	4	-	-
			Ensino Religioso	2	2	1	1
	CIÊNCIAS	Ciências e Programas de Saúde		6	6	-	-
			Ciências F.e Biológicas e PS	-	-	2	2
			Matemática	-	-	4	4
FORMAÇÃO ESPECIAL		Práticas Comerciais					
		Práticas Integradas do Lar		-	-	5	5
TOTAL				24	24	26	26

COLÉGIO "MADRE CARMEN SALLES"
Av. L.2 - Q. 604 - A.N.R.
Fone - 23-2865
70.000 - Brasília - DF

COLEGIO MADRE CARMEN SALLES - Av. L/2 Norte - Fone: 23-2863

PROPOSTA CURRICULAR PARA O ENSINO DE 1º GRAU (1ª a 4ª Séries) 1976

MATÉRIAS	ATIVIDADES	SÉRIES 1ª	2ª	3ª	4ª
COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	...	...	...	...
ESTUDOS SOCIAIS	INTEGRAÇÃO SOCIAL	...	...	...	...
CIÊNCIAS	INICIAÇÃO ÀS CIÊNCIAS	....	....	....	....
TOTAIS		20	20	20	20

Obs: ... Carga a ser definida pelo Estabelecimento.

COMISSÃO DE ENCARGOS EDUCACIONAIS

Parecer conclusivo n 008/CEnE-CEDF
Processo nº 009283/76—GDF

Aprova o reajuste da anuidade escolar da Escola Três Amiguinhos, para 1976.

A Escola Tres Amiguinhos apresentou ao Conselho de Educação do Distrito Federal o reajuste da anuidade do Jardim de Infância, para 1976, aprovado pelo Conselho de Escola do Estabelecimento, nos seguintes termos:
1. Comunicação de reajuste de 30% como determina o Artigo 4º da Resolução nº 01/76- CEDF, transcrito: "O índice de reajustamento para o ensino de 1º e 2 graus, cursos livres (avulsos), de suplência e suprimento não deverá ultrapassar a 30% (trinta por cento) das anuidades aprovadas para 1975".
2. A Solicitação de um aumento adicional de 14%, por haver concedido, comprovadamente, aos seus professores um aumento de 60%, nos termos dos artigos 5º e 4º e seus parágrafos, da Resolução nº 01/76- CEDF, transcritos: "Art. 5º - As escolas do Sistema de Ensino do Distrtito Federal, que, comprovadamente, concederem aumento aos seus professores superior a 30%, terão direito ao percentual de aumento previsto no parágrafo 1º, do Artigo 4º, desde que aprovado pela Comissão de Encargos Educacionais do Conselho de Educação do Distrito Federal." "Art. 4º - parágrafo 1º - Ocorrendo a hipótese de, por determinação legal, o reajuste salarial de professores ultrapassar o piso de 30% (trinta por cento(, admitir-se-á que os estabelecimentos acresçam as suas anuidades um percentual equivalente a 50% (cinquenta por cento), da diferença encontrada entre o reajuste salarial concedido e o mencionado piso. Art. 4º - parágrafo 2º - O acréscimo previsto no pragrafo anterior tomará por base as anuidades aprovadas para 1975. Art. 4 - parágrafo 3º - O acréscimo autorizado nos parágrafos anteriores independe de comprovação contabil e deve apenas ser comunicado à Comissão de Encargos Educacionais do CEDF para efeito de cadastramento, até o dia 30 de maio de 1976".
A comissão de Encargos Educacionais, considerando; o resultado dos estudos feitos;
- que há cobertura legal para tais medidas:;
- a autoridade do Conselho de Educação do Distrito Federal, nos termos do Decreto - Lei nº. 532 de 16/04/69, para fixação e reajuste de anuidades escolares;
- que o Estabelecimento aumentou seus professores em 60%;
- que houve um nível de defasagem de 117%, aprovou, por unanimidade, para 1976, a seguinte anuidade, para a Escola Três Amiguinhos:
CURSO
Jardim de Infância
ANUIDADE PARA 1976
Cr$ 1.411,20
Brasília, 28 de abril de 1976
EUDALDO SILVA LIMA — Presidente
AYRTON PINHEIRO DE ALMIDA — UNAF
Lorival Vieira Fernandes - SUNAB
José Durval de Araujo Lima - DIE/SEC
Jose Teixeira da Costa Nazareth - AEPE/DF

Aprovado na CEnE em 02/04/76 e em Plenario em 28/04/76.C conselho de educação do distrito federal
Anna Bernardes da S. Rocha
Presidente

PARECER CONCLUSIVO N.º 009/76-CEnE-CEDF
Processo n.º 009494/76-GDF

Toma conhecimento e examina a comunicação de reajuste das anuidades da Escola do 1.º Grau Santa Maria e aprova um adicional de 6%, para 1976.

A Escola do 1.º Grau Santa Maria apresentou ao Conselho de Educação do Distrito Federal o reajuste das anuidades para 1976, aprovadas pelo Conselho de Escola do Estabelecimento, nos seguintes termos:
1. Comunicação do reajuste de 30%, como determina o Artigo 4.º da Resolução n.º 01/76-CEDF, a seguir transcrito:
"O índice de reajustamento para o ensino de 1.º e 2.º Graus, cursos livres (avulsos), de suplência e suprimento não deverá ultrapassar a 30% (trinta por cento) das anuidades aprovadas para 1975".
2. Solicitação de um aumento adicional de 6%, por ter concedido aos seus professores, conforme foi comprovado, um aumento de 42%, nos termos dos artigos 5.º e 4.º e seus parágrafos, da Resolução n.º 01/74—CEDF, a seguir transcritos:
"ZArt. 5.º — As escolas do Sistema de Ensino do Distrito Federal que, comprovadamente, concederem aumento aos seus professores superior a 30% terão direito ao percentual de aumento previsto no parágrao 1.º, do Artigo 4.º, desde que aprovado pela Comissão de Encargos Educacionais do Conselho de Educação do Distrito Federal. Art. 4.º - Parágrafo 1.º - Ocorrendo a hipótese de, por determinação legal, o reajuste salarial de professores ultrapassar o piso de 30% (trinta por cento), admitir-se-á que os estabelecimentos acresçam às suas anuidades um percentual equivalente a 50% (cinquenta por cento), da diferença encontrada entre o reajuste salarial concedido e o mencionado piso.
Parágrafo 2.º — O acréscimo previsto no parágrafo anterior tomará por base as anuidades aprovadas para 1975.
Parágrafo 3.º — O acréscimo autorizado nos parágrafos anteriores independe de comprovação contábil e deve apenas ser comunicado à Comissão de Encargos Educacionais do CEDF para efeito de cadastramento, até o dia 30 de maio de 1976."
Considerando a cobertura legal para tais reajustes;
— a autoridade do Conselho de Educação do Distrito Federal para a provação nos termos do Decreto-Lei 532, de 16/04/69;
— que os valores das anuidades estão dentro da média das anuidades do Distrito Federal; a Comissão de Encargos Educacionais, em 02/04/76, tomou ciência do reajuste de 30% e aprovou o adicional solicitado e 6%, ficando as anuidades para 1976, com um reajuste total de 36%, fixadas nos seguintes valores:
a) Para o Jardim de Infância Cr$ 1.592,56 (hum mil, quinhentos e noventa e dois cruzeiros e cinquenta e seis centavos).
b) Para o 1.º Grau de 1.ª a 4.ª série Cr$ 1.592,56 (hum mil, quinhentos e noventa e dois cruzeiros e cinquenta e seis centavos.)

Brasília, 02 de abril de 1976

Eudaldo Silva Lima
Presidente

Ayrton Pinehiro de Almeida
UNAF

Lorival Vieira Fernandes
SUNAB

José Durval de Araújo Lima
DIE/SEC

José Teixeira da Costa Nazareth
AEPE/DF

Aprovado na CEnE em 02/04/76 e em plenário em 28/04/76.

Anna Bernardes da S. Rocha
Presidente

Parecer Conclusivo nº. 015/76 — CEnE—CEDF
Processo nº. 008213/76—GDF
Toma conhecimento da Comunicação do reajuste de anuidade aprovada para 1976, da Escola Maternal e Jardim de Infância "Tiquinho de Gente"
A Comissão de Encargos Educacionais do Conselho de Educação do Distrito Federal, 04.04.76, tomou conhecimento da comunicação do reajuste de anuidade da Escola Maternal e Jardim de Infância "Tiquinho de Gente", aprovado pelo Conselho de Escola do Estabelecimento, e, tendo examinado e conferido os cálculos nos termos do Art. 4º, da Resolução nº. 01/76—CEDF, in verbis,
"o índice de reajustamento para o ensino de 1º. e 2º. graus, cursos livres (avulsos), de suplência e suprimento não deverá ultrapassar a 30% (trinta por cento) das anuidades aprovadas para 1975".,
Constatou-se que os mesmos obedeceram ao reajuste permitido pela citada Resolução.
O valor fixado para a anuidade escolar, em 1976, para Maternal e Jardim de Infância, é de Cr$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos cruzeiros).
Brasília, 04 de maio de 1976
Eudaldo Silva Lima-Presidente
Ayrton Pinheiro de Almeida - UNAF
José Durval de Araújo Lima - DIE/SEC
José Teixeira da Costa Nazareth - AEPE/DF
Lorival Vieira Fernandes - SUNAB
Paulo Galante - CNTEEC
Aprovado na CEnE em 04.05/76 e em Plenário em 05/05/76;
CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
Anna Bernardes da S. Rocha
Presidente

Parecer Conclusivo nº. 07/76-CEnE-CEDF
Processo nº. 009130/76 — GDF
Aprova o reajuste das anuidades escolares do Colégio Notre Dame, para 1976.

O Colégio Notre Dame apresentou ao Conselho de Educação do Distrito Federal o reajuste das anuidades para 1976, aprovadas pelo Conselho de Escola do Estabelecimento, nos seguintes termos:
1. Comunicação do reajuste de 30%, como determina o Artigo 4º. da Resolução nº. 01/76-CEDF, a seguir transcrito:
"O índice de reajustamento para o ensino de 1º. e 2º. Graus, cursos livres (avulsos), de suplência e suprimento não deverá ultrapassar a 30% (trinta por cento) das anuidades aprovadas para 1975".
2. Solicitação de um aumento adicional de 10% para o Jardim de Infância e 1º. Grau da 1ª. à 4ª. série, por haver concedido aos seus professores, conforme foi comprovado, um aumento de 50% (cinquenta por cento), nos termos dos Artigos 5º. e 4º. e seus parágrafos, da Resolução nº. 01/74—CEDF, a seguir transcritos.
"Art. 5º. - As escolas do Sistema de Ensino do Distrito Federal que, comprovadamente, concederem aumento aos seus professores superior a 30% terão direito ao percentual de aumento previsto no parágrafo 1º., do Artigo 4º., desde que aprovado pela Comissão de Encargos Educacionais do Conselho de Educação do Distrito Federal.
"Art. 4º. - parágrafo 1. Ocorrendo a hipótese de, por determinação legal, o reajuste salarial de professores ultrapassar o peso de 30% (trinta por cento), admitir-se-á que os estabelecimentos acresçam às suas anuidades um percentual equivalente a 50% (cinquenta por cento) da diferença encontrada entre o reajuste salarial concedido e o mencionado piso.
Art. 4º. - parágrafo 2º. - O acréscimo previsto no parágrafo anterior tomará por base as anuidades aprovadas para 1975.
Art. 5º. parágrafo 3º. O acréscimo autorizado nos parágrafos anteriores independe de comprovação contábil e deve apenas ser comunicado à Comissão de Encargos Educaionais do CEDF para efeito de cadastramento, até o dia 30 de maio de 1976.
A Comissão de Encargos Educacionais, considerando:
- o resultado dos estudos feitos;
- que há cobertura legal para tais medidas;
- a autoridade do Conselho de Educação do Distrito Federal, nos termos do Decreto-Lei nº. 532 de 16.04.69, para fixação e reajuste de anuidades escolares;
- que o Estabelecimento aumentou os professores do Jardim de Infância e 1º. Grau da 1ª. a 4ª. série em 40% e os professores do 1º. Grau de 5ª. a 8ª. série em 30%;
- que existe um índice de defasagem de 37% do Jardim de Infância, 55% no 1º. Grau de 1ª. a 4ª. série e 138% no 1º. Grau da 5ª. a 8ª. série;
aprovou, por unanimidade, as seguintes anuidades para o Colégio Notre Dame em 1976:
CURSO
Jardim de Infância
1º. Grau de 1ª. a 4ª. Série
1º. Grau de 5ª. a 8ª. Série
ADICIONAL DE REAJUSTE
40%
40%
30%
ANUIDADE PARA 1976
Cr$ 2.046,00
Cr$ 2.270,00
Cr$ 2.638,90

Brasília, 04 de abril de 1976
Eudaldo Silva Lima
Presidente

Ayrton Pinehiro de Almeida
UNAF

Lorival Vieira Fernandes
SUNAB
José Durval de Araújo Lima
DIE/SEC
José Teixeira da Costa Nazareth
AEPE/DF
Aprovado na CEnE em 02.04.76. e em Plenário em 28.04.76
Conselho de Educação do Distrito Federal
Anna Bernardes da S. Rocha
Presidente

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL

Atos do Presidente

INSTRUÇAO DE 12 DE ABRIL DE 1976
O Presidente da Fundação Educacional do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere a letra "j" do Artigo 18, do Regimento aprovado pela Resolução nº 33/71—C.D. e tendo em vista o que consta do Processo nº 47915/76—FEDF,

RESOLVE:

Designar LINALDO JOSE MALVEIRA ALVES, Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Classe "C", inscrição nº 89.091, contratado da FEDF, para representar a SEC/FEDF, na reunião preparatória da delegação brasileira ao III Congresso Internacional sobre Educação Matemática, e realizar-se no Rio de Janeiro, no período de 12 a 14 de abril do corrente ano.
Distrito Federal, 12 de abril de 1976
WLADIMIR MURTINHO
Presidente da Fundação Educacional

INSTRUÇAO DE 12 DE ABRIL DE 1976
O Presidente da Fundacão

Educacional do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere a letra "j", do Artigo 18, do Regimento aprovado pela Resolução nº 33/71—C.D. e tendo em vista o que consta do Processo nº 44401/75—FEDF,

RESOLVE:

1. Instituir uma Equipe, para acompanhar e orientar os alunos, bem como supervisionar, e valiar a execução do "Projeto Correspondência", que tem por objetivo a realização de cursos, por correspondência, na área do Ensino Supletivo, conforme estabelece a cláusula terceira do Convênio Especial, celebrado entre o Centro de Ensino Técnico de Brasília, e a Fundação Educacional do Distrito Federal, em 26 de fevereiro de 1976.
2. Designar MARIA LUCIA ISMAEL NUNES MORICONI, Professora do Ensino de 1º e 2º Graus, Classe "C", incrição nº 84.055; ANGELA MARIA BRAGA DE ANDRADE, Professora do Ensino de 1º e 2º Graus, Classe "C", inscrição nº 87.816; LIDIA PIRES FREITAS Professora do Ensino Médio, Classe "E" inscrição nº 84.806: MARIO SERGIO MAFRA, Professor do Ensino de 1º e 2º Graus, Classe "C", inscrição nº 84.138 e REGINA MARIA NERY, Assistente de Administração, inscrição nº 96.442, contratados da FEDF, para, sob a presidência do primeiro, comporem a referida Equipe.

Distrito Federal, 12 de abril de 1976
WLADIMIR MURTINHO
Presidente da Fundação Educacional

RESOLUÇÃO Nº. 36/76—CD

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias e tenco em vista o que consta do Processo nº. 48111/76—FEDF,

RESOLVE:
"Ad referendum" do Conselho Diretor:
Autorizar o afastamento de FRANCISCO DE MELO ROQUE, Mecânico de Motores à Combustão, inscrrição nº. 93.364, contratado da FEDF, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens, para que possa frequentar curso de treinamento em mecânica MERCEDES BENZ, junto à Fábrica Mercedes Benz do Brasil, em São Bernardo do Campo- SP, no período de 03 a 14 de maio do corrente ano, comprometendo-se o mesmo a prestar seus serviços a esta Fundação quando retornar, pelo período mínimo e 2 (dois) anos.
O não cumprimento da prestação serviços acima mencionados implicará nas sanções previstas no Artigo 9º. do Decreto "N" nº. 542, de 17 de novembro de 1966.
Brasília, 06 de abril de 1976

WLADIMIR MURTINHO
Presidente da Fundação Educacional-

RESOLUÇÃO Nº. 37/76—CD
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias, e tendo em vista o que consta do Processo nº. 48111/76—FEDF,

RESOLVE:

"Ad referendum" do Conselho Diretor:

Autroziar o afastamento de WILSON ALVES DE MELO Mecânico de Motores à Combustão, inscrição nº. 85.635, contratado da FEDF, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens, para que possa frequentar curso de treinamento em mecânica MERCEDES BENZ, junto à Fábrica Mercedes Benz do Brasil, em São Bernardo do Campo — SP no período de 12 a 30 de abril do corrente ano, comprometendo-se o mesmo a prestar seus serviços a esta Fundação quando retornar, pelo período mínimo de 2 (dois) anos.
O não cumprimento da prestação dos serviços acima mencionados, implicará nas sanções previstas no Artigo 9º do Decreto "N" nº. 542, de 17 de novembro de 1966.
Brasília, 06 de abril de 1976
WLADIMIR MURTINHO
Presidente da Fundação Educacional

RESOLUÇÃO Nº. 38/76—CD
O CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, em sua 244ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de abril de 1976

RESOLVE:

Referendar as Resoluções abaixo enumeradas expedidas pelo Senhor Presidente "Ad referendum" do Conselho Diretor da Fundação Educacional do Distrito Federal:
01. Resolução nº. 28/76—CD, de 23 de fevereiro de 1976 - Aceita a doação pura e simples feita pela firma WILD LEITZ LTDA, à Fundação Educacional do Distrito Federal de uma unidade de microscópio binocular HM LUX—D.F.V., no valor de Cr$ 19.000,00 (dezenove mil cruzeiros). (Processo nº 006792/76—GDF
02. Resolução nº. 29/76-CD, de 23 de fevereiro de 1976 - Autoriza o afastamento de REGINA HELENA SOARES, Professora do Ensino de 1º e 2º Graus, Classe "C", incrição nº. 87.024 pra frequentar sem prejuízo dos seus venciments, o curso de Aperfeiçoamento em Educação Musical, a realizar-se no Chile, no período de março a dezembro de 1976. (Processo nº 47002/76—FEDF)

03. Resolução nº. 30/76—CD, de 09 de março de 1976 - Autoriza o afastamento de DULCE GUIMARÃES, Professora do Ensino de 1º. e 2º. Graus, Classe "C" inscrição nº. 83.220, para frequentar, sem prejuízo dos seus vencimentos e vantagens, o curso de Mestrado em Educação área - Métodos e Técnicas de Ensino a realizar - se no Rio de Janeiro, no período de 02 (dois) meses, a partir de 01/03/76. (Processo nº. 47551/76 - FEDF).

04. Resolução nº. 31/76—CD, de 09 de março de 1976 - Autoriza o afastamento de HELY VICENTINI, Professora do Ensino de 1º e 2º Graus, Classe 'C', inscrição nº. 83.437, para frequentar, sem prejuízo dos seus vencimentos e vantagens, o curso da Escola Superior de Guerra, a realizar - se no Rio de Janeiro no período de março a dezembro de 1976. (Processo nº. 47786/76 - FEDF).

05. Resolução nº. 32/76 - CD, de 16 de março de 1976 - Autoriza o afastamento de MARIA DA CONCEIÇÃO DIANEZE, Professora do Ensino de 1º. e 2º. Graus, Classe "C", inscrição nº. 94.322, para frequentar, sem prejuízo dos seus vencimentos e vantagens, o curso de treinamento em nível de Mestrado em Educação Especial, a realizar - se em Tennesse - EUA., no período de 14 meses, a partir de 15/03/76. (Processo nº. 48216/76 - FEDF).

06. Resolução nº. 33/76—CD, de 23 de março de 1976 - Autoriza o afastamento de ROSA MARIA BORGES CORTES, Professora de Ensino de 1º e 2º Graus, Classe "C", inscrição nº. 86.377, para frequentar, sem prejuízo dos seus vencimentos e vantagens, o curso de Supervisão e Administração Educacional, a realizar-se na Universidade do Panamá, no período de 05 (cinco) meses, a partir de 31/03/76 (Processo nº. 48389/76 - FEDF).

07. Resolução nº. 34/76—CD, de 30 de março de 1976 — Autoriza o afastamento de NAYA AIDAR BICHUETTE CARTULIARES, Professora de Ensino de 1º e 2º Graus, Classe "C", inscrição nº. 85.883, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens, para realizar estágio no Sistema de Ensino Francês, em Paris - França, junto as instituições de Educação Pré-Escolar, no período de 02 (dois) meses, a partir de 03/04/76 (Processo nº. 47819/76—FEDF
08. Resolução nº. 35/76 - CD, de 30 de março de 1976 — Autoriza o afastamento de CYNIRA AMARAL COSTA ALVIM, Professora do Ensino Médio Nível MGI 02.19, matrícula nº. 7181, exercendo o Emprego em Comissão, Símbolo EC-05, de Chefe da Divisão de Ensino de 1º. Grau, do DE-1º. Grau, da DGP/FEDF, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens, para realizar estágio no Sistema de Ensino Francês, em Paris - França, junto às instituições de Educação Pré-Escolar, no período de 02 (dois) meses, a partir de 03/04/76. (Processo nº. 47819/76—FEDF).

09. Resolução nº. 36/76—CD, de 06 de abril de 1976 - Autoriza o afastamento de FRANCISCO DE MELO ROQUE, Mecânico de Motores à Combustão, inscrição nº. 93.364, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens, para frequentar curso de treinamento em mecânica MERCEDES BENZ, junto à Fábrica Mercedes Benz do Brasil, em São Bernardo do Campo - SP, no período de 03 a 14/05/76. (Processo nº. 48111/76—FEDF).

RESOLUÇÃO Nº 39/76—C.D.

O CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, em sua 244ª. Reunião Ordinária, realizada em 08 de abril de 1976, tendo em vista o que consta do Processo nº 48187/76—FEDF,

RESOLVE:

HOMOLOGAR os Convênios e Contratos assinados pelo Presidente da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos meses de janeiro e fevereiro de 1976, abaixo enumerados:
01. Convênio celebrado, em 02/01/76, entre a Fundação Educacional do Distrito Federal, a Associação de Cultura Franco Brasileira e a Delegação Geral da Aliança Francesa no Brasil, com a finalidade de ministrar o Ensino de Frances em Taguatinga - DF. (Processo nº 069099/75-GDF).
02. Contrato de Empreitada firmado, em 16/01/76, entre a Fundação Educacional do Distrito Federal e a Firma BRASIL - Construções e Comércio Ltda. (Processo nº 44831/75—FEDF).
03. Contrato de Empreitada firmado, em 19/01/76, entre a Fundação Educacional do Distrito Federal e a Firma VILLA BELA — Construções Ltda. (Processo nº 44913/75 - FEDF).
04. Contrato de Empreitada firmado, em 20/01/76, entre a Fundação Educacional do Distrito Federal e a Firma CONFEDERAL S/A - Comércio Indústria. (Processo nº 44834/75—FEDF).
05. Contrato de Empreitada firmado, em 20/01/76, entre a Fundação Educacional do Distrito Federal e a Firma Engenharia MELMAN OSÓRIO S/A. (Processo nº 44681/75—FEDF).
06. Convênio firmado, em 22/01/76, entre o Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura e a Fundação Educacional do Distrito Federal, para concessão de auxílio financeiro à Fundação Educacional, (Cr$ 250.000,00), destinado à Colônia de Férias. (Processo nº 46634/76—FEDF).
07. Contrato de Empreitada firmado, em 22/01/76, entre a Fundação Educacional do Distrito Federal e a Firma PREFABRIL - Engenharia, Indústria e Comércio Ltda. (Processo nº 43827/75—FEDF).
08. Contrato de Empreitada firmado, em 22/01/76, entre a Fundação Educacional do Distrito Federal e a Firma EMPAL — Empreiteira Auxiliar de Obras Ltda. (Processo nº 44879/75-FEDF).
09. Contrato de Empreitada firmado, em 23/01/76, entre a Fundação Educacional do Distrito Federal e a Firma COMAP — Construções, Reformas e Pinturas Ltda. (Processo nº 44859/75—FEDF).
10. Contrato de prestação de serviços técnicos, altamente especializados, para ministrar cursos, pesquisar e produzir filmes de caráter didático -científico, firmado, em 27/01/76, entre a Fundação Educacional do Distrito Federal e o professor INÁCIO LYONEL LUCINI. (Processo nº 46657/76-FEDF).
11. Contrato de Empreitada firmado, em 28/01/76, entre a Fundação Educacional do Distrito Federal e a Firma SENAP — Engenharia e Comércio Ltda. (Processo nº 44656/75—FEDF).
12. Contrato de Empreitada firmado, em 29/01/76, entre a Fundação Educacional do Distrito Federal e a Firma COCISAN — Agro-Comercial Construção Civil e Sanitária Ltda. (Processo nº 44830/75—FEDF).
13. Contrato de Empreitada firmado, em 03/02/76, entre a Fundação Educacional do Distrito Federal e a Firma EMBRAMAR - Construções e Reformas Ltda. (Processo nº: 44865/75—FEDF).
14. Contrato de Empreitada firmado, em 03/02/76, entre a Fundação Educacional do Distrito Federal e a Firma PREFABRIL — Engenharia, Indústria e Comércio Ltda. (Processo nº 44865/75—FEDF).
15. Contrato de Empreitada firmado, em 17/02/76, entre a Fundação Educacional do Distrito Federal e a Firma CONFEDERAL S/A - Comércio e Indústria. (Processo nº 43381/75—FEDF).
16. Convênio Especial celebrado, em 26/02/76, entre a Fundação Educacional do Distrito Federal e o Centro de Ensino Técnico de Brasília, com o fim de realizar Cursos de Qualificação Profissional nos setores secundário e terciário, para alunos do Ensino Supletivo do Distrito Federal. (Processo nº 071148/75—GDF).
Brasília, 08 de abril de 1976.
WLADIMIR MURTINHO
Presidente da Fundação Educacional do Distrito Federal
CONSELHEIROS: Ilegível as assinaturas

RESOLUÇÃO N.º 40/76-C.D.
O CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, em sua 244ª. Reunião Ordinária, realizada em 08 de abril de 1976

RESOLVE:

Aprovar o termo de convênio firmado entre a Fundação Universidade de Brasília, a Fundação Cultural e a Fundação Educacional do Distrito Federal, em 08 de abril de 1976, com o objetivo de estabelecer cooperação, a fim de estimular e apoiar a ação cultural de indivíduos ou de grupos, no Distrito Federal, bem como os dois termos aditivos ao referido convênio
Brasília, 08 de abril de 1976

WLADIMIR MURTINHO
Presidente da Fundação Educacional
CONSELHEIROS: ILEGIVEL

DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Atos do Diretor

ORDEM DE SERVIÇO Nº 006 DE 09 DE ABRIL DE 1976
O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, da Fundação Educacional do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

1. Baixar as normas relativas à constituição dos quadros de recursos humanos em atividades de servente, guarda e merendeiro nas unidades de ensino da Fundação Educacional do Distrito Federal.
2. Revogar as disposições anteriores sobre a matéria.
Distrito Federal, 9 de abril de 1976
NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração

Normas para composição dos quadros de recursos humanos de unidades de ensino da FEDF

Atividades de SERVENTE, GUARDA e MERENDEIRO

I - As presentes normas visam a regulamentar a composição dos quadros de recursos humanos das unidades de ensino da FEDF em atividades de servente, guarda e merendeiro.
1 - Os critérios para a composição dos quadros de recursos humanos de que que tratam estas normas deverão ser rigorosamente observados pelas direções de unidades de ensino e pelas coordenações de complexos escolares sob a supervisão da DGA/Administração de Pessoal;
2 - Critérios para composição dos quadros de recursos humanos
2 - Critérios para composição dos quadros de recursos humanos
a - SERVENTES

1 - Será garantido um mínimo de 2 (dois) serventes por unidade de ensino de zona urbana, independente de seu tamanho ou complexidade;
2 - Será garantido 1 (um) servente por unidade de ensino de zona rural, independente de seu tamanho ou complexidade;
3 - O número total de serventes para cada unidade de ensino será calculado pela divisão entre o número de alunos efetivos da unidade de ensino por 180 (cento e oitenta) respeitadas as quantidades mínimas estabelecidas nos itens "1" e "2";
4 - No caso de não ser exata a divisão, explicitada, no item "3", o arredondamento será feito para maior, quando o decimal for maior ou igual a 5 (cinco) e para menor quando menor que cinco;

GUARDAS

1 - Será garantido um mínimo de 2 (dois) guardas para cada unidade de ensino, independente de seu tamanho ou complexidade;

2 - O quantitativo estabelecido no item "1" será acrescido de 1 (um) guarda para cada conjunto de 5 (cinco) prédios isolados que componham a unidade de ensino;
3 - Para cada conjunto de 12 (doze) guardas que exerçam atividades em unidades de ensino do Complexo Escolar, mais 1 (um) guarda será lotado neste complexo escolar;
4 - No caso de não ser exata a divisão prevista no item "3", o arredondamento será feito para maior quando o decimal for maior ou igual a 5 (cinco) e para menor quando menor que (cinco);
5 - O quantitativo de guardas a serem lotados no Complexo Escolar, estabelecido conforme os itens "1", "2", "3", e "4", será acrescido de 2 (dois) guardas, com exceção dos complexos escolares de Ceilândia, cujo quantitativo, será acrescido de 4 (quatro) guardas;
6 - Os acréscimos previstos nos itens "3" e "5", se destinam a eventuais substituições (férias, licenças de saúde, faltas etc).

c- MERENDEIROS

1 - Será garantido 1 (um) merendeiro para cada unidade de ensino de zona urbana, independente de seu tamanho ou complexidade, quando fornecer merenda escolar.
2 - O preenchimento dos empregos de merendeiro das diferentes unidades de ensino, citados no item 1, demandará orientação técnica específica da DGP/Assistência ao Educando.
II - A constituição dos quadros de recursos humanos em atividades de servente, guarda e merendeiros das unidades de ensino da FEDF deverá ser implementada de acordo com os seguintes procedimentos;

1 - respeitado o que estabelece o módulo, os servidores atualmente em exercício nas unidades de ensino da FEDF, serão mantidos, Sendo registrado excesso de servidores na unidade de ensino, de acordo com os critérios estabelecidos, os excedentes deverão ser encaminhados à coordenação do complexo escolar. A direção da unidade de ensino deverá adotar como critérios de composição do seu quadro de servidores, o maior tempo de serviço na SEC—FEDF e o desempenho profissional.
2 - as unidades de ensino encaminharão às respectivas coordenações dos complexos escolares quadro demonstrativo da força de trabalho, conforme o modelo anexo. Na coluna "Observações" do referido quadro registrar-se-á excedente" para o servidor que será encaminhado através de memorando à coordenação do complexo escolar, com vistas à lotação em outra unidade de ensino. Caso o servidor esteja ocupando EC, esta informação também deverá ser registrada.
Quando for o caso será registrada a necessidade de servidores para completar a força de trabalho da unidade de ensino, conforme os critérios estabelecidos.
3 - de posse destes elementos a coordenação do complexo escolar procederá ao remanejamento dos servidores excedentes, respeitando o seguinte: - atendimento às unidades de ensino mais carentes;
- encaminhamento dos servidores, por ordem de antiguidade na SEC—FEDF, à unidade de ensino do complexo escolar;
4 - Após o remanejamento a coordenação do complexo escolar encaminhará à DGA/Administração de Pessoal;
- o quadro síntese dos servidores;
- os servidores excedentes, através de memorando;
- o quadro demonstrativo da necessidade de pessoal;
5 - A DGA/Administração de Pessoal, de posse das informações obtidas, promoverá a lotação dos servidores, excedentes, considerando;
- equidade na distribuição dos servidores pelos diversos complexos escolares;
- respeito à antiguidade na SEC—FEDF para efeito de escolha de vagas a serem preenchidas.
6- após esses procedimentos, a DGA/Administração de Pessoal, se à época, para tanto, estiver autorizada, expedirá documento solicitando o encaminhamento das indicações para contratação, que deverão partir das unidades de ensino carentes e basear-se nas informações constantes das fichas de cadastramento.

III - Recomendações;

1 - para efeito de atribuição de tarefas aos servidores de que tratam estas normas, deverá ser observada a matéria constante do Ofício-Circular nº 001/76—DGA, de 4.III.76.

2 - no que se refere à jornada de trabalho, cumpre observar o seguinte:
- os serventes estão sujeitos a 48 (quarenta e oito) horas semanais;
- os guardas estão sujeitos a 60 (sessenta) horas, semanais, com direito, a um dia de descanso;
- os merendeiros estão sujeitos a 48 (quarenta e oito) horas semanais.
IV - A DGA/Administração de Pessoal tomará todas as providências necessárias à implementação progressiva destas normas.
V- Os casos omissos serão resolvidos, em primeira instância pela DGA/Administração de Pessoal: em segunda pela Diretoria Geral de Administração.
Brasília, 09 de abril de 1976
NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração
WALTER JOSÉ DE MOURA
DGA/Administração Pessoal

FEDF - DGA - DGP

UNIDADE DE ENSINO _____ COMPLEXO ESCOLAR _____
Nº DE SALAS DE AULA _____ Nº DE TURNOS _____ Nº DE ALUNOS _____ PRAÇA DE ESPORTES - SIM ☐ - NÃO ☐

QUADRO DE PESSOAL (SERVENTE, GUARDA E MERENDEIRO)

Nº DE ORDEM	NOME	EMPREGO OU CARGO	MATRÍCULA OU INSCRIÇÃO	FUNÇÃO QUE EXERCE	HORÁRIO DE TRABALHO	OBSERVAÇÕES

OBS. - Remeter em 3 vias
1ª) Complexo Escolar
2ª) DGA/Adm.de Pessoal
3ª) Arquivo da Unidade Escolar

Em __ / __ / __ .

VISTO DA COORD. DO C.E.S.C.

DIREÇÃO DO ESTABELECIMENTO

ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE ABRIL DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competência expedida pela Instrução de Serviço de 17/9/75, nº. 28, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do processo nº. 49118/76—FEDF,

RESOLVE:
Designar GERALDA PORTILHO BRANDÃO CYRINO, Professora do Ensino Médio, MGI. 02.19, matrícula 4974, do Quadro Permanente de Pessoal do Df., para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC-10, de Diretor da Escola de Aplicação do C.E.M.A.B., do DE-2º. Grau, da DGP/FEDF.
Distrito Federal, 27 de abril de 1976
NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração

ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE ABRIL DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competência expedida pela Instrução de Serviço de 17.09/75, nº. 28, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do processo nº. 48106/76-FEDF,

RESOLVE:
Designar FRANCISCO CARLOS DE CARVALHO, Agente Administrativo, Classe "D", matrícula 3914, do Quadro de Pessoal do DF., para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC—11, de Chefe de Setor de Audiovisual do Colégio do Setor Leste, do DE-2º. Grau, da DGP/-FEDF.
Distrito Federal, 27 de abril de 1976
NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração

ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE ABRIL DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competência expedida pela Instrução de Serviço de 17/09/75, nº. 28, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do processo nº. 48106/76—FEDF,

RESOLVE:
Dispensar FRANCISCO CARLOS DE CARVALHO, Agente Administrativo, Classe "D", Código SA-401.5, matrícula 3914, do Quadro de Pessoal do DF., do Emprego em Comissão, símbolo EC-11, de Chefe de Setor de Zeladoria do Colégio do Setor Leste, do DE-2º. Grau, da DGP/-FEDF, em virtude de estar sendo designado para exercer outro emprego em comissão.
Distrito Federal, 27 de abril de 1976
NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração

ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE ABRIL DE 1976.

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competência expedida pela Instrução de serviço de 17/09/75, nº. 28, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do processo nº. 48610/76— FEDF,

RESOLVE :

Designar MILZA DE SOUZA PORTO, Professora do Ensino Elementar, nível 13-B, matrícula 7318, do Quadro Provisorio de Pessoal do D.F., para exercer o Emprego em Comissão. símbolo EC-11, de Chefe de Secretaria do Centro de Ensino de 1º Grau nº. 02, da Ceilândia, do DE-1º Grau, da DGP/FEDF.

Distrito Federal, 27 de abril de 1976.

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração

ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE ABRIL DE 1976.

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competência expedida pela Instrução de Serviço de 27/09/75, nº. 28, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do processo nº. 48928/76—FEDF,

RESOLVE :

Designar MANOEL NUNES DE FERREIRA, Agente Administrativo, SA-401.6, matrícula 4160, do Quadro de Pessoal do D.F., para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC-08, de Chefe da Seção de Tombamento e Avaliação da Divisão de Patrimônio, do Departamento de Material e Patrimônio, da DGF/FEDF.
Distrito Federal, 27 de abril de 1976.

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração

ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE ABRIL DE 1976.

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competência expedida pela Instrução de Serviço de 17/09/75, nº. 28, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do processo nº. 48928/76—FEDF,

RESOLVE :

Dispensar MANOEL NUNES DE FERREIRA, Agente Administrativo, SA-401.6, matrícula 4160, do Quadro de Pessoal do DF., do Emprego em Comissão, símbolo EC—08, de Chefe da Seção de Registro e Controle da Divisão de Patrimônio do Departamento de Material e Patrimônio, da DGF/FEDF, em virtude de estar sendo designado para exercer outro emprego em comissão.

Distrito Federal, 27 de abril de 1976.

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração

ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE ABRIL DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competência expedida pela Instrução de Serviço de 17/09/75, nº. 28, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do processo nº. 48809/76—FEDF,

RESOLVE:

Designar MARILENE BORGES LEONE, Professora de Ensiono de 1º e 2º Graus, Classe "A", inscrição nº. 90.703, para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC—11, de Chefe de Audiovisual do Centro de Ensino de 1º Grau nº. 06, do Guará, do DE—1º Grau, da DGP/FEDF, a partir de 02.01.76
Distrito Federal, 27 de abril de 1976
NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração

ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE ABRIL DE 1976
O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competência expedida pela Instrução de Serviço de 17/09/75, nº. 28, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do processo nº. 48696/76-FEDF,

RESOLVE:

Dispensar MARILENE RIBEIRO DOS SANTOS, Professora do Ensino Elementar, nível 13—B, matrícula 7318, do Quadro Provisório de Pessoal do DF, do Emprego em Comissão, símbolo EC—11, de Chefe de Secretaria do Centro de Ensino de 1º Grau nº. 01 da Ceilândia, do DE—1º. Grau, da DGP/FEDF em virtude de estar sendo designada para exercer outro emprego em comissão.

Distrito Federal, 27 de abril de 1976
NELSON BRAGA OCTAVIANO FERRIERA
Diretor Geral de Administração

ORDEM DE SERVIÇO DE 04 DE MAIO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF., no uso da delegação de competência conferida pela Instrução de Serviço nº. 28, de 17/09/75, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do processo nº. 48584/76—FEDF,

RESOLVE:

Retificar a Ordem de Serviço de 22.04.76, que dispensou, a pedido, DALVA DE MOURA ROCHA, Professora do Ensino Elementar, nível 13—B, matrícula 8090, do Quadro Provisório de Pessoal do D.F., do Emprego em Comissão, símbolo EC—12, de Chefe de Setor de Zeladoria, do Centro de Ensino de 1º. Grau nº. 04, do Guará, do DE- 1º. Grau, da DGP/FEDF

Onde se lê: DALVA DE MOURA ROCHA
Leia-se: MARIA DALVA DE MOURA ROCHA

Distrito Federal, 04 de maio de 1976

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

ATOS DO SECRETÁRIO

DESPACHOS

Processo n°.: 120.754/76—SEP

Interessado: Casa Planeta de BrasíliaS/A
Assunto: Dispensa de licitação e emissão da nota de empenho no valor de Cr$ 2.228,40.
"De acordo. Publique-se e devolva-se ao Departamento de Administração Geral, para as providências complementares. Brasília-DF, 24 de fevereiro de 1976".

Processo n°. 120.467/76—SEP
Interessado: RAIMUNDO BASILIO DE ARAUJO
Assunto: Abonação de Faltas ao Serviço
"I- Face ao pronunciamento (fls. 10/12) da Assessoria deste Gabinete, que ora aprovo, e às informações de fls. 08 - verso e 09, declaro insubsistente a consignação, nos assentamentos funcionais de RAIMUNDO BASILIO DE ARAUJO, das faltas que se refere o presente processo.
II- Ao DAG- Divisão de Pessoal, para promover os registros de praxe.-III- Publique-se e arquive-se . - Distrito Federal, 27 de fevereiro de 1976".

Processo N°.: 120844/76—SEP
Interessado: Metarlúgica e Torneadora Pronto Socorro
Assunto: Dispensa de licitação e emissão da nota de empenho no valor de Cr$ 1.980,00.
"De acordo. Publique-se e devolva-se ao Departamento de Administração Geral, para as providências complementares. Brasília-DF, 26 de fevereiro de 1976".

Processo n°.: 120.845/76-SEP
Interessado: Molas Paraibanas Ltda
Assunto: Dispensa de licitação e emissão da nota de empenho no valor de Cr$ 2.400,00.
"De acordo. Publique-se e devolva-se ao Departamento de Administração, para as providências complementares. Brasília-DF, 26 de fevereiro de 1976".

Processo n°.: 120.878/76—SEP

Interessado: Tiradentes Médico-Hospitalar Ltda
Assunto: Dispensa de licitação e emissão da nota de empenho no valor de Cr$ 1.920,00-
"De acordo. Publique-se e devolva-se ao Departamento de Administração Geral, para as providências complementares. Brasília-DF, 27 de fevereiro de 1976".

Processo n°.: 120.879/76—SEP
Interessado: Lubrificantes Cascão Ltda
Assunto: Dispensa de licitação e emissão da nota de empenho no valor de Cr$ 690,00.
"De acordo. Publique-se e devolva-se ao Departamento de Administração Geral, para as providências complementares. Brasília-DF, 25 de fevereiro de 1976".

Processo n°.: 120.942/76—SEP
Interessado: COFERBRAS — Comercial de Ferro Brasiliense
Assunto: Dispensa de licitação e emissão da nota de empenho no valor de Cr$ 2.200,00.
"De acordo. Publique-se e devolva-se ao Departamento de Administração Geral, para as providências complementares. - Brasília-DF, 10 de março de 1976".

Processo n°.: 120.924/76—SEP
Interessado: IBM do Brasil Ltda
Assunto: Dispensa de licitação e emissão da nota de empenho no valor de Cr$ 671,41.
"De acordo. Publique-se e devolva-se ao Departamento de Administração Geral, para as providências complementares.- Brasília-DF, 09 de março de 1976".
Processo n°.: 120.926/76—SEP

Interessado: Lider- Industria e Comércio Vendeth E Cia Ltda
Assunto: Dispensa de licitação e emissão da nota de empenho no valor de Cr$ 2.490,00.
"De acordo. Publique-se e devolva-se ao Departamento de Administração Geral, para as providências complementares. - Brasília-DF, 08 de março de 1976".
Processo n°.: 120.927/76—SEP
Interessado: Brasília Automóveis, Peças Ltda
Assunto: Dispensa de licitação e emissão da nota de empenho no valor de Cr$ 2.478,28.
"De acordo.Publique-se e devolva-se ao Departamento de Administração Geral, para as providências complementares. Brasília-DF, 08 de março de 1976"
Processo n°.: 120.928/76—SEP
Interessado: Confecções Viana Uniformes Ltda
Assunto: Dispensa de licitação e emissão da nota de empenho no valor de Cr$ 822,00.
"De acordo. Publique-se e devolva-se ao Departamento de Administração Geral, para as providências complementares. Brasília-DF, 08 de março de 1976".

Processo n°.: 120.929/76—SEP
Interessado: Induspina - Auto Peças Ltda
Assunto: Dispensa de licitação e emissão da nota de empenho no valor de Cr$ 2.486,00.
"De acordo. Publique-se e devolva-se ao Departamento de Administração Geral, para as providências complementares. Brasília-DF, 08 de março de 1976".

Processo n°. 120.930/76—SEP
Interessado: Anhanguera-Peças e Acessórios Ltda
Assunto: Dispensa de licitação e emissão da nota de empenho no valor de Cr$ 2.455,00.
"De acordo. Publique-se e devolva-se ao Departamento de Administração Geral, para as providências complementares.- Brasília-DF, 08 de março de 1976".

Processo n°.: 120.297/76—SEP

Interessado: ULTIMA HORA ARCA EDITORA GRAFICA S/A
Assunto: Reconhecimento de Dívida
"De acordo. Reconheço a dívida no valor de Cr$ 704.00 (setecentos e quatro cruzeiros), em favor da firma Ultima Hora Arca Editora e Gráfica S.A., com base em delegação de competência a mim outorgada pelo Exm°. Senhor Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, através da Portaria de 14.04.69 e ainda nos têrmos do Decreto n°. 62.115, de 15 de janeiro de 1968. Publique-se no Órgão Oficial do Distrito Federal. Brasília-DF, 11 de março de 1976".

Processo n°.: 120.922/76—SEP
Interessado: FERCAL S/A
Assunto: Dispensa de licitação e emissão da nota de empenho no valor de Cr$ 518,43
"De acordo. Publique-se e devolva-se ao Departamento de Administração Geral, para as providências complementares.- Brasília-DF, 09 de março de 1976".

Processo n°.: 120.923/76—SEP
Interessado: BRALUZ—Cascalho e Areia Ltda
Assunto: dispensa de licitação e emissão da nota de empenho no valor de Cr$ 490,00.
"De acordo . Publique-se e devolva-se ao Departamento de Administração Geral, para as providências complementares. - Brasília-DF, 09 de março de 1976".
Brasília, 30 de março de 1976
Carlos Wilson da Silva
Chefe da Secretaria do Gabinete

Processo n° : 120565/76—SEP
Interessado : LUIZ AMERICO CAVALCANTE DE OLIVEIRA
Assunto : Sol. confecção de diploma
"INDEFIRO o pedido, nos termos do parecer da Assessoria, que ora aprovo.- Distrito Federal, 26 de março de 1976".

Processo n° : 125635/75—SEP
Interessado : SESIDIO BATISTA DE LIMA
"I-De acordo.-II-Lavre-se o ato pertinente,-Distrito Federal. 26 de março de 1976".

Processo n° 121393/76—SEP
Interessado: VARIG S/A
Assunto: Dispensa de licitação e emissão da nota de empenho por estimativa, no valor de Cr$ 10.000,00—
"Autorizo a emissão da nota de empenho,-Publique-se e encaminhe-se ao Departamento de Administração Geral, para os devidos fins".

Processo n°: 121372/76—SEP
Interessado: Insetex-Morada Imunizadora e Conservadora
Assunto : Dispensa de licitação e emissão da nota de empenho no valor de Cr$ 400,00—
"De acordo. Publique-se e devolva-se ao Departamento de Administração Geral, para as providencias complementares. - Brasília-DF, 29 de março de 1976".

Processo n°: 121380/76—SEP
Interessado: SAB—Sociedade de Abastecimento de Brasília
Assunto: Dispensa de licitação e emissão da nota de empenho no valor de Cr$ 4.273,56-
"De acordo. Publique-se e devolva-se ao Departamento de Administração Geral, para as providencias complementares.- Brasília-DF, 30 de março de 1976".

Processo n° : 121381/76—SEP
Interessado : Paranoá Implementos Agrícolas Ltda.
Assunto : Dispensa de licitação e emissão da nota de empenho no valor de Cr$ 130,00—
"De acordo. Publique-se e devolva-se ao Departamento de Administração Geral, para as providências complementares.- Brasília-DF, 29 de março de 1976".

Processo n°: 125087/75—SEP
Interessado: WAGNER MIRANDA
Assunto: Solução de Processo Disciplinar
"I - Acolho a sugestão da C.P.D. no Processo Disciplinar n° 18/75-CPD, em que é interessado o Agente de Polícia PC—205.2, WAGNER MIRANDA, matrícula n° 32.430, protocolizado sob o n° 125.087/75—SEP: II - Em consequência declaro encerrados os trabalhos da C.P.D. neste processo, determinando a instauração de outro versando sobre o mesmo assunto, servindo este de subsídios a novo procedimento administrativo a ser instaurado; - III - Lavre-se o ato pertinente. - Distrito Federal, 31 de março de 1976".

Processo n°: 125883/75—SEP
Interessado: CLÉRIO GOMES DA SILVA
Assunto: Solução de Processo Disciplinar

"I - Aprovo as conclusões da CPD no Processo Disciplinar n° 20/75 - CPD, em que é interessado o Agente de Polícia PC—205.2, CLÉRIO GOMES DA SILVA, matrícula n° 33.480,recentemente transformado da carreira de Motorista Policial pelo Decreto n° 3.195, de 12 de março de 1976 - tendo em vista que as provas testemunhais de fls. 9 a 12, 22 a 28, 35 a 37-V. e 50v., e as provas indiciárias, demonstram claramente que o indiciado em razão das atribuições que exercia no DETRAN, em 18.10.74, recebera propina do Sr. VALTEIRO FERREIRA DE MORAES, para liberá-lo a seu veículo e seus documentos, vez que fora ele flagrado, na condição de inabilitado, por aquele Departamento, pela Blitz deTrânsito efetuada na Estrada-Parque Taguatinga, naquela data e da qual participara o indiciado: - II - Em razão das repercussões no campo penal, foi instaurado também, pela Polícia Judiciária desta Secretaria, a respeito do mesmo assunto, o Inquérito Policial n° 011/76, na 1ª. Delegacia Policial, já distribuído à 5ª. Vara Criminal, o que não prejudica o julgamento deste processo, face à independência das esferas administrativas e judiciária: - III - Em consequência, sejam os autos encaminhados ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, autoridade a quem compete proferir decisão final, com nossa proposta de que na forma dos Artigos 364, inciso IX, combinado com o 383 incisos II e X e com 385 do Decreto 59.310/66, seja ao servidor faltoso aplicada a pena de demissão com a nota "a bem do serviço público" por se tratar na espécie de infração disciplinar gravíssima, naquela exata tipificação - Distrito Federal, 31 de março de 1976".
Processo n°: 121402/76—SEP
Interessado: Ferrragens Raso Ltda
Assunto: Dispensa de licitação e emissão da nota de empenho no valor de Cr$ 2.440,00-
"De acordo. Publique-se e devolva-se ao Departamento de Administração Geral, para as providências complementares. - Brasília -DF, 30 de março de 1976".

Processo n°: 121403/76—SEP
Interessado: Radiadores Alcides Freire Dias
Assunto: Dispensa de licitação e emissão da nota de empenho no valor de Cr$ 2.380,00-
"De acordo. Publique-se e devolva-se ao Departamento de Administração Geral, para as providências complementares. - Brasília-DF, 30 de março de 1976".

Processo n°: 121414/76—SEP
Interessado: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Assunto: Dispensa de licitação e emissão da nota de empenho por estimativa, no valor de Cr$ 10.000,00-
"Autorizo a emissão da nota de empenho. - Publique-se e encaminhe-se ao Departamento de Administração Geral, para os devidos fins. Brasília, 31 de março de 1976".

Processo n°: 120934/76—SEP
Interessado: PETERCO S/A - Iluminação e Eletricidade
Assunto: Solicita pagamento referente à nota de empenho n° 605/75—DIFIN-
"1. De acordo com o estabelecimento do Decreto n° 1.703, de 31 de maio de 1971, e face ao pronunciamento do Diretor do Departamento de Administração Geral, aplico à firma Peterco S/A - Iluminação e Eletricidade, multa de Cr$ 10.702,80 (dez mil, setecentos e dois cruzeiros e oitenta centavos) pelo atraso de 30 (trinta) dias na entrega do material cujo fornecimento lhe foi adjudicado através da nota de empenho n° 605/75 - DIFIN, constante do processo n° 125334/75. - 2. Publique-se e encaminhe-se ao Departamento de Administração Geral para as providências. - Distrito Federal, 01 de abril de 1976".

Processo n°: 121435/76—SEP
Interessado: SAB/SA
Assunto: Dispensa de licitação e emissão de nota de empenho no valor de Cr$ 400.000,00-
"De acordo. Publique-se e devolva-se ao Departamento de Administração Geral, para as providências complementares. - Brasília - DF, 01 de abril de 1976".

Processo n°: 121436/76—SEP
Interessado: PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
Dispensa de licitação e emissão da nota de empenho no valor de Cr$ 900.000,00-
"De acordo. Publique-se e devolva-se ao Departamento de Administração Geral, para as providências complementares. - Brasília-DF, 01 de abril de 1976".

Processo n°: 121487/76—SEP
Interessado: Casa Planeta de Brasília S/A
Assunto: Dispensa de licitação e emissão da nota de empenho no valor de Cr$ 1.459,00-
"De acordo. Publique-se e devolva-se ao Departamento de Administração Geral, para as providências complementares - Brasília-DF, 06 de abril de 1976".
Brasília 11 de maio de 1976
CARLOS WILSON DA SILVA
Chefe da Secretaria do Gabinete

ATOS DO D
PARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
MATÉRIA N° 06/76—SEP

DESPACHOS:

Processo n°: 126305/75—SEP
Interessado: SIMAC AUTOMÓVEIS S/A
Assunto: Reconhecimento de Dívida

"Tendo em vista a informação do Diretor da Divisão Financeira e com base na delegação de competência outorgada por Portaria de 14.04.69, publicada no "BS" n° 071, de 17.04.69, do Secretário de Segurança Pública do DF., e de acordo com o Decreto n° 62.115, de 15.01.68, reconheço a dívida e autorizo a emissão da nota de empenho no valor de Cr$ 727,88 (setecentos e vinte sete cruzeiros e oitenta e oito centavos), a favor da SIMAC AUTOMÓVEIS S/A, pelo elemento de despesa 3. 1.5.0 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES, da Atividade 2.077 Manutenção das Atividades da SEP, - Publique-se e devolva-se à Divisão Financeira, para

demais providências. - Brasília-DF, 16 de março de 1976".

Processo nº: 126449/75—SEP
Interessado: EMPRESA FOLHA DA MANHÃ
Assunto: Reconhecimento de Dívida

"Tendo em vista a informação do Diretor da Divisão Financeira e com base em delegação de competência outorgada por Portaria de 14.04.69, publicada no "BS" nº 071, de 17.04.69, do Secretário de Segurança Pública do DF., de acordo com o Decreto nº 62.115, de 15.01.68, reconheço a dívida e autorizo a emissão da nota de empenho no valor de Cr$ 248,00 (duzentos e quarenta e oito cruzeiros), a favor da EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S/A, pelo elemento de despesa 3.1.5.0. - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES, da Atividade 2.077 - Manutenção das Atividades da SEP. - Publique-se e devolva-se à Divisão Financeira, para demais providências. - Brasília, 15 de março de 1976".

Processo nº: 120171/76—SEP
Interessado: MINASGÁS S/A
Assunto: Reconhecimento de Dívida

"Tendo em vista a informação do Diretor da Divisão Financeira e com base em delegação de competência outorgada por Portaria de 14.04.69, do Secretário de Segurança Pública do DF e de acordo com o Decreto nº 62.115, de 15.01.68, reconheço a dívida e autorizo a emissão da nota de empenho no valor de Cr$ 8.315,81 (oito mil trezentos e quinze cruzeiros e oitenta e um centavos) a favor da MINASGÁS S/A, pelo elemento de despesa 3.1.5.0 - Despesas de Exercícios Anteriores, da Atividade 2.077 - Manutenção das Atividades da SEP. - Publique-se e devolva-se à Divisão Financeira, para demais providências. - Brasília, 15 de março de 1976".

Processo nº: 120259/75—SEP
Interessado: SAB - Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A
Assunto: Reconhecimento de Dívida

"Tendo em vista a informação do Diretor da Divisão Financeira e com base em delegação de competência outorgada por Portaria de 14.04.69, do Secretário de Segurança Pública do DF e de acordo com o Decreto nº 62.115, de 15.01.68, reconheço a dívida e autorizo a emissão da nota de empenho no valor de Cr$ 33.767,78 (trinta e três mil, setecentos e sessenta e sete cruzeiros e setenta e oito centavos), a favor da SAB - Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A, pelo elemento de despesa 3.1.5.0 - Despesas de Exercícios Anteriores, da Atividade SEP 2.077 - Manutenção DAS Atividades da SEP. - Publique-se e devolva-se à Divisão Financeira, para demais providências. - Brasília 15 de março de 1976".

Processo nº: 126346/76—SEP
Interessado: SAB - Sociedade de Abastecimento de Brasília
Assunto: Reconhecimento de Dívida

"Tendo em vista o parecer do Diretor da Divisão Financeira e com base em delegação de competência outorgada por Portaria de 14.04.69 publicada no "BS", nº 071, de 17.04.69, do Secretário de Segurança Pública do DF e de acordo com o Decreto nº 62.115, de 15.01.68, reconheço a dívida e autorizo a emissão da nota de empenho no valor de Cr$ 2.577,90 (dois mil, quinhentos e setenta e sete cruzeiros e noventa centavos), pelo elemento de despesa 3.1.5.0 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES — da Atividade 2.077 - Manutenção das Atividades da SEP. - Publique-se e devolva-se à Divisão Financeira, para demais providências. Brasília, 18 de março de 1976".

Processo nº: 120297/76—SEP
Interessado: ULTIMA HORA ARCA EDITORA GRÁFICA S/A

Assuntoa: Reconhecimento de Dívida

"De acordo. Reconheço a dívida no valor de Cr$ 704,00 (setecentos e quatro cruzeiros) em favor da firma Ultima Hora Arca Editora e Gráfica S.A., com base em delegação de competência outorgada pelo Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública do DF., através da Portaria de 14.04.69 e ainda nos termos do Decreto nº 62.115, de 15 de janeiro de 1968. Publique-se e no Órgão Oficial do Distrito Federal. - Brasília-DF, 11 de maio de 1976".
Brasília, 11 de maio de 1976
CARLOS WILSON DA SILVA
Chefe da Secretaria de Gabinete

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 68/76—DETRAN—DF, DE 31 DE MARÇO DE 1976
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do proceso nº 01304/76—DETRAN—DF,

RESOLVE:

SUSPENDER, de dirigir veículo automotor o condutor ALGEMIRO JOSE DA SILVA, portador da Carteira Nacional de Habilitação, prontuário nº 0.112.026.GO.001, amador, expedida pelo DETRAN—GO, pelo prazo de 05 (cinco) meses de acordo com o artigo 199, inciso II e parágrafo 1º, do Regulamento do Código Nacional de Trânsito por ter sido autuado em flagrante delito quando conduzia o veículo de placa AB—6238—DF, no dia 14.01.76, em estado de embriaguez alcóolica devidamente constatado pelo Instituto de Medicina Legal da Coordenação de Polícia Civil, —SEP, cometendo dessa forma a infração capitulada no artigo 181, inciso III, do mesmo diploma legal.
JOSEVAL BRITO CARNEIRO
Bel
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO Nº 70/76—DETRAN—DF, DE 26 DE MARÇO DE 1976
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vsta o que consta do processo nº 02592/76—DETRAN—DF,

RESOLVE:

SUSPENDER de dirigir veículos automotor o condutor FRANCISCO DAMIÃO SOARES SALES, portador da Carteira Nacional de Habilitação, pronturário nº 1.601.511, profissional, expedida pelo DETRAN—SP, pelo prazo de 04 (quatro) meses, de acordo com o artigo 199, inciso II e parágrafo 1º, do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, por ter sido autuado em flagrante delito quando conduzia o veículo placa AB—6707-D F, no dia 03.01.76, em estado de embriagues alcóolica, devidamente constatado pelo Instituto de Medicina Legal da Coordenação de Polícia Civil - SEP, cometendo dessa forma a infração capitulada no artigo 181, inciso III, do mesmo diploma legal.
JOSEVAL BRITO CARNEIRO
Bel
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO Nº 71/76-DETRAN—DF, DE 22 DE MARÇO DE 1976
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº. 01845/76—DETRAN—DF,

RESOLVE:

SUSPENDER de dirigir veículo automotor a condutora JOANA DA SILVA MANCUSO, portadora da Carteira Nacional de Habilitação, prontuário, nº 0019672—Y-001, amador, expedida pelo DETRAN—DF, pelo prazo de 02 (dois) meses, de acordo com o artigo 199, inciso I, e parágrafo 1º do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, por ter entregue a direção do veículo placa AI —7764-DF, a pessoa não habilitada, cometendo dessa forma a infração capitulada no artigo 181,inciso II, do mesmo diploma legal.
JOSEVAL BRITO CARNEIRO — Bel
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO Nº 75/76-DETRAN- DF, DE 19 DE ABRIL DE 1976

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 09519/75- DETRAN- DF,

RESOLVE:

SUSPENDER, de dirigir veiculo automotor, o condutor ANTONIO PEREIRA SILVA, portador da Carteira Nacional de Habilitação, prontuário nº 0025541- Y-001, profissional, expedida pelo DETRAN- DF, até a realização de novos exames de sanidade fisica, mental e psicotécnico, por ter se envolvido em acidente de tráfego de natureza grave, no dia 24.9.75, quando dirigia o veículo de placa CM-2396- DF, conforme noticia o processo supra-referido.
ADONIAS ARAUJO DO PRADO,
Diretor em exercicio.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 74/76-DETRAN- DF, DE 19 DE ABRIL DE 1976

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 07946/75- DETRAN- DF,

RESOLVE:

SUSPENDER de dirigir veiculo automotor o condutor FLAMARION MACEDO DA SILVA E SOUZA, portador da Carteira Nacional de Habilitação prontuário nº. 0032320-Y-001, amador, expedida pelo DETRAN- DF, até a realização de novos exames de sanidade fisica, mental e psicotécnico, por ter se envolvido em acidente de tráfego de natureza grave, no dia 27.09.75, quando dirigia o veiculo de placa AD- 0245-DF, conforme noticia o processo supra-referido.
ADONIAS ARAUJO DO PRADO,
Diretor em exercicio

ORDEM DE SERVIÇO Nº 78/76 - DETRAN DF DE 13 DE ABRIL DE 1976

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

CASSAR a Credencial nº 072/76 Provisória de ACÉLIO MENDES MARTINS por ter infringido o disposto no item 7.5 da Ordem de Serviço nº 117/72, conforme noticia o expediente protocolado sob nº 02853/76, neste Departamento.

ADONIAS ARAUJO DO PRADO
Diretor em Exercicio

ORDEM DE SERVIÇO Nº 77/76 DETRAN—DF DE 19 DE ABRIL DE 1976

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 09511/76-DETRAN-DF,

RESOLVE:

SUSPENDER de dirigir veículo automotor, o condutor FRANCISCO FERNANDES CAMPOS, portador da Carteira Nacional de Habilitação prontuário nº 0018958-Y-001, profissional expedida pelo DETRAN—DF, até a realização de novos exames de sanidade física, mental e psicotécnico, por ter se envolvido em acidente de tráfego de natureza grave, no dia 05.11.75, quando dirigia o veículo de palca TX-0040-DF conforme noticia o processo suprareferido.

ADONIAS ARAUJO DO PRADO

Diretor em exercicio

ORDEM DE SERVIÇO Nº 76/76-

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 00166/76,

RESOLVE:

SUSPENDER de dirigir veículo automotor o condutor CARLOS SOARES PAZ, portador da Carteira Nacional de Habilitação prontuário nº 0053028-Y-001 profissional expedida pelo DETRAN—DF até a realização de novos exames de sanidade física mental e psicotécnico por ter se envolvido em acidente de tráfego de natureza grave, no dia 19.11.75, quando dirigia o veículo de placa ON-0937-DF, conforme noticia o processo suprareferido.

ADONIAS ARAUJO DO PRADO

Diretor em exercicio

ORDEM DE SERVIÇO Nº 79/76-DETRAN—DF, DE 13 DE ABRIL DE 1976

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

CASSAR a Credencial nº 113/75-Provisória, de VICENTE DE PAULA, por ter infringido o disposto no item 7.5. da Ordem de Serviço nº 117/72, conforme noticia o expediente protocolado sob nº 02852/72, neste Departamento.

ADONIAS ARAUJO DO PRADO, Diretor em Exercício.

ORDEM DE SERVIÇO Nº. 81/76—DETRAN—DF, DE 19 DE ABRIL DE 1976

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº. 09513/75—DETRAN—DF,

RESOLVE:
SUSPENDER de dirigir veículo automotor, o condutor JOSÉ VALENTIN, portador da Carteira Nacional de Habilitação prontuário nº. 910161, profissional, expedida pelo DETRAN—DF, até a realização de novos exames de sanidade física, mental, técnico e psicotécnico, por ter se envolvido em acidente de tráfego de natureza grave, no dia 06.11.75, quando dirigia o veículo de placa OF—5044-DF, conforme noticia o processo suprareferido.
ADONIAS ARAUJO DO PRADO
Diretor em exercício

ORDEM DE SERVIÇO Nº 82/76—DETRAN—DF DE 19 ABRIL DE 1976

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº. 09514/75-DETRAN-DF,

RESOLVE:

SUSPENDER de dirigir veículo automotor, o condutor JOSÉ JOSAFÁ DA SILVA, portador da Carteira Nacional de Habilitação, prontuário nº. 0032095-Y-001, profissional, expedida pelo DETRAN-DF, até a realização de novos exames de sanidade física, mental e psicotécnico, por ter se envolvido em acidente de tráfego de natureza grave, no dia 23.10.75, quando dirigia o veículo de placa AE-4887-DF, conforme noticia o processo supra referido.

ADONIAS ARAUJO DO PRADO
Dirretor em exercício

ORDEM DE SERVIÇO Nº. 84/76-DETRAN-DF, DE 23 DE ABRIL DE 1976

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais etendoem vista o que consta do processo nº. 03214/76-DETRAN-DF,

RESOLVE:

SUPSPENDER de dirigir veículo automotor e condutor SIMÃO VIANNA DA CUNHA PEREIRA, portador da Carteira Naacional de Habilitação, prontuário nº. 0062726-MG-001, amador, expedida pelo DETRAN-MG, pelo prazo de 02 (dois) meses, de acordo com o artigo 199, inciso I, e Parágrafo 1?. do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, por ter entregue a direção do veículo de placa AH-9642- DF, a pessoa não habilitada, cometendo dessa forma a infração capitulada no artigo 181, inciso II, do mesmo diploma legal.

JOSEVAL BRITO CARNEIRO - BEL
DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº. 85/76-DETRAN-DF, DE 05 DE ABRIL DE 1976

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº. 03195/76-DETRAN-DF.

RESOLVE:

SUSPENDER de dirigir veículo automotor o condutor EDSON DE LIMA, portador da Carteira Nacional de Habilitação, pron-

tuário nº. 0076078-Y-001, profissional, expedida pelo DETRAN-DF, pelo prazo de 04 (quatro) meses, de acôrdo com o artigo 199, inciso I, e Parágrafo 1º. do Regulamento de Código Nacional de Trânsito, por ter entregue a direção do veículo de placa nº. AJ-4451-DF, a pessoa não habilitada, cometendo dessa forma a infração capitulada no artigo 181, inciso II, do mesmo diploma legal.

JOSEVAL BRITO CARNEIRO - Bel.
Diiretor

ORDEM DE SERVIÇO Nº 86/76-DETRAN- DF, DE 01 DE ABRIL DE 1976

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 03198/76- DETRAN- DF,

RESOLVE:

SUSPENDER de dirigir veiculo automotor o condutor HELIO PAULA SOUZA, portador da Carteira Nacional de habilit. prontuário nº. 0051772-Y - 001, amador, expedida pelo [illegible]F, pelo prazo de 01 [illegible]s, de acordo com o artigo 199, inciso I, e parágrafo 1º Regulamento do Código [illegible]ional de Trânsito, por ter entregue a direção do veiculo de [illegible] nº AB- 6626- DF, a pessoa não habilitada, cometendo dessa forma a infração capitulada no artigo 181, inciso II, do mesmo diploma legal.
JOSEVAL BRITO CARNEIRO- Bel, DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 87/76-DETRAN- DF, DE 05 DE ABRIL DE 1976

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 03196/76- DETRAN- DF.

RESOLVE

SUSPENDER de dirigir veiculo automotor a condutora ALTAIR SCHORCHT BRACONY, portadora da Carteira Nacional de Habilitação, prontuário nº 7247758, amadora, expedida pelo DETRAN- DF, pelo prazo de 01(hum)mês de acordo com o artigo 199, inciso I, e Parágrafo 1º do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, por ter entregue a direção do veiculo de placa nº AG- 4456- DF, a pessoa não habilitada, cometendo dessa forma a infração capitulada no artigo 181, inciso II, do mesmo diploma legal.

JOSEVAL BRITO CARNEIRO- Bel, DIRETOR.

PROCURADORIA-GERAL

ATOS DO PROCURADOR-GERAL

PORTARIA PRG Nº. 24/76, DE 25 DE MAIO DE 1976

O PROCURADOR GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 29, iniciso XV, do Regimento da Procuradoria Geral aprovado pelo Decreto nº. 2877, de 04/04/75, combinado com o artigo 16 do Decreto nº. 2951 de 22 de julho de 1975,

RESOLVE:

Designar o servidor JOSÉ MOREIRA DA SILVA, Nivelador, Nível 09—A, Matrícula nº. 10901, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para substituir, no periodo de 31 de maio a 07 de julho do ano em curso, o Chefe da Seção de Contratos e Convênios da 1ª. Subprocuradoria Geral, por motivo de licença de gala e férias regulamentares do titular.
Brasília, 25 de maio de 1976
PEDRO JOSÉ XAVIER MATTOSO
Procurador Geral

PORTARIA PRG Nº. 025/76, DE 25 DE MAIO DE 1976

O PROCURADOR GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 29, inciso XV, do Regimento da Procuradoria Geral, aprovado pelo Decreto nº. 2877, de 04/04/75, combinado com o artigo 16 do Decreto nº. 2951, de 22 de julho de 1975,

RESOLVE:
Designar o servidor RUBENS MENDES PASSOS, Agente Administrativo, SA—401.5, Matrícula nº. 4360, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir, no período de 02 de junho a 01 de julho do ano em curso, o Chefe da Seção de Orçamento e Finanças da Divisão de Administração Geral desta Procuradoria Geral, correspondente às férias do titular.
Brasília, em 25 de maio de 1976
PEDRO JOSÉ XAVIER MATTOSO
Procurador Geral

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS

TERMO DE OCUPAÇÃO DE ÁREA PARA FINS COMERCIAIS, SITUADA NA FEIRA MODÊLO DE SOBRADINHO, QUE FIRMAM COMO OUTORGANTE O DISTRITO FEDERAL E COMO OUTORGADA A SENHORITA MARIA DE FÁTIMA MORGADO DE OLIVEIRA, NA FORMA A BAIXO.

Aos 22 (vinte e dois) dias do Mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e seis (1976), no Gabinete da Secretaria do Governo do Distrito Federal, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo senhor FERNANDO CORASSA, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo senhor Governador, no processo nº 332.966/73, e, do outro a senhorita MARIA DE FÁTIMA MORGADO DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, comerciante, inscrita na Secretaria de Finanças do Distrito Federal sob o nº 070578311, residente e domiciliada nesta Capital, doravante denominados simplesmente OUTORGANTE e OUTORGADA, resolvem firmar, o presente Termo de Ocupação, de acordo com as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Termo de Ocupação será firmado em conformidade com o que estabelece o Art. 24, da Lei nº 4545, de 10 de dezembro de 1964. CLÁUSULA SEGUNDA - Este Termo de Ocupação compreende a dependência denominada Box 01 - Bl. "I", medindo 10 m2 (dez metrod quadrados) da Feira Modêlo de Sobradinho. CLÁUSULA TERCEIRA- Nenhuma alteração poderá ser feita na dependência objeto do presente Termo, sem a prévia aprovação e autorização por escrito do OUTORGANTE através da Administração Regional de Sobradinho, e, sendo autorizada qualquer benfeitoria, ficará a mesma, desde logo, incorporada ao imôvel, e a OUTORGADA, não terá direito em tempo algum, a indenização ou retenção da referida benfeitoria. CLÁUSULA QUARTA - A OUTORGADA poderá comercializar, no varejo, vendas de produtos hortigrangeiros, fazendo-o exclusivamente na dependência, objeto deste Termo de Ocupação. CLÁUSULA QUINTA - O presente instrumento não assegura exclusividade a OUTORGADA de operar com produtos de sua especialidade. CLÁUSULA SEXTA - A inclusão de produtos diferentes dos especificados na Cláusula Quarta, ou modificações da linha de comercialização da OUTORGADA, dependerão de autorização do OUTORGANTE, ouvida a Coordenação de Indústria e Comércio da Secretaria de Agricultura e Produção. CLÁUSULA SÉTIMA - A OUTORGADA obriga-se a respeitar e a fazer respeitar pelos seus empregados e prepostos, o Regulamento da Feira Modêlo de Sobradinho, que fica fazendo parte integrante do presente instrumento como se nele transcrito fosse, bem como as instruções baixadas pelo OUTORGANTE. CLÁUSULA OITAVA- O não cumprimento do Regulamento da Feira Modêlo de Sobradinho, obrigará a OUTORGADA ao pagamento da multa no valor de Cr$ 532,80 (quinhentos e trinta e dois cruzeiros e oitenta centavos) que será recolhida aos cofres do Distrito Federal, segundo a mesma modalidade da Taxa de Ocupação. CLÁUSULA NONA - Verificando a reincidência da OUTORGADA, o Termo de Ocupação será rescindido, sem que caiba qualquer direito a indenização. CLÁUSULA DÉCIMA - O OUTORGANTE poderá exigir o afastamento do recinto da Feira Modêlo de Sobradinho, de qualquer empregado ou preposto da OUTORGADA, cuja presença se torne comprovadamente inconveniente ao interesse público. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - São de inteira responsabilidade da OUTORGADA as despesas com energia elétrica, telefone, água e esgoto. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - A OUTORGADA pagará ao OUTORGANTE, na Coletoria de Sobradinho - SEF, ou onde determinar, a partir de 01.11.75.a Taxa de Ocupação mensal no valor de Cr$ 200,00 (duzentos cruzeiros) até o 10º (décimo) dia após o vencimento de cada mês. PARÁGRAFO PRIMEIRO - O atraso do pagamento de que trata a presente cláusula, sujeitará a OUTORGADA as seguintes sanções: 1) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito; 2) mora de 1% (um por cento) sobre o valor do débito. PARÁGRAFO SEGUNDO - O atraso no pagamento da importância, por mais de 30 (trinta) dias implicará na rescisão do presente instrumento, independente de qualquer interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, s em prejuízo do disposto no Parágrafo Anterior. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- O valor da Taxa de Ocupação estipulada na Cláusula Décima Segunda será reajustável na conformidade do critério estabelecido no Artigo 5º da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, e obedecidos os coeficientes de correção monetária estabelecida pela Secretaria Geral de Planejamento da Presidência da República. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - A vigência do presente Termo de Ocupação é de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir de 01.11.75, sem prejuízo da precariedade prevista na Cláusula Primeira, devendo o pedido de prorrogação ser formulado com antecedência de 90 (noventa) dias do seu término. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - A OUTORGADA obriga-se a manter em funcionamento o seu local de comércio, de acordo com as necessidades da Feira Modêlo de Sobradinho, cumprindo os horários estabelecidos para tal, através da Administração Regional de Sobradinho. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - A OUTORGADA se compromete a apresentar seguro total ao OUTORGANTE (danos ou riscos de qualquer espécie), no prazo de30 (trinta) dias a partir da assinatura deste instrumento, correspondente a área objeto do presente Termo de Ocupação. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - A OUTORGADA se compromete a manter em perfeitas condições de limpeza e higiene a área objeto do presente Termo. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - A OUTORGADA deverá afixar na dependência, objeto do presente Termo de Ocupação, Tabela de Preços dos Produtos a serem comercializados, e não poderá cobrar pelas mercadorias que vender, preço superior ao fixado na referida Tabela de Preços. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - O presente Termo de Ocupação não poderá ser transferido ou cedido no todo ou em parte, mesmo em caráter eventual. CLÁUSULA VIGÉSIMA - O OUTORGANTE em hipótese alguma, terá qualquer obrigação com relação a terceiros com os quais eventualmente a OUTORGADA, tenha ou venha a ter contratos ou compromissos. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - O OUTORGANTE, poderá a seu critério, mediante aviso prévio, remanejar a área permitida aplicando-se a OUTORGADA as taxas de uso do novo local designado. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - Obriga-se a OUTORGADA a utilizar o Box objeto deste instrumento imediatamente após sua assinatura e com a constância necessária ao bom funcionamento da Feira Modêlo de Sobradinho, não sendo absolutamente permitida a utilização descontínua, de forma a não prejudicar a demanda e o interesse geral. PARÁGRAFO ÚNICO - Ai nobservância do acim disposto implicará na cassação do presente Termo de Ocupação. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - O presente Termo de Ocupação só terá validade após sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal". PARÁGRAFO ÚNICO - Correrão por conta da OUTORGADA todas as despesas decorrentes da publicação deste instrumento. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - Os débitos para com a Fazenda Pública do Distrito Federal, que decorrerem do presente Termo de Ocupação serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução, nos termos do Código de Processo Civil. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes jámencionadas e testemunhas abaixo. Pelo DISTRITO FEDERAL: (as.) FERNANDO CORASSA; Pela OUTORGADA: (as.) MARIA DE FÁTIMA MORGADO DE OLIVEIRA. Testemunhas: (as.) NANCY CARVALHO LIMA e (as.) JOSÉ OSÉAS DOS SANTOS.

24 81/84

04/05/76

VISTO
EM, 5/5/76

EMMANUEL F. MENDES LYRIO
1ºSubprocurador-Geral
do Distrito Federal

(G.R. Nº 092125 - Cr$ 250,00)

CONTRATO DE EMPREITADA QUE ENTRE SI FAZEM A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL E A FIRMA COCISAN AGRO-COMERCIAL CONSTRUÇÃO CIVIL E SANITÁRIA LTDA., NA FORMA ABAIXO. (PROCESSO Nº47684/76 -FEDF).

A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL com sede em Brasília-DF, neste ato designada simplesmente FUNDAÇÃO, representada por seu Presidente, Embaixador WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Cidade, e a firma COCISAN AGRO-COMERCIAL CONSTRUÇÃO CIVIL E SANITÁRIA LTDA., com sede nesta Cidade, no Edifício das Pioneiras Sociais - Sala 515, neste ato denominada EMPREITEIRA, representada por seu Procurador, Senhor JULIO CESAR BELISÁRIO CAMPOLINA, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Cidade, pelo presente instrumento e em face do que consta do processo nº 47684/76-FEDF, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

A EMPREITEIRA se obriga e se compromete a executar para a FUNDAÇÃO, sob o regime de empreitada por preço global, os serviços pertinentes à recuperação das salas interditadas e da rede de captação e lançamento das águas (pluvias), do prédio onde funciona o Ginásio do Guará, localizado na Q.E-7, conjunto M, Guará I, Brasília - Distrito Federal.

CLÁUSULA SEGUNDA:

A recuperação, de que trata a Cláusula Primeira, se fará de acordo com o estipulado no presente contrato, obedecendo integralmente ao que consta do processo nº 47684/76-FEDF, bem como, no que for aplicável, do "Caderno de

Encargos da NOVACAP".

CLÁUSULA TERCEIRA:

O prazo de execução dos serviços será de 15 (quinze) dias, para liberação das salas de aula interditadas e de 60 (sessenta) dias, para os demais serviços, contados da data de expedição da competente Ordem de Serviço.

CLÁUSULA QUARTA:

A FUNDAÇÃO se obriga a pagar à EMPREITEIRA, pela execução das obras o preço global de Cr$ 354.879,00(trezentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e setenta e nove cruzeiros), sendo que a forma de pagamento obedecerá ao disposto na Cláusula Oitava deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA:

Os recursos para atender as despesas constantes do presente contrato são provenientes do Convênio firmado, em 27/02/75, entre o Distrito Federal e a Fundação Educacional do Distrito Federal, Projeto SEC-1.020, conforme Nota de Empenho nº 008/76-GDF/FEDF, para construção,ampliação, reconstrução, restauração, modificação e obras complementares, para a Secretaria de Educação e Cultura.

CLÁUSULA SEXTA:

O preço total dos serviços não sofrerá reajustamento de qualquer ordem, em hipótese alguma.

CLÁUSULA SÉTIMA:

Todas as despesas com a execução dos serviços correrão por conta da EMPREITEIRA, inclusive material, mão-de-obra especializada ou não, seguros em geral e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros, impostos, taxas e obrigações da Legislação Trabalhista, da Previdência Social, bem como todos os demais encargos sociais.

CLÁUSULA OITAVA:

O preço global da construção, referida na Cláusula Primeira é de CR$ 354.879,00 (trezentos e cinquenta e quatro mil oitocentos e setenta e nove cruzeiros) e o pagamento respectivo, ressalvado o disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula, será efetuado pela FUNDAÇÃO, em prestações calculadas de acordo com cronograma físico-financeiro, constante das fls. 145 do processo nº 47684/76-FEDF,aprovado pelo DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA, ENGENHARIA E INDÚSTRIA e DIRETORIA GERAL DE FINANÇAS, rubricado pelas partes contratantes e que passa a fazer parte integrante do contrato ora firmado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

Os pagamentos serão efetuados pela Tesouraria da FUNDAÇÃO, contra a apresentação das respectivas faturas, após as conferências, registro e autorização para cada caso de acordo com as exigências administrativas em vigor.

PARÁGRAFO SEGUNDO:

Para o recebimento das prestações, a que se refere esta Cláusula, fica a EMPREITEIRA obrigada à apresentação dos comprovantes dos recolhimentos devidos ao INPS, ao FGTS e ao PIS, bem como à prova de pagamento das folhas salariais do pessoal empregado na obra, vencidos até a data do pagamento.

PARÁGRAFO TERCEIRO:

No caso de não serem satisfeitas pela EMPREITEIRA, as obrigações descritas no Parágrafo Segundo desta Cláusula, a FUNDAÇÃO poderá descontar das faturas os valores necessários à liquidação das mencionadas obrigações.

CLÁUSULA NONA:

Os serviços de execução das obras serão acompanhados e fiscalizados pelo DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA , ENGENHARIA E INDÚSTRIA, da FUNDAÇÃO, a quem compete fazer o recebimento das obras, se estiverem de acordo com as especificações técnicas.

CLÁUSULA DÉCIMA:

No caso de não serem atendidas as reclamações formuladas pelo DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA,ENGENHARIA E INDÚSTRIA ficará rescindido, de pleno direito, o presente contrato, sem que caiba à FUNDAÇÃO pagar qualquer indenização, bastando, para tanto, uma simples NOTIFICAÇÃO:

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA:

A interrupção temporária da obra, por determinação da FUNDAÇÃO em razão de não atendimento de requisitos ou detalhes técnicos preestabelecidos, acarretará a prorrogação do prazo para a conclusão dos serviços que tenham sido interrompidos.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA:

Fica estabelecida a multa de:

a) 0,1%(um décimo por cento) do valor do contrato, aplicável a critério da FUNDAÇÃO, por dia que exceder ao prazo fixado na Cláusula Terceira, até o trigésimo dia do atraso a que será calculada sobre o preço global;

b) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, após o trigésimo dia, o que será também calculada sobre o preço global;

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor da obra não realizada, se a EMPREITEIRA recusar-se a executa-la. A recusa será considerada formalizada após 60 (sessenta) dias da data prevista para a entrega da obra, sem que tenha havido prévia justificação escrita, aceita pela FUNDAÇÃO.

PARÁGRAFO ÚNICO:

Não incidirá multa sobre atraso de etapas constantes do cronograma físico-financeiro, a que se refere a Cláusula Oitava, entretanto, a FUNDAÇÃO pagará exclusivamente as etapas ficlmente concluídas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA:

As multas de que trata a Cláusula Décima-Segunda não se aplicarão à EMPREITEIRA nos casos fortuitos ou de força maior.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA:

A EMPREITEIRA se obriga a responder pela qualidade, perfeição, solidez e segurança dos serviços objeto do presente contrato, de conformidade com o disposto no artigo 1.245, do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA:

A EMPREITEIRA designará, em caráter permanente, um engenheiro para dirigir a execução da obra, obrigando, outrossim, a substituí-lo ou retirá-lo, assim como a qualquer empregado operário ou subordinado, no caso de solicitação da FUNDAÇÃO, sem que fique esta obrigada a declarar os motivos dessa resolução.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA:

A EMPREITEIRA não poderá subempreitar as obras contratadas, no todo ou em parte, sem a prévia anuência por escrito da FUNDAÇÃO , mantendo-se, caso dada a autorização, a responsabilidade direta da EMPREITEIRA.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA:

O presente contrato poderá ser rescindido, independentemente de interpelação ou notificação judicial, a critério da parte adimplente, no caso de ocorrer o descumprimento pela outra de quaisquer condições estipuladas,sem que caiba a esta o direito à indenização de qualquer espécie, ou ainda, nas seguintes hipóteses:

a) falência, concordata ou dissolução da EMPREITEIRA;

b) transferência do contrato a terceiros , no todo ou em parte, sem prévia autorização escrita da FUNDAÇÃO;

c) transcurso do prazo de 30(trinta) dias, após o recebimento da Ordem de serviço, sem que tenham sido iniciados os trabalhos;

d) mútuo consentimento das partes contratantes;

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA:

Concluídas as obras, o seu recebimento dar-se-á a requerimento da EMPREITEIRA desde que, o DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA, ENGENHARIA E INDÚSTRIA não verifique existência de defeitos ou imperfeições de construção, bem como falta de pagamento de operários e fornecedores.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA:

Correrão por conta exclusiva da EMPREITEIRA as despesas oriundas do presente contrato, inclusive registro no Cartório e publicação no órgão oficial "DISTRITO FEDERAL".

CLÁUSULA VIGÉSIMA:

As partes elegem, com exclusão de qualquer outro, o Foro da Cidade de Brasília-Distrito Federal,para dirimir qualquer dúvida, porventura oriunda do presente contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, de pleno acordo com todas as cláusulas e condições estipuladas no presente contrato, assinam este instrumento particular em 6 (seis) vias de igual teor e forma, para um só efeto legal, na presença das testemunhas abaixo:

Brasília-DF., em 19 de abril de 1976.

. WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO
Presidente da Fundação Educacional
do Distrito Federal

JULIO CESAR BELISÁRIO CAMPOLINA
Procurador da Firma COCISAN AGRO-COMERCIAL
CONSTRUÇÃO CIVIL E SANITÁRIA
LTDA.

TESTEMUNHAS:

1) [illegible]

2) [illegible]

(G.R. Nº 092124 - Cr$ 600,00)

TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO FIRMADO EM 08 / 04 / 76 ENTRE A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, A FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL E A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, COM O FIM DE REALIZAR INTERCÂMBIO DE PROMOÇÕES ARTÍSTICO - CULTURAIS.

Aos 08 dias do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e seis (1976), a FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, doravante denominada simplesmente FUB, neste ato representada por seu Presidente e Reitor, Professor AMADEU CURY, a FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL e a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, doravante denominadas simplesmente FCDF e FEDF, neste ato representadas por seu Presidente, Embaixador WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO, resolvem firmar o presente termo de aditamento, tendo em vista o que estabelece o Parágrafo Único da Cláusula Primeira do convênio firmado entre as mesmas partes, em de de 1976, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

O presente Termo Aditivo tem por finalidade estabelecer normas de cooperação entre a FUB, a FCDF e a FEDF, para a realização de intercâmbio de promoções Artístico-Culturais.

PARÁGRAFO ÚNICO:

O intercâmbio de que trata a presente cláusula, será no sentido de levar ao público universitário as promoções, visando a informação e o desenvolvimento de manifestações artísticas e culturais, bem como levar ao público, em geral, as atividades artístico-culturais exercidas por grupos universitários tais como:

a) exposição de artes plásticas e visuais;
b) exibições cinematográficas;
c) espetáculos de teatro, música e dança.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Quando as promoções forem destinadas ao público universitário, a FUB compromete-se a:

a) Colocar à disposição dos executores do presente aditamento, gratuitamente, espaço físico apropriado;

b) Dar ampla divulgação, no Campus e fora dele, das atividades a serem realizadas;

c) Zelar pela segurança do material recebido;

d) Colocar, na medida do possível, à disposição dos executores do aditamento, o pessoal necessário à montagem e vigilância do material recebido.

CLÁUSULA TERCEIRA:

Quando as apresentações forem destinadas ao público em geral a FCDF compromete-se a:

a) Dar ampla divulgação das atividades a serem realizadas;

b) Colocar, na medida do possível, à disposição dos executores do aditamento, o pessoal necessário à realização das atividades;

c) Zelar pela segurança do material recebido

PARÁGRAFO ÚNICO:

Para as promoções, de que trata a presente cláusula, a FEDF colocará à disposição dos executores do aditamento, gratuitamente, espaço físico apropriado.

CLÁUSULA QUARTA:

A FUB e a FCDF, em conjunto, deverão elaborar, aprovar e executar as programações das atividades decorrentes da assinatura do presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA:

O presente instrumento entrará em vigor na data de sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal" por prazo indeterminado.

CLÁUSULA SEXTA

Permanecem ratificadas e inalteradas todas as cláusulas do convênio original, ora aditado.

CLÁUSULA SÉTIMA:

Os casos omissos serão resolvidos, conjuntamente, pelos signatários do presente aditamento.

CLÁUSULA OITAVA:

Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento este Termo Aditivo.

E, estando assim justos e de acordo, assinam o presente instrumento, juntamente com 02(duas) testemunhas abaixo, em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para um único efeito legal.

Brasília,DF, em 08 de abril de 1976.

AMADEU CURY
Presidente e Reitor da Fundação
Universidade de Brasília

WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO
Presidente da Fundação Cultural
do Distrito Federal e da
Fundação Educacional do Distrito Federal

TESTEMUNHAS:

MARCO ANTONIO RODRIGUES DIAS

OLGA MARIA ODRIGUES RESENDE

DADE DE ESTABELECER COOPERAÇÃO COM VISTAS A ESTIMULAR E APOIAR A AÇÃO CULTURAL DE INDIVÍDUOS OU DE GRUPOS, NO DISTRITO FEDERAL.

Aos 21 dias do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e seis (1976), a FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, doravante denominada simplesmente FUB, neste ato representada por seu Presidente e Reitor, Professor AMADEU CURY, a FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL e a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, doravante denominadas simplesmente FCDF e FEDF, neste ato representadas por seu Presidente, Embaixador WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO, resolvem firmar o presente Convênio, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

A FUB, a FCDF e a FEDF estabelecem, por este instrumento, um regime de cooperação com o objetivo de estimular e apoiar a ação cultural de indivíduos ou de grupos, no Distrito Federal.

Parágrafo Único - Para o alcance do objetivo, de que trata a presente cláusula, serão firmados Termos Aditivos especiais a este instrumento, onde, necessariamente, serão detalhadas as obrigações técnicas, administrativas e financeiras das partes.

CLÁUSULA SEGUNDA:

A coordenação geral das atividades que, em virtude deste convênio, competirem à FCDF e à FEDF, ficará, sob responsabilidade do Presidente daquelas fundações.

CLÁUSULA TERCEIRA:

Caberá às partes convenentes a indicação dos "Executores" de cada Termo Aditivo, ficando sob a responsabilidade dos mesmos, a orientação, o acompanhamento e o controle da execução das atividades previstas no aditamento.

CLÁUSULA QUARTA:

O presente convênio terá vigência indeterminada, a partir de sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal", podendo ser aditado ou alterado, de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUINTA:

Na hipótese de inadimplemento das cláusulas convencionadas, ou no caso de superveniência de impedimento legal que impeça a execução do presente convênio, será o mesmo considerado, automaticamente, rescindido, responsabilizando-se o denunciante pelo cumprimento das obrigações que houver assumido até a data da rescisão.

CLÁUSULA SEXTA :

O presente convênio, bem como seus aditivos, serão publicados no órgão oficial "Distrito Federal" e no Diário Oficial da União, correndo as despesas de publicação, respectivamente, por conta da FCDF e da FUB.

CLÁUSULA SÉTIMA:

Os casos omissos serão resolvidos, conjuntamente pelos signatários do presente convênio.

CLÁUSULA OITAVA :

Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente convênio.

E, estando assim justos e de acordo, assinam o presente instrumento, juntamente com as 02 (duas) testemunhas abaixo, em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para um único efeito legal.

Brasília-DF, em 01 de abril de 1976.

WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO
Presidente da Fundação Cultural do Distrito Federal e da Fundação Educacional do Distrito Federal

AMADEU CURY
Presidente da Fundação e Reitor da Universidade de Brasília

TESTEMUNHAS:

EDWARD CATTETE PINHEIRO

JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA AZEVEDO

C O N T R A T O

CONTRATO CELEBRADO ENTRE A FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL E A FIRMA CONFEDERAL S/A-COMÉRCIO E INDÚSTRIA, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE JARDINS.

A FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, sediada nesta Capital, no SMHS, Edifício das Pioneiras Sociais, inscrita no C.G.C. (M.F.) sob o nº 00054015/0001, doravante denominada FUNDAÇÃO, representada por seu Diretor-Presidente, DR. PAULO ARGOLO DA CRUZ RIOS, brasileiro, casado, médico e a firma CONFEDERAL S/A-COMÉRCIO E INDÚSTRIA, com filial na C.L.S. 201 - Bloco "A" - Loja 33, em Brasília-DF, inscrita no C.G.C. (M.F.) sob o nº 33.392.432/0004/97, daqui por diante designada CONTRATADA, representada neste ato por seu Diretor-Adjunto, Senhor JOSÉ FELIPPE EAGUNDES CAMPOS, brasileiro, casado, economista, ambos residentes nesta Capital, tendo em vista os termos do edital referente à Tomada de Preços nº 079/76, para a prestação de serviços de limpeza hospitalar e conservação de jardins no Hospital de Pronto Atendimento Psiquiátrico, em Taguatinga, Distrito Federal bem como a proposta constante do processo FHDF nº 01872/76, que passam a fazer parte integrante do presente instrumento, têm, entre si, justo e contratado o seguinte:

-DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS-

CLÁUSULA PRIMEIRA - 1) LIMPEZA DIÁRIA DE:

a) todos os pisos situados nas dependências destinadas ao público, tais como: sala de estar, consultórios, corredores, elevadores, sanitários e escadas;
b) quartos, enfermarias, salas de tratamento e outros serviços de emergência;
c) vestiários, laboratórios, sanitários, salas de serviços e depósitos;
d) copa, cozinha e refeitórios;
e) escritórios, gabinetes, consultórios e áreas externas;
f) cinzeiros, porta-resíduos, latas de lixos e lixeiras.

2) LIMPEZA SEMANAL DE:

a) janelas, portas, vidros, vitroux, persianas, luminárias, lustres, cortinas, tapetes, paredes e tetos;
b) enceramento e polimento dos pisos e lavagem e polimento do mobiliário;
c) estofamentos, bancos, cadeiras, colfas, ralos, caixa de gordura e esgotos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Em todo serviço de limpeza deverá ser usado desinfetante germicida, bactericida e produtos antissépticos generalizados.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Qualquer outro serviço atinente à limpeza, não especificado, deverá ser igualmente executado pela CONTRATADA, normal ou eventualmente, se for o caso.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Na conservação e tratamento dos jardins, os serviços serão executados permanentemente, sempre que necessários.

-DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS-

CLÁUSULA SEGUNDA - A execução dos serviços será fiscalizada pelo Departamento de Administração da FUNDAÇÃO e, em caráter auxiliar, pelo Departamento Administrativo, diretamente ou por prepostos, da Unidade Hospitalar respectiva.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A FUNDAÇÃO, através do seu órgão fiscalizador competente, poderá exigir a substituição de qualquer dos empregados da CONTRATADA que prestarem serviços na execução do objetivo deste Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo Hospital ou pela Administração Central, a cujas reclamações se obriga a atender prontamente, incluindo substituição ou afastamento de empregados ou prepostos que estiverem servindo no prédio do Hospital.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de recusa ou demora no atendimento de qualquer reclamação poderá o órgão competente da FUNDAÇÃO confiar a outrem a execução dos serviços, descontando o seu custo de uma só vez, no primeiro pagamento mensal a ser feito à CONTRATADA, sem que lhe assista qualquer direito à postulação em juízo ou fora deste.

-DOS ÔNUS E ENCARGOS-

CLÁUSULA TERCEIRA - A CONTRATADA obriga-se a manter seus empregados devidamente uniformizados e com placa de identificação pessoal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Todas as obrigações trabalhistas, sociais e relativas às normas de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho são de exclusiva competência da CONTRATADA, que deverá manter em dia as anotações das Carteiras de Trabalho e da Previdência Social bem como o pagamento dos empregados.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A responsabilidade por qualquer acidente de que possam ser vítimas seus empregados, quando em serviço, caberá exclusivamente à CONTRATADA que, inclusive, será a única responsável por quaisquer danos ou prejuízos causados, a terceiros ou ao patrimônio da FUNDAÇÃO, por seus empregados.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A FUNDAÇÃO se obriga a destinar local adequado onde deverão ser guardados o material de consumo e os equipamentos aptos à execução dos serviços contratados bem como fornecer água e luz necessários a estes.

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATADA se compromete obrigatoriamente a cumprir todas as normas e exigências contidas no Edital de Licitação da Tomada de Preços nº 079/76 e na Proposta apresentada no processo respectivo, de nº 01872/76-FHDF.

-DO PESSOAL-

CLÁUSULA QUARTA - A CONTRATADA opera como empregadora autônoma e, consequentemente, os seus empregados, por ela contratados para execução e manutenção dos serviços objeto deste CONTRATO, não terão qualquer vínculo empregatício com a FUNDAÇÃO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Serão mantidos em serviço no prédio do Hospital, diariamente, em dias úteis, 21 (vinte e um) serventes e 02 (dois) encarregados permanentes e, aos domingos e feriados, o pessoal necessário à execução dos serviços contratados.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Sempre que a FUNDAÇÃO julgar necessário, a CONTRATADA apresentará as folhas de pagamento e quaisquer outros documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações sociais, trabalhistas, impostos e taxas, relativos aos encargos do presente Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O pessoal será dividido em turmas que cubram as 24:00 horas, segundo escala previamente aprovada pela FUNDAÇÃO.

-DO MATERIAL E EQUIPAMENTO-

CLÁUSULA QUINTA - Os materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços de limpeza e conservação, objeto deste CONTRATO, serão inteiramente fornecidos pela CONTRATADA em qualidade comprovada e quantidade suficiente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caso a FUNDAÇÃO, através do órgão competente ou da Administração do Hospital onde está sendo executado o serviço, julgue inadequado ou insuficiente o material e equipamento utilizado, poderá exigir sua substituição e, complementação, se for o caso.

-DA REMUNERAÇÃO E PREÇO-

CLÁUSULA SEXTA - A FUNDAÇÃO pagará, por mês vencido, à CONTRATADA, até 30 (trinta) dias após a entrega das Notas Fiscais correspondentes ao mês vencido, a importância total de Cr$ 41.856,91 (quarenta e hum mil, oitocentos e cinquenta e seis cruzeiros e noventa e um centavos) correspondente ao pagamento dos encargos salariais trabalhistas, sociais, fiscais, taxas de administração, materiais, equipamentos e outros ônus e encargos, da responsabilidade da CONTRATADA, e, decorrentes do presente Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O preço retro mencionado é fixo e irreajustável durante a vigência deste Contrato.

-DO PRAZO CONTRATUAL-

CLÁUSULA SÉTIMA - O presente contrato terá a duração de 1 (um) ano, iniciando-se em 03 de maio de 1976 e terminando em 30 de abril de 1977, podendo ser renovado, se assim convier às partes e desde que não haja denúncia de qualquer dos contratantes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Em caso de renovação deste Contrato, o preço fixado será majorado na conformidade com o sistema especial de atualização monetária previsto pela Lei nº 6.205, de 29/04/75.

-DA DESPESA-

CLÁUSULA OITAVA - As despesas com o presente Contrato correrão por conta do Orçamento Interno da FUNDAÇÃO, dentro da seguinte dotação:

MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES MÉDICAS E SANITÁRIAS

Recursos Próprios - 3.1.3.0 - Serviços de Terceiros
3.1.3.23 - Locação de Serviços de Limpeza e Vigilância.

-DA RESCISÃO E DA MULTA-

CLÁUSULA NONA - A infração de qualquer cláusula, condição ou obrigação do presente CONTRATO importará nas seguintes penalidades, a serem aplicadas pelo Departamento competente da FUNDAÇÃO:

I - Advertência escrita:
quando os empregados se apresentarem com comportamento incompatível ou sem o uniforme adequado.

II - Multa:
a) de 0,30% (três décimos por cento) ao dia, sobre o valor do Contrato, quando ocorrer interrupção na prestação dos serviços por período superior a duas horas, salvo motivo de caso fortuito ou força maior;
b) de 20% (vinte por cento) sobre o valor do serviço não realizado se a CONTRATADA recusar-se a prestar qualquer deles.

III - Rescisão Contratual:
Independente da notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial e sem que à CONTRATADA assista direito a qualquer indenização, nos seguintes casos:
a) quando se recusar a prestar os serviços constantes da Nota de Empenho, por prazo superior a 30 (trinta) dias;
b) no caso de liquidação, concordata ou falência ou quando for declarada inidônea por qualquer órgão de administração pública;
c) quando transferir ao todo ou em parte as obrigações ou serviços decorrentes deste Contrato, sem prévia anuência da FUNDAÇÃO.

IV - Sem prejuízo da aplicação das penalidades mencionadas, suspensão do direito de licitar ou declaração de inidoneidade nos casos de comprovada falta grave, dolosa ou revestida de má-fé, a juízo da FUNDAÇÃO através do seu órgão competente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA poderá interpor pedido de reconsideração, justificado, no prazo de 3 (três) dias, contra qualquer das penalidades impostas; caso seja negado, poderá impetrar o recurso administrativo, ambos dirigidos à autoridade imediatamente superior à que houver expedido o ato ou proferido a decisão.

-DA CAUÇÃO-

CLÁUSULA DÉCIMA - A caução apresentada pela CONTRATADA, de Cr$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), servirá de garantia parcial às obrigações assumidas e será devolvida quando findo ou rescindido o presente, deduzidas as quantias porventura devidas à FUNDAÇÃO.

-DA PUBLICAÇÃO-

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A FUNDAÇÃO publicará o presente Contrato, ressarcindo-se, posteriormente, da respectiva despesa.

-DO FORO-

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o foro de Brasília-DF, para dirimir as controvérsias oriundas da execução deste CONTRATO, com exclusão de qualquer outro.

E, por estarem assim justas e acertadas,

firmam o presente, FUNDAÇÃO e CONTRATADA, em 4 (quatro) vias de igual teor e valia, na presença das testemunhas a baixo assinadas.

Brasília, 05 de maio de 1976

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

RENOVAÇÃO DO TERMO DE PERMISSÃO DE UTILIZAÇÃO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE IMÓVEL SITUADO NA AV.W/3-SUL QUADRA 505-AB - (FUNDOS), DESTINADO A INSTALAÇÃO DE BANCA DE JORNAIS E REVISTAS E ENGRAXATARIA, NA FORMA ABAIXO.

Aos 22 dias do mês de abril do ano de *mil novecentos e setenta e seis* (1976), no Gabinete da Secretaria de Serviços Públicos, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor JOSÉ GERALDO MACIEL, brasileiro, casado, Engenheiro, *residente e domiciliado nesta Capital*, na qualidade de Secretário de Serviços Públicos, conforme delegação de competência exarada pelo Governador no Processo nº 23.241/74, e do outro, a CASA DE ISMAEL, neste ato *representada* por seu Presidente, senhor DIRCEU CORTEZ, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominado simplesmente PERMISSIONÁRIO, resolvem firmar a presente renovação do TERMO DE *PERMISSÃO* mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Pelo presente instrumento, fica renovado o Termo de Permissão de Utilização, a título precário, de imóvel situado na Av. W/3-Sul, Quadra 505-AB (fundos), *firmado entre o DISTRITO FEDERAL* e o PERMISSIONÁRIO, em 19 de janeiro de 1970, lavrado às fls. 90 a 92 do Livro nº 07, de Registro de Contratos e Convênios da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, publicado no Distrito Federal de 17 de fevereiro de 1970, renovado em 29 de julho de 1971, lavrado às fls. 118 a 119, do Livro nº 10 de Registro de Contratos e Convênios da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, publicado no Distrito Federal de 27 de agosto de 1971, renovado em 12 de fevereiro de 1974, lavrado às fls. 65 a 67, do Livro de Registro de Contratos e Convênios nº 17, da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, publicado no Distrito Federal de 14 de março de 1974, com fulcro no artigo 24 da Lei nº 4545, de 10 de dezembro de 1964, objetivando a instalação de Banca de jornais, revistas e engraxataria. PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quaisquer benfeitorias úteis ou necessárias, aderem de imediato ao imóvel, não assistindo ao PERMISSIONÁRIO quaisquer direitos, quer de retenção, quer de indenização, seja a que título for. PARÁGRAFO SEGUNDO - Correrão por conta do PERMISSIONÁRIO os reparos de danos ou estragos que venham a ocorrer nas instalações ou dependências do imóvel. PARÁGRAFO TERCEIRO - O PERMISSIONÁRIO submeterá ao DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Serviços Públicos, para sua aprovação, os consertos a serem efetuados, devendo neles, sempre, ser empregado material idêntico, a sua falta comprovada, similar de boa qualidade até então existente no objeto consertado ou substituído. CLÁUSULA SEGUNDA - Obriga-se o PERMISSIONÁRIO a respeitar e a fazer respeitar, pelos seus prepostos e empregados, às instruções que lhe forem aplicáveis, baixadas pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Serviços Públicos, as quais passarão a integrar este ajuste, independentemente de transcrição. PARÁGRAFO ÚNICO - As infrações aos preceitos do Regulamento para Ocupação e Exploração de Bancas de Jornais e Revistas e Áreas Cobertas Anexas, previstas no Capítulo IV do Decreto nº 2.982, de 19 de agosto de 1975, serão punidas na forma do Capítulo V do citado diploma legal. CLÁUSULA TERCEIRA - São de inteira responsabilidade do PERMISSIONÁRIO, as despesas com energia elétrica, água, telefone e demais taxas que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel, bem como ficarão a seu cargo o asseio e a conservação do próprio descrito na Cláusula primeira deste instrumento. CLÁUSULA QUARTA - O PERMISSIONÁRIO pagará ao DISTRITO FEDERAL, a partir de 19 de fevereiro de 1975, taxa de ocupação mensal no valor de Cr$ 975,10 (novecentos e setenta e cinco cruzeiros e dez centavos), até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao vencido, no órgão próprio do DISTRITO FEDERAL ou no estabelecimento bancário por ele designado. CLÁUSULA QUINTA - O PERMISSIONÁRIO recolherá a título de caução, a importância de Cr$ 975,10 (novecentos e setenta e cinco cruzeiros e dez centavos). CLÁUSULA SEXTA - O valor da taxa de ocupação bem como a caução correspondente, serão reajustáveis na conformidade do critério estabelecido no artigo 5º, da Lei nº 4 380, de 21 de agosto de 1 964, obedecidos os coeficientes de correção monetária estabelecidos pela Secretaria Geral de Planejamento da Presidência da República. CLÁUSULA SÉTIMA - O PERMISSIONÁRIO será responsável por quaisquer danos ou riscos que porventura venham a ocorrer nas instalações ou dependências do imóvel. CLÁUSULA OITAVA - O PERMISSIONÁRIO declara haver recebido o imóvel em perfeito estado de conservação e se compromete a assim mantê-lo, na ocorrência das seguintes hipóteses: a) rescisão; b) término; c) cassação da permissão. CLÁUSULA NONA - O imóvel mencionado na Cláusula Primeira não poderá ser cedido, salvo se houver prévia e expressa anuência do DISTRITO FEDERAL. CLÁUSULA DÉCIMA - O presente instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, por mútuo acordo de vontades. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O Regulamento para Ocupação e Exploração de Bancas de Jornais e Revistas e Áreas Cobertas Anexas, aprovado pelo Decreto nº 2.982, de 19 de agosto de 1975, passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O presente instrumento terá vigência por 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir de 19 de fevereiro de 1975, devendo o pedido de prorrogação ser formulado com antecedência de 90 (noventa) dias do seu término. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - O presente termo entrará em vigor na data de sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal", à expensas do PERMISSIONÁRIO. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - *Fica eleito o Foro de Brasília*, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que *ficou estipulado em todas as suas cláusulas*, lavrou-se o presente em livro próprio da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas *de igual teor e forma*, para um único efeito legal, que lido e achado conforme, e assinado pelas partes ja mencionadas e testemunhas abaixo. Pelo DISTRITO FEDERAL: (as.) JOSÉ GERALDO MACIEL; Pelo PERMISSIONÁRIO: (as.) DIRCEU CORTEZ. Testemunhas: (as.) VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES e NANCY CARVALHO LIMA.

CERTIDÃO

... 33 ... 493/95 ...

Aos 12 / 05 / 1976

VISTO

EM, 13/5/76

MARCOS ANTONIO BARBOSA
Seção de Registro de Convênios e Contratos
Subprocurador-Geral do Distrito Federal

EMMANUEL F. MENDES LYRIO
1º Subprocurador-Geral
do Distrito Federal

(G.R. Nº 093328 - 3760)

Coordenação de Sistemas - Previdência Social-SAS

ATA DA 10ª ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA S.A., realizada aos trinta dias do mês de abril do ano de 1976 .... Inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº 00 000 208/1-Carta-Patente do Banco Central do Brasil nº I-321, de 12.7.66.

Aos trinta dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e seis, às nove e trinta horas, na sua sede social, Edifício Brasília, Bloco "A", 4º andar, Setor Bancário Sul, em Brasília-DF, reuniram-se, em primeira convocação, os Acionistas do Banco Regional de Brasília S.A., representando mais de dois terços do capital social, como se verifica por suas assinaturas às fls. 21 verso e 22 do "Livro de Presença" nº 1. Em cumprimento às determinações do parágrafo único do artigo 10 do Estatuto Social, assumiu a presidência dos trabalhos, o Senhor Fernando Tupinambá Valente, Diretor-Presidente do Banco que, verificando a existência de número legal, declarou instalada a presente Assembléia Geral Ordinária, convidando para tomar assento à mesa o Dr. Pedro José Xavier Mattoso, DD. Procurador Geral do Distrito Federal, representante legal do Governo do Distrito Federal, Acionista Majoritário, e o Senhor José Orlando Portugal, acionista, para exercer a função de Secretário. Inicialmente, procedeu, o Secretário, à leitura do aviso de que trata o artigo 99, da Lei nº 2.627, publicado no "Distrito Federal", em datas de 24, 25 e 26 de março de 1976, e, no "Correio Braziliense" de 20, 23 e 24 de março de 1976, e do seguinte teor: "AVISO AOS ACIONISTAS" O Banco Regional de Brasília S.A. comunica que, a partir desta data, se acham, à disposição dos Senhores Acionistas, no Gabinete da Presidência deste Banco, situado no 2º andar do Edifício Brasília - SBS Lote A, os documentos a que se refere o artigo 99, do Decreto-Lei nº 2.627, de 26.09.40. Brasília-DF, 20 de março de 1976. Ass.) Fernando Tupinambá Valente - Diretor-Presidente". Em seguida, o Senhor Presidente solicitou ao Secretário que procedesse à leitura do Edital de Convocação, publicado no "Distrito Federal" de 20, 22 e 23 de abril de 1976 e no "Correio Braziliense" de 20, 21 e 22 de abril de 1976, e do seguinte teor: "Edital de Convocação - Convidamos os Senhores acionistas do Banco Regional de Brasília S.A., para a ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA a realizar-se em sua sede social - Edifício - Brasília, 3º andar - Setor Bancário Sul, nesta Capital, às 9:30 (nove e trinta) horas do dia 30 de abril de 1976, a fim de deliberar - sobre a seguinte ORDEM DO DIA: a) Tomar conhecimento do Relatório da Diretoria e examinar, para deliberação, as Contas, Balanços, Demonstração de Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 1975; b) eleição do Conselho Fiscal; c) fixação dos honorários do Conselho Fiscal; d) eleição para cargo Diretor-Presidente em virtude da renúncia do titular; e) outros assuntos de interesse social. OBS. As transferências de ações ficam suspensas até a realização da Assembléia. Brasília, 19 de abril de 1976. Ass.) - *Fernando Tupinamba Valente - Diretor-Presidente*, Luiz Gonzaga Furtado de Andrade - Diretor, Antônio Ferreira Álvares da Silva - Diretor, Juraci Candeia de Souza - Diretor, Homero Ferro Valle - Diretor". *Em prosseguimento, o Senhor Presidente solicitou ao Secretário* que procedesse à leitura do Relatório da Diretoria, Balanço Geral, Demonstração de Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 1975, publicados no "Distrito Federal" de 21 de janeiro e 20 de abril de 1976, e, no "Correio Braziliense" de 20 de janeiro e 19 de abril de 1976. Sobre a leitura desses documentos, *foi aprovada proposta do acionista Distrito Federal, sugerindo* sua dispensa, considerando a ampla divulgação prévia através da Imprensa. Dando prosseguimento à pauta dos trabalhos da Assembléia, o *Senhor Presidente pôs em discussão o Relatório da Diretoria*, Balanço Geral, Demonstração de Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal, franqueando a palavra aos Senhores Acionistas. Solicitou o uso *da mesma, o Excelentíssimo Senhor Procurador Geral*, representante do Acionista Majoritário, Dr. Pedro José Xavier Matteso, que assim se expressou: "O representante do acionista Distrito Federal, recebeu *no dia 31 de março último, os referidos documentos acompanhados* do pronunciamento favorável do Conselho Fiscal do Banco Regional de Brasília S.A., constante às fls. 02 do processo nº 555-S/76-GDF, *tendo encaminhado os autos ao Departamento de Auditoria Financeira* da Secretaria de Finanças, que emitiu o laudo de fls. 44 a 54, com o seguinte final: "Concluindo as nossas análises, apresentamos no anexo 11, *um quadro informativo de índices de solvência e equilíbrio* patrimonial, bem como quocientes de rentabilidade e de relação despesas/Lucro Líquido. Através deles poderão ser avaliados a estabilidade e *o progresso do Banco Regional de Brasília S.A.*, como demonstra o Balanço Geral. Para finalizar, o nosso Parecer é no sentido de que o Balanço Geral e Demonstração da Conta Lucros e Perdas do *Banco Regional de Brasília S.A., relativos de 1975*, estão em condições de ser aprovados como se apresentam". Devolvido o processo ao representante do Acionista Distrito Federal, em 23 do corrente, foi *realizado exame complementar que não apresentou nenhuma discrepância* com as conclusões dos órgãos técnicos indicados: Conselho Fiscal e a Auditoria da Secretaria de Finanças. Em tais condições, considerando o parecer do Conselho Fiscal e do Departamento de Auditoria da Secretaria de Finanças, a proposta do acionista Distrito Federal é no sentido de aprovação de tais documentos". Em seguida, o Senhor *Presidente franqueou*, novamente, a palavra aos Senhores Acionistas e, como dela ninguem fizesse uso, foi submetida a votação a proposta do Acionista Majoritário, *no sentido da aprovação das Contas*, Relatório, Balanço, Demonstração de Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal. Foram aprovados por unanimidade, deixando de votar os legalmente impedidos. *Em seguida o Senhor Presidente* solicitou ao Secretário que procedesse à leitura da Proposta da Diretoria, referente à correção monetária do Ativo Imobilizado, no valor de Cr$ Cr$ 4.099.917,23 (quatro milhões, noventa e nove mil, novecentos e dezessete cruzeiros e vinte e três centavos), para que a Assembléia se manifeste sobre a escrituração e o seu destino, e do seguinte teor: "A Diretoria do Banco, *em 26.12.75, após estudo* e detalhado levantamento dos imóveis de uso desta instituição, determinou a contabilização da correção do Ativo Imobilizado, na forma preconizada em [redacted] recomendada pelo *Banco Central do Brasil. Em decorrência* da [redacted]tação acima, foi encontrado o seguinte resultado, líquido da correção monetária do ativo imobilizado, utilizável para aumento de capital ou de reservas: a) *Imóveis de Uso* - Edificações Cr$... Cr$ 2.499.917,23 - b) Imóveis de Uso - Terrenos Cr$ 1.600.000,00 - Soma Cr$ 4.099.917,23. A matéria relacionada com a correção monetária do ativo imobilizado é decorrente das Leis nº 3.470, de 23.11.58, 4.357, de 16.07.64, Decreto-Lei nº 1.302, de 31.12.73 e Decreto nº 76.186, de 02 de setembro de 1975. Promovido o procedimento das normas citadas, resta ao Banco cumprir o artigo 247, do Decreto nº - 76.186, de 02 de setembro de 1975, que assim disciplina: "Para fins de aprovação da correção monetária e do destino a lhe ser dado, os acionistas poderão reunir-se *em assembléia para deliberar*, em primeira convocação, com a presença de qualquer número (Lei nº 4.481, de 14 de novembro de 1964, artigo 1º § único)". O Banco Central do Brasil em consulta verbal formulada, *respondeu afirmativamente*, pela necessidade de ser o assunto submetido à consideração da Assembléia dos Acionistas. Os valores corrigidos do ativo imobilizado já constam do Balanço que será submetido à consideração dos senhores acionistas. A Diretoria entende que o valor de Cr$ 4.099.917,23 ... (quatro milhões, noventa e nove mil, novecentos e dezessete cruzeiros e vinte e três centavos), referente a *Correção Monetária do Ativo Imobilizado, deve ser destinado a utilização - reservas para aumento de capital - Fernando Tupinambá Valente - Diretor Presidente*". O Senhor Presidente colocou a matéria em discussão. Pediu a palavra o representante do Acionista Majoritário que se pronunciou favoravelmente pela destinação e utilização do valor de Cr$ 4.099.917,23 (quatro milhões, noventa e nove mil, novecentos e dezessete cruzeiros e vinte e três centavos) a reservas para aumento de capital. Não havendo divergências, foi a proposta aprovada por unanimidade, nos termos da proposta da Diretoria. Passou, em seguida, o Senhor - Presidente, ao 2º item da Ordem do Dia, relativo à eleição do Conselho Fiscal, para o próximo mandato, na forma do Estatuto Social do Banco. Franqueando a palavra, o representante do Acionista Majoritário dela fez uso: "O parágrafo único do artigo 20 do Estatuto Social do Banco Regional de Brasília S.A., preceitua que, para composição do Conselho Fiscal, deverá o Representante do Distrito Federal, na Assembléia, escolher obrigatoriamente um servidor pertencente ao quadro de sua Secretaria de Finanças, quando o titular deste órgão não estiver exercendo a Presidência do Banco. Até o presente momento, a Presidência do Banco ainda é exercida pelo Excelentíssimo Senhor Secretário de Finanças. Os atuais membros do Conselho Fiscal, quer efetivos quer suplentes, deram durante a sua gestão, decisiva e eficiente colaboração nos trabalhos de sua alçada. Todavia, propõe o Acionista Distrito Federal para observância da norma estatutária, anteriormente citada, a modificação do atual Conselho, em vista da próxima desacumulação das funções de Presidente do Banco Regional de Brasília S.A. e Secretário de Finanças do Distrito Federal. Em tais condições a proposta do Distrito Federal é no sentido da indicação do Dr. Gil Esteves Pereira, brasileiro, casado, funcionário público, portador da Carteira de Identidade nº 167-GO-T-DF, e CIC 009247331/87, residente e domiciliado à HIG/Sul 710 Bloco "F" - Casa 47, para membro efetivo do Conselho Fiscal do Banco Regional de Brasília S.A. e recondução dos Senhores Amantino da Silva Marreco, brasileiro, casado, bancário, portador da Carteira de Identidade nº 224.439-DFSP-DF, CIC 000198651, residente e domiciliado à SQS 114, Bloco "D" Ap. 502 - Brasília-DF e Ronald Barcellos Silva, brasileiro, casado, advogado, Carteira de Identidade nº 620. OAB-DF, CIC nº 000794481/00, residente e domiciliado nesta Capital à SQS 110, Bloco "C", Ap. 204, e ainda reeleição dos membros suplentes: José Antônio Arocha da Cunha, brasileiro, casado, servidor público, portador da Carteira de Identidade nº 461.228-RS - CIC 006987920, residente e domiciliado nesta Capital à SQS 316 - Bloco "E" - Ap. 207; Odorico Hernani de Carvalho Costandrade, brasileiro, casado, funcionário público, portador da Carteira de Identidade nº 073.855-SEP-DF - CIC 033121191, residente e domiciliado nesta Capital à Avenida das Nações, Acampamento Saturnino de Brito, Casa 7, Lago Sul e Carlos Odorico Vieira Martins, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade nº 8367-OAB-MG e 421-OAB-DF - CIC 002203451-04, residente e domiciliado nesta Capital, à SQS 112 - Bloco "A" Ap. 304. Desejo, na oportunidade, agradecer a valiosa colaboração prestada pelo Dr. Reynaldo Jorge Pereira Rêgo, no período que exerceu a presidência do Conselho Fiscal". Franqueada a palavra aos Senhores Acionistas, para discussão, o Senhor Presidente submeteu à aprovação da Assembléia, a proposta do representante do Acionista Majoritário. Por unanimidade, foi aprovada a proposta do Acionista Distrito Federal e, eleito e reeleitos os Conselheiros acima qualificados. Passando ao item seguinte da Ordem do Dia, que diz respeito à fixação dos honorários do Conselho Fiscal, o Senhor Presidente franqueou a palavra. Solicitou o uso da mesma o representante do Acionista Majoritário que assim se expressou: "A proposição do Acionista Distrito Federal é no sentido da fixação dos honorários dos membros do Conselho Fiscal, por reunião a que comparecerem, respeitado o limite vigente, no valor de Cr$400,00 (quatrocentos cruzeiros) sujeito, todavia, a atualização monetária pelos coeficientes que, a partir desta data, forem estabelecidos na forma do artigo 2º e parágrafo único da Lei nº 6.205, de 29.04.75. Esta é a proposta do Acionista Distrito Federal". O Senhor Presidente franqueou a palavra e submeteu à votação a proposta do Acionista Distrito Federal, sendo a mesma aprovada por unanimidade. Dando prosseguimento aos trabalhos, o Senhor Presidente passou ao item seguinte da Ordem do Dia, eletivo à eleição para o cargo de Diretor-Presidente em virtude de renúncia do titular. Franqueando a palavra, o representante do Acionista Majoritário dela fez uso: "Atendendo à diretriz estabelecida pelo Excelentíssimo Senhor Governador, no sentido da desacumulação dos cargos eventualmente exercidos pelos Secretários, o Dr. Fernando Tupinambá Valente, Presidente do Banco Regional de Brasília S.A., também Secre-/

tário de Finanças do Distrito Federal, apresentou renúncia em expediente datado de 1º de abril corrente. O Excelentíssimo Senhor Governador manifestou-se de acordo, determinando a convocação de Assembléia Geral, para esta data. Cumpre-me, nesta oportunidade, em nome do Acionista Majoritário, por determinação expressa do Excelentíssimo Senhor Governador, Engenheiro Elmo Farias, ressaltar o desempenho do Dr. Fernando Tupinambá Valente, durante o período em que exerceu a Presidência do Banco Regional de Brasília S.A., que abrangeu quase 2 (dois) anos. Os resultados obtidos pelo estabelecimento são o atestado mais eloquente da eficiência de seu trabalho, sempre imbuído de espírito público, que permitiu a consolidação da nossa entidade de crédito. Ao Dr. Fernando Tupinambá Valente, no momento em que se afasta do Banco Regional de Brasília S.A., permanecendo, porém, no exercício do cargo de Secretário de Finanças, a manifestação de apreço e o reconhecimento do Acionista DISTRITO FEDERAL, do Excelentíssimo Senhor Governador Elmo Farias, a que me associo pessoalmente, extensiva a todos aqueles que, lealmente, contribuiram para o êxito de sua gestão. Para o cargo de Diretor-Presidente, o representante do Acionista Distrito Federal, indica o nome do Dr. Hélio Ribeiro de Oliveira, brasileiro, casado, economista, portador da Carteira de Identidade nº 88.584-DFSP-DF, CIC 0000028801, residente e domiciliado nesta Capital ao SHI/Sul - QI 2/9 - Casa 6, para completar o mandato coincidente à atual Diretoria, augurando-lhe pleno sucesso no exercício das sua funções. Esta é a proposta do Acionista Distrito Federal". Em seguida o Senhor Presidente colocou a indicação do representante do Acionista Distrito Federal em votação, a qual foi aprovada, por unanimidade de votos, ficando assim - eleito o Dr. Hélio Ribeiro de Oliveira, acima qualificado, para o cargo de Diretor Presidente do Banco Regional de Brasília S.A., devendo completar o mandato do Diretor Presidente renunciante. Dando seqüência aos trabalhos, o Senhor Presidente passou ao item seguinte da Ordem do Dia, referente a outros assuntos de interesse social. Com a palavra o Senhor representante do Acionista Distrito Federal, fez a seguinte proposição: "O Senhor Diretor Presidente do Banco Regional de Brasília S.A., encaminhou ao Acionista Distrito Federal expediente relativo ao aumento do auxílio moradia aos diretores deste estabelecimento, conforme deliberação concedida na 21ª Assembléia Geral Extraordinária, sugerindo a elevação desse auxílio, de Cr$- Cr$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) para Cr$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos cruzeiros) a partir de 1º de maio de 1976. A exemplo do critério utilizado nas demais empresas que integram o complexo administrativo, o pronunciamento do Acionista Distrito Federal é favorável, mantidas as condições para concessão do auxílio-moradia e dependendo qualquer reajuste de deliberação da Assembléia Geral". O Senhor Presidente franqueou a palavra e submeteu à votação a proposta do Acionista Distrito Federal, sendo a mesma aprovada por unanimidade. Estando esgotada a pauta prevista, o Senhor Presidente colocou a palavra à disposição dos Senhores Acionistas. E, ninguém dela fazendo uso, o Senhor Presidente externando seus agradecimentos a todos os presentes, assim se expressou: "Antes de encerrar os trabalhos, cumpre-nos externar os nossos agradecimentos ao Senhor Governador Elmo Farias, pelas inequívocas demonstrações de confiança ao longo desses dois anos em que permanecemos no exercício da Presidência do Banco Regional de Brasília S.A.; às autoridades monetárias do país, notadamente à Diretoria do Banco Central do Brasil, que, tendo à frente a figura excepcional do Dr. Paulo Pereira Lira, deu-nos integral apoio, permitindo ao Banco Regional de Brasília S.A. alcançar, no último biênio, notável expansão, alcançando-se inclusive, aos Estados de Goiás e Minas Gerais, como Agente exclusivo do Programa da Região Geo-Econômica de Brasília-Polobrasília, aprovado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General Ernesto Geisel; ao Procurador Geral, Dr. Pedro José Xavier Mattoso, representante do Governo do Distrito Federal nas Assembléias da Casa, nosso particular amigo, amizade que fazemos questão de ressaltar e conservar ainda que afastado da alta direção do Banco, pois jamais nos negou a sua colaboração e lealdade, mesmo nos momentos mais difíceis; aos senhores componentes do Conselho Fiscal que, acompanhando de perto todas as atividades do Banco Regional de Brasília S.A., sempre prontos a colaborar com franqueza, nunca nos faltaram com o seu apoio; aos companheiros de Diretoria que, com a sua colaboração, permitiram que o Banco Regional de Brasília S.A. alcançasse posição de destaque no cenário bancário nacional, em que pese os momentos de divergências, sempre superados pelo desejo de colocar o estabelecimento à altura das necessidades do Distrito Federal e da Região de sua influência; aos funcionários de todos os níveis, heróis anônimos da jornada encetada, sem o apoio, dedicação e honestidade de propósitos dos quais, ao longo dos anos, jamais teria sido possível a grande caminhada do Banco Regional de Brasília S.A., assegurando-lhe a posição impar de que ora desfruta e as enormes perspectivas de um futuro grandioso e, por último, à clientela do Banco, empresas e pessoas físicas, que, ao lado de suas postulações creditícias, jamais deixaram de confiar e prestigiar a instituição por nós dirigida, apoio e confiança essas que, estamos certos, estará sempre presentes à nova direção do Banco Regional de Brasília S.A.. É o que tínhamos a dizer". Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a Assembléia, solicitando, o Senhor Presidente a mim [illegible]. Secretário da Reunião, que dela lavrasse ata a ser assinada pelos Membros da Mesa.

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE
- Presidente -

PEDRO JOSÉ XAVIER MATTOSO
- Procurador-Geral -

JOSÉ ORLANDO PORTUGAL
- Secretário -

ATA DA 23ª ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA S.A., realizada aos trinta dias do mês de abril do ano de 1976
Inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº 00 000 208/1
Carta-Patente do Banco Central do Brasil nº I-321, de 12.07.66.

Aos trinta dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e seis, às 9:00 horas, na sua sede social, Edifício Brasília, 4º andar, Setor Bancário Sul, em Brasília-Distrito Federal, reuniram se, em primeira convocação, os Acionistas do Banco Regional de Brasília S.A., representando mais de dois terços do capital social, como se verifica por suas assinaturas às fls. 20 verso e 21 do "Livro de Presença" nº 1. Em cumprimento às determinações do parágrafo único do artigo 10 do Estatuto Social, assumiu a Presidência dos trabalhos o Senhor Fernando Tupinambá Valente, Diretor-Presidente do Banco que, verificando a existência de número legal, declarou instalada a presente Assembléia Extraordinária, convidando, para tomar assento à mesa, o Dr. Pedro José Xavier Mattoso, DD. Procurador Geral do Distrito Federal, representante legal do Distrito Federal-Acionista Majoritário, e o Senhor José Orlando Portugal, acionista, para exercer a função de Secretário. Em seguida, o Senhor Presidente solicitou ao Secretário que procedesse à leitura do Edital de Convocação, publicado no "Distrito Federal" de 20, 22 e 23 de abril de 1976 e no "Correio Braziliense" de 20, 21 e 22 de abril de 1976, e do seguinte teor: Edital de Convocação - Convidamos os senhores acionistas do Banco Regional de Brasília S.A. para a ASSEMBLÉIA GERAL - EXTRAORDINÁRIA a realizar-se, no Edifício de sua sede social - Edifício Brasília - 3º andar, Setor Bancário Sul, nesta Capital, às 9:00 (nove) horas do dia 30 de abril de 1976, a fim de deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA: a) Reforma do Estatuto Social; b) Outros assuntos de interesse social. OBS: As transferências de ações ficam - suspensas até a realização da Assembléia. Brasília, 19 de abril de 1976 - Fernando Tupinambá Valente - Diretor-Presidente, Luiz Gonzaga Furtado de Andrade - Diretor, Antônio Ferreira A. da Silva-Diretor, Juraci Candeia de Souza-Diretor e Homero Ferro Valle-Diretor". A seguir, o Senhor Presidente solicitou ao Secretário que procedesse à leitura da Proposta da Diretoria, relativa à alteração do artigo 4º do Estatuto Social, e do seguinte teor: "Por deliberação da 22ª Assembléia Geral Extraordinária do Banco, realizada em 8 de setembro de 1975, o artigo 4º do Estatuto Social passou a ter a seguinte redação: "Art. 4º - O Banco tem por objetivo o exercício de quaisquer operações bancárias de que resultem incentivo econômico às - áreas de sua influência - § Único - Nas operações no mercado de câmbio o Banco poderá atuar, inclusive, em outras áreas". Até o momento, é esta a redação do mencionado artigo, e seu parágrafo único. Submetida a matéria à homologação do Banco Central, foi-nos recomendado pelo expediente DIORG/SETEX-75/1004, de 14.10.75 (cópia anexa) que, na primeira Assembléia Geral a realizar-se, fosse eliminado o Parágrafo Único acima transcrito e, no respectivo "caput", fosse inserida a expressão "inclusive câmbio", logo após a palavra "influência". Desta forma, a redação acima transcrita seria modificada para a seguinte: "Art. 4º - O Banco tem por objetivo o exercício de quaisquer operações bancárias de que resultem incentivo econômico às áreas de sua influência, inclusive câmbio". A proposta foi colocada em discussão pelo Senhor Presidente, e o representante do Acionista Majoritário emitiu o seguinte voto: "Após o exame da matéria, o pronunciamento do representante do Acionista Majoritário é favorável à alteração, passando o artigo 4º do Estatuto Social a ter a seguinte redação: "O Banco tem por objetivo o exercício de quaisquer operações bancárias de que resultem incentivo econômico às áreas de sua influência, inclusive câmbio". A matéria foi levada à votação e aprovada por unanimidade, ficando o artigo 4º redigido na forma acima proposta. Estando esgotada a pauta prevista, o Senhor Presidente colocou a palavra à disposição dos Senhores Acionistas, dela fazendo uso o acionista Juraci Candeia de Souza. "Senhor Presidente, na qualidade de acionista desta empresa, proponho a V. S.ª. que submeta aos demais acionistas presentes a moção de um voto de louvor ao Dr. Antônio Ferreira Álvares da Silva, também acionista e Diretor - do Banco Regional de Brasília S.A., por sua indicação para exercer o alto cargo de Titular da Diretoria de Coordenação e Execução Política de Crédito Rural do Banco do Brasil S.A..Julgo dispensável, ao menos para os presentes a esta Assembléia, destacar os valores pessoais do cidadão, bem como do profissional que todos nós conhecemos. Congratulo-me pelos relevantes serviços prestados ao Banco Regional de Brasília S.A., no curso de quase seis anos de sua gestão como Diretor, fato que serviu para engrandecer sua carreira". A moção de voto de louvor foi aceita por unanimidade. Com a palavra o Senhor - Procurador Geral do Distrito Federal. "Em nome do Acionista Distrito Federal, acompanho as palavras do Acionista Juraci Candeia de Souza, referentes à indicação do Dr. Antônio Ferreira Álvares da Silva para o cargo de Titular da Diretoria de Coordenação e Execução - da Política de Crédito Rural do Banco do Brasil S.A., manifestando nossa convicção pelo acerto da escolha e a certeza de que dará, perante aquele órgão, a sua colaboração, valiosa, e altamente especializada, como a recebida por esta Casa, no período em que exerceu o cargo de Diretor do Banco Regional de Brasília S.A.. Valeu-se, a Presidência, da oportunidade, para agradecer a presença dos Senhores Acionistas, Senhores Diretores e do Excelentíssimo Senhor Procurador Geral, representante do Acionista Majoritário, agradecendo, ainda, a presença de todos, declarou encerrada a sessão e solicitou a mim, [illegible]. Secretário, que dela lavrasse ata a qual vai assinada pelos Membros da Mesa.

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE
- Presidente -

PEDRO JOSÉ XAVIER MATTOSO
- Procurador-Geral -

JOSÉ ORLANDO PORTUGAL
- Secretário -

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE NETRE SI FAZEM A SOCIEDADE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASILIA LIMITADA — TCB — E, DE OUTRO LADO, O INSTITUTO ARTHUR WESLEY ARCHIBALD — IAWA, NA FORMA ABAIXO:

Por este instrumento particular resolvem, de um lado a SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASILIA LIMITADA, Empresa Pública do Distrito Federal, situada no Setor de Garagens Oficiais - EAA de Brasília, neste ato representada pelo seu Diretor Superintendente, Engº. DALMO PIMENTEL DOS SANTOS, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital Federal, doravante denominada apenas "TCB", e, de outro lado, o INSTITUTO ARTHUR WESLEY ARCHIBALD, Sociedade Civil situada na Avenida W/3-Sul, Quadra 503, Bloco "A", entrada nº. 51, em Brasília - Distrito Federal - neste ato representado pelo seu Diretor Presidente, Professor JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital Federal, doravante denominado apenas "IAWA", tem entre si justo e acertado o presente contrato de prestação de serviço, conforme as cláusulas seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA: O IAWA se compromete a fazer avaliação e exames psicológicos nos servidores da TCB, fornecendo laudos.

CLÁUSULA SEGUNDA: A TCB pagará pelos serviços, constantes da cláusula primeira, o valor fixo mensal de Cr$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros).
Parágrafo Único - A TCB pagará, ao IAWA, o valor de seus serviços executados, até o 10º. (décimo) dia da apresentação da fatura mensal.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará a partir da data de sua assinatura e terá duração pelo prazo de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado tácita ou expressamente por períodos iguais.

Pode, qualquer das partes, rescindir o presente contrato, a qualquer tempo, sem ônus, desde que notifique a outra, via apistolar, com um prazo mínimo antecipado de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA QUARTA: O descumprimento, de qualquer cláusula do presente contrato, dará, à outra, o direito à rescisão do contrato bem como a cobrança de multa contratual igual a 05 (cinco) salários-mínimos regionais.
CLÁUSULA QUINTA: Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente contrato.

E, por estarem assim justos e acertados, assinam o presente em 06 (seis) vias datilografadas de igual valor e forma, para um só efeito legal.

Brasília-DF., 10 de maio de 1976 SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASILIA LTDA. Engº. DALMO PIMENTEL DOS SANTOS INSTITUTO ARTHUR WESLEY ARCHIBALD Prof. JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA TESTEMUNHAS: INLEGIVEL. (Despesas de publicação por conta da TCB, conf. OI nº. 200/76—DS—TCB).

ESCRITURA DE DOAÇÃO QUE A COMPANHIA IMOBILIARIA DE BRASILIA — TERRACAP FAZ AO DISTRITO FEDERAL, PARA USO DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PUBLICOS, NA FORMA ABAIXO.

SAIBAM quantos esta pública escritura de doação de imóvel virem, que aos 05 (cinco) dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e seis (1976), nesta cidade de Brasília, Capital da República Federativa do Brasil, na Seção de Registro de Contratos e convênios da 1ª. Subprocuradoria -Geral do Distrito Federal, perante mim, MARCOS ANTONIO BARBOSA, Chefe da Seção, compareceram partes entre si justas e contratadas, a saber: de um lado, como OUTORGANTE—DOADORA, a COMPANHIA IMOBILIARIA DE BRASILIA—TERRACAP, empresa pública, com sede nesta Cidade, Sucessora da COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL—NOVACAP em todas as operações imobiliárias, conforme dispõe o artigo 2º da Lei nº. 5.861, de 12 de dezembro de 1972, representada por seu Superintendente Engenheiro ARMANDO COLAVOLPE, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, e pelo Diretor Imobiliario, Senhor JOSÉ URUBATAN COELHO DE ABREU, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta Capital, e ao mesmo tempo assistido pelo advogado Dr. ALIRIO MACEDO, brasileiro, casado, também residente e domiciliado nesta Capital, que conferiu o presente e achou conforme; e do outro lado, como OUTORGADO—DONATARIO, o DISTRITO FEDERAL, representado neste ato pelo Coordenador do Sistema de Administração Patrimonial, senhor NEWTON CARNEIRO LOBO, brasileiro, desquitado, funcionario público, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de competência do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, expressamente exarada no Processo nº. 840.554/72. As presentes pessoas são minhas conhecidas e das testemunhas adiante nomeadas e no final assinadas, do que dou fé. Perante as referidas testemunhas, pela OUTORGANTE—DOADORA foi-me dito; que é senhora e legítima possuidora, a justo título e de boa fé, em mansa e pacífica posse, do lote L da Quadra Central da Cidade Satélite de Sobradinho, medindo 130m (cento e trinta metros pelos lados Norte e Sul e 90m (noventa metros) pelos lados Leste e Oeste, perfazendo a área de 11.700m2 (onze mil e setecenos metros quadrados), limitando-se com logradouros públicos por todos os lados, tudo conforme consta do me-

morial descritivo e planta inscritos em 20 de novembro de 1969 no Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis desta Capital ás fls. 270 do Livro 8—B sob o número 11, de ordem, que seu domínio sobre o loteamento decorre da Ata de Constituição da COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA—TERRACAP, lavrada no Livro de Registro de Escrituras nº. A-1, às fls. 120 /137, publicada no "DISTRITO FEDERAL" de 15 de agosto de 1973 (suplemento), registrada em 15 de maio de 1974 no mesmo Cartório, às fls. 228/29 do Livro 3-V, sob o nº. 22.365, Pela OUTORGANTE-DOADORA me foi dito ainda que, devidamente autorizada pela Assembléia Geral Extraordinária da Companhia Imobiliaria de Brasília-TERRACAP, conforme sessão realizada em 10 de dezembro de 1974 e tudo mais constante do processo nº. 220.135/74, vem doar a título gratuito como de fato doado tem, ao OUTORGADO—DONATARIO, o DISTRITO FEDERAL, para posterior distribuição a SECRETARIA DE SERVIÇOS PUBLICOS, transferindo-lhe por esta e na melhor forma de direito, todo o domínio, jus e ação que tinha ela OUTORGANTE—DOADORA sobre os ditos lotes, investindo-o desde já na posse plena, por força da presente e da cláusula "Constituti", para que dos referidos imóveis possa ele OUTORGANTE—DONATARIO usar e fruir como seus que ficam sendo, dentro de sua destinação específica, que se compromete a responder pela evicção de direitos, por si e seus sucessores e a considerar esta sempre firme, boa e valiosa. Em seguida, pelo OUTORGADO—DONATARIO, me foi dito, que aceita a presente precisamente como nela se contém. Dá-se a presente o valor estimativo de Cr$ 200.000,00 (Duzentos mil cruzeiros). Lavrou-se este no Livro de Registro de Escrituras da 1ª. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal. Depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes e pelas testemunhas: Pela OUTORGANTE—DOADORA: (as.) ARMANDO COLAVOLPE; JOSÉ. URUBATAN COELHO DE ABREU e ALYRIO MACEDO; Pelo OUTORGADO—DONATARIO: (as.) NEWTON CARNEIRO LOBO; TESTEMUNHAS: (as.) BENILDE CARDOZO ROSA e JOSÉ OSÉAS DOS ANTOS, tudo presentes, do que dou fé. e por mim, (as.) MARCOS ANTONIO BARBOSA Chefe da Seção de Registro de Contratos e Convênios, que subscrevo em público e raso. CERTIDÃO - Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro do Registro de Escrituras nº. A-1, fls. 246/47 da 1ª. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal. Brasilia, 11/03/76. MARCOS ANTONIO BARBOSA- Seção de Registro de Contratos e Convênios- DAA/1ª SPRG — Chefe

EDITAIS E AVISOS

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP

AVISO Nº 11/76

VENDA DE IMÓVEIS EXCLUÍDOS DO REGIME DE LICITAÇÃO

A COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP - nos termos do Artigo 11 da Resolução nº 06/73-CA ("DISTRITO FEDERAL" nº 164, de 28/10/73), leva ao conhecimento dos interessados que a Diretoria Colegiada da Empresa, em reunião designada para 11/06/76, examinará e decidirá sobre propostas de compra independentemente de Licitação, dos imóveis abaixo discriminados:

IMÓVEIS	PROCESSO	INTERESSADO
Lote nº 1.380 - Quadra 7 - Setor Leste Industrial - CS/GAMA.	00.431/76	METALNOX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
Módulo "I"-Quadra 601-Setor de Grandes Áreas Norte - PLANO PILOTO.	04.227/76	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO-CODEVASF.
Lotes nºs 05, 06, 10 e 11 - SQN 211-PLANO PILOTO.	04.258/76	BANCO DO BRASIL S/A
Lote nº 03 - Setor Bancário Norte - PLANO PILOTO.	06.137/75	BANCO NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO S/A.
Área Especial-CS/TAGUATINGA - conforme Planta CST-PR-351/1 (com área de 370.124,83 m²).	06.883/74	INSTITUIÇÃO UNIVERSITÁRIA DO PLANALTO - IUP.

Torna público, ainda, que qualquer manifestação de terceiros deverá ser apresentada até o dia 07/06/76.

Brasília, 26 de maio de 1 976,

ARMANDO COLAVOLPE
Diretor Superintendente

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

CURSO DE TREINAMENTO ESPECÍFICO DESTINADO ÀS PROGRESSÕES E ASCENSÕES FUNCIONAIS À CATEGORIA DE TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO DO QUADRO DE PESSOAL DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL.

E D I T A L

De ordem do Senhor Presidente da Comissão de Progressão e Ascensão Funcionais, faço saber que será realizado, no período de 02 de junho a 07 de julho do corrente ano, o Curso de Treinamento Específico destinado às Progressões e Ascensões Funcionais à Categoria de Técnico de Controle Externo do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

2. Os ocupantes de cargos das Categorias Funcionais de Auxiliar de Controle Externo "B" e Agente Administrativo "C", portadores de um dos diplomas ou provisões para o exercício profissional correspondente a curso superior de Direito, Economia, Contabilidade ou Administração, deverão comparecer ao Serviço de Pessoal desta Corte, no prazo de 3 (três) dias, a contar da publicação deste Edital, para habilitarem-se às progressões ou ascensões funcionais.

Brasília-DF, em 27 de maio de 1976

AUGUSTO LUSTOSA NETO
Secretário da Comissão

DISTRITO FEDERAL

Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
DEPARTAMENTO DE LIC. E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS
SEÇÃO DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL

Ficam os abaixos relacionados, intimados a recolherem aos cofres do Distrito Federal, o valor correspondente a multa arbitrada, de conformidade com o Decreto "N" Nº 732, de 29 de abril de 1968, pelo Sr. Diretor do Departamento de Licenciamento e Fiscalização de Obras, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação deste Edital, sob pena da inscrição do débito em DIVIDA ATIVA

As multas em questão são proveniente de infrações ao Código de Edificações de Brasília, aprovado pelo Decreto "N" Nº 596, de 08 de março de 1967. Os infratores deverão preliminarmente retirar Guia de Recolhimento na Seção de Instrução Processual da Divisão de Fiscalização de Obras - DLFO SVO, no 13º andar do Edifício Anexo do Palácio do Buriti, após, deverá efetuar o pagamento da mesma, no Posto do Banco Regional de Brasília S/A, do mesmo Edifício:

Chamamos atenção que é facultado ao infrator no prazo de 20 (vinte) dias, contados da publicação deste Edital, interpor recurso a EGRÉGIA JUNTA DE RECURSOS FISCAIS DO DISTRITO FEDERAL, devendo o mesmo ser efetuado no Protocolo Geral II, térreo do Edifício acima mencionado.

NOME DO INFRATOR	PROCESSO Nº	DATA	GUIA DE RECOLHIMENTO	Nº DE REF.	VALOR Cr$:
ALBERTO ANDRADE SILVA.	055.944/75	23.02.75	0145/76	057/76	62,60
ANTONIO FELIX DE SOUZA.	057.019/75	16.03.75	0146/76	058/76	62,60
ANTONIO FRANCISCO DE SOUZA.	054.907/75	02.02.75	0147/76	059/76	66,60
ANTONIO PÁDUA FERREIRA.GURGEL.	059.325/75	22.04.75	0224/76	129/76	62,60
APARICIO LAMOUNIER VILELA.	300.903/72	25.01.72	0088/76	047/76	108,00
CAIO M. DE OLIVEIRA.	302.581/72	20.03.72	0094/76	053/76	108,00
CAPUCHO GONÇALO DO VALE.	008.004/76	06.02.76	0096/76	040/76	125,20
DIVA ALVES RODRIGUES.	054.912/75	02.02.75	0158/76	070/76	66,60
ENIO CAIADO ROCHA LEMO.	071.031/75	03.12.75	0005/76	005/76	125,20
FLÁVIO ASSAIFE.	302.385/72	10.03.72	0089/76	048/76	54,00
G ESS O L.	302.093/72	02.03.72	0093/76	052/76	108,00
HASEN CLEVER SANTANA.	301.131/72	04.02.72	0084/76	043/76	216,00
HOMILTON SANTOS.	059.341/75	14.04.75	0221/76	126/76	62,60
JOEL FERREIRA.	004.004/76	29.12.75	0047/76	022/76	62,60
JOSE DE CARVALHO DE JESUS.	059.330/75	13.04.75	0211/76	116/76	62,60
JOSE MARQUES DE SOUZA.	057.027/75	15.03.75	0198/76	103/76	66,60
JOSE MENDES PINTO.	301.596/72	22.02.72	0083/76	042/76	54,00
JOSE OLIVEIRA.	059.337/75	12.04.75	0213/76	118/76	62,60
MARCO ANTONIO DA FONSECA.	059.327/75	10.04.75	0209/76	114/76	62,60
ORLANDO DE OLIVEIRA.	301.130/72	04.02.72	0079/76	038/76	108,00
PANAYOTE RODOPOULOS.	059.787/75	18.04.75	0206/76	111/76	62,60
PAULO ODA.	058.280/75	30.03.75	0230/76	135/76	62,60
ROSA DE CASTRO DIAS.	056.162/75	02.03.75	0175/76	087/76	66,60
SERGIO ALVES DE ABREU.	069.476/75	18.10.75	0294/76	251/76	62,60
VALDEMAR DA SILVA AGUIAR.	008.727/76	10.03.76	0133/76	080/76	250,50
WILSON JOSE DA SILVA.	070.191/75	03.12.75	0026/76	011/76	125,20
ARY HESPANHOL LIMA.	059.980/75	02.05.75	0149/76	061/76	66,60

Brasília-DF, 19 de maio de 1976

VISTO

ARQ. ANISIO BOTELHO
Diretor da Divisão de Fiscalização de Obras
DLFO — SVO — GDF

FLORIANO DE FARIA
Seção de Instr. Processual
SVO/DLFO/DFG-Chefe

PREÇO DESTE EXEMPLAR - Cr$ 2,00